

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2020/2021



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

O SISTEMA DE FORÇAS 2014 E O ATUAL AMBIENTE ESTRATÉGICO

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Ricardo Oliveira
MAJOR DE CAVALARIA**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

O SISTEMA DE FORÇAS 2014 E O ATUAL AMBIENTE
ESTRATÉGICO

MAJOR DE CAVALARIA Ricardo Oliveira

Trabalho de investigação individual do CEMC

Pedrouços 2021



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

O SISTEMA DE FORÇAS 2014 E O ATUAL AMBIENTE
ESTRATÉGICO

MAJOR DE CAVALARIA Ricardo Oliveira

Trabalho de investigação individual do CEMC

Orientador: MAJ ART Alexis Vicente

Pedrouços 2021



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Ricardo Filipe Ferreira Oliveira**, declaro por minha honra que o documento intitulado **“o sistema de forças 2014 e o atual ambiente estratégico”** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2020/2021** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho a consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 8 de julho de 2021

Ricardo Filipe Ferreira Oliveira



Agradecimentos

Ao meu camarada e amigo, Major de Artilharia Alexis Vicente, pela forma objetiva como orientou este trabalho, a quem reconheço as assertivas sugestões de melhoria e agradeço a permanente disponibilidade, mas, sobretudo, o constante incentivo e apoio, de que resultou maior rigor científico e aprofundamento da investigação.

Ao Brigadeiro-general Rui Ferreira, pela imediata disponibilidade em conceder-me uma entrevista e partilhar o seu profundo conhecimento, mas sobretudo, pelos conselhos e partilha de contactos, o que permitiu alargar o leque de entrevistados, algo que entendi como um exemplo de camaradagem, ao qual também procurei estar à altura com a realização deste trabalho.

A sustentação científica desta investigação, advém, em grande medida, do contributo de todos os Oficiais, que tiveram a gentileza de me conceder uma entrevista e partilhar as suas opiniões e experiência, assim, ao General Valença Pinto, Tenente-general Faria Menezes, Major-general Tiago Vasconcelos, Major-general Xavier de Sousa, Brigadeiro-general Lemos Pires, Brigadeiro-general Duarte Costa, Coronel Nuno Farinha, Tenente-coronel Gabriel Gomes, Tenente-coronel Paulo Cordeiro e Major Alves de Sousa, o meu profundo agradecimento.

À minha mulher Adriana, pelo incondicional apoio e constante encorajamento, e pelo que aparenta ser uma infindável generosidade em garantir a estabilidade familiar.

Às minhas filhas Benedita e Inês, que compreenderam a ausência emocional do pai, e a quem, espero que brevemente, possa compensar.



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento concetual e percurso metodológico	4
2.1. Estado da arte	4
2.2. Base concetual	6
2.3. Metodologia	8
2.3.1. Percurso metodológico	9
2.3.2. Método	9
3. O ambiente estratégico e os interesses estratégicos nacionais	11
3.1. O ambiente estratégico	11
3.2. O ambiente estratégico futuro e a NATO	13
3.3. O ambiente estratégico futuro e Portugal	14
3.4. Síntese conclusiva	20
4. Os efeitos da evolução do ambiente estratégico	21
4.1. Planeamento estratégico	21
4.2. Os ciclos de planeamento de defesa	25
4.2.1. O NATO <i>defense planning process</i>	25
4.2.2. O ciclo de planeamento de defesa militar	26
4.3. Síntese conclusiva	30
5. O ambiente estratégico e o Sistema de Forças 2014	31
5.1. O objetivo de força	31
5.2. Requisitos quantitativos	31
5.3. Requisitos qualitativos	33
5.4. A Lei de Programação Militar	34
5.5. Subsídios para a edificação da Brigada Média	37
5.6. Síntese conclusiva	43
6. Conclusões	44
Referências bibliográficas	49

Índice de Apêndices

Apêndice A — Corpo de conceitos	Apd A-1
---------------------------------------	---------



Apêndice B — Modelo de Análise.....	Apd B-1
Apêndice C — Guiões de entrevista.....	Apd C-1
Apêndice D — Universo de entrevistados	Apd D-1
Apêndice E — Sinopse das respostas às entrevistas	Apd E-1
Apêndice F — Informação NATO	(NATO RESTRICTED - Omitido)
Apêndice G — Níveis de proteção para ocupantes de viaturas blindadas	Apd G-1
Apêndice H — Projetos em curso da LPM 2019	Apd H-1

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo Bartlett	4
Figura 2 - A pirâmide da estratégia	7
Figura 3 - O planeamento de defesa militar	8
Figura 4 - Modelo de análise das entrevistas.....	10
Figura 5 - O processo de prospectiva	11
Figura 6 - A cenarização.....	11
Figura 7 - Cabos de comunicação submarinos no EEINP	15
Figura 8 – Rota migratória do Mediterrâneo ocidental e número de travessias ilegais.....	15
Figura 9 - Modelo de PE de Liotta e Lloyd.....	22
Figura 10 - As opções estratégicas e de forças do planeamento de defesa nacional.....	23
Figura 11 - A estratégia nas superpotências e nas pequenas potências	24
Figura 12 - O NDPP da NATO	25
Figura 13 – O CPDM.....	27
Figura 14 - Passo I e II do CPDM	27
Figura 15 - Passo III do CDPM.....	28
Figura 16 - Fita do tempo da principal documentação enquadrante.....	29
Figura 17 - Proposta de organização da BrigMed	38
Figura 18 - A Brigada Média NATO.....	(NATO RESTRICTED - Omitido)
Figura 19 - O CBTREC-M-BN NATO	(NATO RESTRICTED - Omitido)

Índice de Quadros

Quadro 1 – Modelo de análise.....	Apd B-1
-----------------------------------	---------

Índice de Tabelas



Tabela 1 - Abordagens ao PE	5
Tabela 2 - Análise comparativa da prospetiva.....	12
Tabela 3 - Respostas às questões Q1 e Q4	13
Tabela 4 - O EEINC	16
Tabela 5 - As ameaças e o seu ponto de aplicação	19
Tabela 6 - Respostas à questão Q3	19
Tabela 7 - Respostas às questões Q2 e Q5	20
Tabela 8 - Respostas à questão Q6	23
Tabela 9 - Respostas às questões Q7 e Q8	23
Tabela 10 - Capacidades futuras.....	26
Tabela 11 - Respostas à questão Q11	33
Tabela 12 - Respostas à questão Q18	34
Tabela 13 - Respostas às questões Q13, Q15, Q19 e Q20.....	36
Tabela 14 - Respostas à questão Q17	37
Tabela 15 - M/A 1	39
Tabela 16 - M/A 2	39
Tabela 17 - Viaturas do AgrMec	39
Tabela 18 - Viaturas do GRec	40
Tabela 19 - Viaturas do BIMec (R).....	40
Tabela 20 - Os requisitos de proteção NATO	40
Tabela 21 - Requisitos de letalidade NATO.....	41
Tabela 22 - Investimentos da LPM relacionados com a BrigMed	41
Tabela 23 - Corpo de conceitos	Apd A-1
Tabela 24 – Guiões das entrevistas.....	Apd C-1
Tabela 25 - Listagem de entidades entrevistadas	Apd D-1
Tabela 26 – Sinopse das respostas.....	Apd E-1
Tabela 27 - Capacidades qualitativas da BrigMed NATO	Apd F-1
Tabela 28 - Níveis de proteção balística (STANAG 4569).....	Apd G-1
Tabela 29 - Níveis de proteção minas anticarro (STANAG 4569)	Apd G-1
Tabela 30 – Discriminação dos projetos da LPM.....	Apd H-1



Resumo

O objetivo deste trabalho passa por analisar a adequabilidade da componente terrestre do sistema de forças 2014, face à atribuição, pela *North Atlantic Treaty Organization*, de um objetivo de força a edificar pelo Exército Português o que ocorre numa altura em que se prevê a continuação de um ambiente estratégico volátil, imprevisível, complexo e ambíguo, mas em que se sobreleva a ameaça do tipo tradicional e híbrida à qual a evolução tecnológica, permite aceder a todos os domínios militares.

A estratégia seguida para a investigação foi qualitativa assente num raciocínio dedutivo e considerou-se que a adoção do estudo de caso, como desenho de pesquisa, seria a forma mais adequada de estudar este tema.

Da investigação realizada, foi possível verificar que a evolução do ambiente estratégico tem implicações na reorientação dos interesses estratégicos nacionais, de que resulta, no concernente à edificação de capacidades, um foco na letalidade, proteção e evolução tecnológica.

Concluiu-se também, face ao objetivo de força atribuído, que o sistema de forças consegue dar resposta em número de unidades, carecendo, todavia, de complemento ao nível quantitativo e evolução ao nível qualitativo de forma dar resposta a todos os requisitos de capacidade da *North Atlantic Treaty Organization*.

Palavras-chave:

Ambiente estratégico, planeamento estratégico, planeamento de defesa militar, sistema de forças, capacidades militares, objetivos de forças



Abstract

This papers aim is to analyze the Portuguese 2014 army organization in regard to a North Atlantic Treaty Organization target apportion, at a time in which the strategic environment is foreseen to continue to be volatile, uncertain, complex and ambiguous, with the upsurge of peer (or near peer) adversaries, and hybrid threats with multidomain capabilities.

Therefore, this research has followed a qualitative strategy with a deductive approach and a case study design in order to entail an intensive and detailed analysis of the case in study.

This investigation led to the conclusion that the evolving environment has influenced the redirection of the Portuguese national interests which, in turn, has shaped the military capability development process, to include added lethality, protection, and technological evolution.

It has also been concluded that, in spite that the Portuguese 2014 army organization is capable of coping with the target apportion, quantitatively and qualitatively evolution is required in order to meet the alliance capability requirements.

Keywords

Strategic environment, strategic planning, defense planning process, military capabilities, target apportion



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

ArtCamp	Artilharia de Campanha
AgrMec	Agrupamento Mecanizado

B

BIMecLag	Batalhão de Infantaria Mecanizado de Lagartas
BIMec (R)	Batalhão de Infantaria Mecanizados de Rodas
BrigInt	Brigada de Intervenção
BrigMed	Brigada Média

C

Cat	Categorias
CBTREC-M-BN	<i>Combat Reconnaissance Medium Battalion</i>
CC	Carros de Combate
CCEM	Conselho de Chefes de Estado-maior
CC&CS	<i>Capability Codes and Capability Statements</i>
CEMGFA	Chefe de Estado-maior General das Forças Armadas
CEM	Conceito Estratégico Militar
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CPDM	Ciclo de Planeamento de Defesa Militar
Cont	Contagem

D

DF	Dispositivo de Forças
DMOCPDM	Diretiva Ministerial Orientadora do Ciclo de Planeamento de Defesa Militar
DMPDM	Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar
DOTMLPII	Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal, Infraestruturas e Interoperabilidade
DPF	Divisão de Planeamento de Forças

E

ECOSF	Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças
EdCapMil	Edificação de Capacidades Militares
EE	Entrevistas Exploratórias
EEINC	Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural
EEINP	Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente



EME	Estado-maior do Exército
EMGFA	Estado-maior General das Forças Armadas
EPM	<i>Enterprise Project Management</i>
F	
FFAA	Forças Armadas
FfFAO	<i>Framework for Future Alliance Operations</i>
FLig	Forças Ligeiras
FMed	Forças Médias
FPes	Forças Pesadas
FRI	Força de Reação Imediata
G	
GST	<i>Global Strategic Trends</i>
GRec	Grupo de Reconhecimento
I	
IFV	<i>Infantry Fighting Vehicle</i>
IUM	Instituto Universitário Militar
IVAR	Informação, vigilância, aquisição de objetivos e reconhecimento terrestre
L	
LPM	Lei de Programação Militar
LIM	Lei das Infraestruturas Militares
M	
M/A	Modalidades de Ação
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MENA	Médio Oriente e Norte de África
MIFA	Missões das Forças Armadas
N	
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NEP	Norma de Execução Permanente
NDPP	<i>NATO Defense Planning Process</i>
O	
OE	Objetivos Específicos
OG	Objetivo Geral



P

PE	Planeamento Estratégico
PEDN	Planeamento Estratégico de Defesa Nacional
PTG	Panorama de Tendências Geopolíticas
PESTA	Político, Económico, Social, Tecnológico, Ambiental

Q

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
QOM	Quadros Orgânicos de Material

R

RCM	Resolução do Conselho de Ministros
-----	------------------------------------

S

SF	Sistema de Forças
SFA	<i>Strategic Foresight Analysis</i>
SF2014	Sistema de Forças 2014
SH	<i>Strategic Horizons</i>
SubCat	Subcategorias

U

UE	União Europeia
----	----------------

V

VICA	Volátil, Imprevisível, Complexo e Ambíguo
VPO	Volante de Prontidão Operacional



1. Introdução

O planeamento de defesa militar encarado sob a ótica de capacidades militares e tendo em conta os recursos necessários para a sua edificação terá, necessariamente, de considerar o ambiente estratégico onde se prospecta que aquelas venham a ser empregues – algo que deve ser tido em conta, tanto no plano nacional, como pelas organizações internacionais a que Portugal pertence.

A *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), através do *Strategic Foresight Analysis* (SFA) descreve o referido ambiente como sendo de rápida mudança, complexo e imprevisível (NATO, 2017). Esta caracterização, é a base para desenvolver o NATO *Framework for Future Alliance Operations* (FfFAO), que acrescenta que esse ambiente é também dinâmico e ambíguo (NATO, 2018b).

No que à ameaça diz respeito, a NATO passou a destacar adversários cuja capacidade militar é de paridade (ou quase) com a da aliança e a enfatizar a importância da preparação para operações de grande envergadura e de alta intensidade (NATO, 2018b) – o que resulta numa clara inflexão no sentido da preparação para a ameaça do tipo tradicional.

No plano nacional, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) (Resolução do Conselho de Ministros [RCM] N.º 19/13, de 21 de março), caracteriza o contexto internacional como sendo crescentemente instável e imprevisível e quanto às ameaças e riscos, identifica, entre outros, o terrorismo transnacional, a pirataria, a criminalidade transnacional organizada ou proliferação de armas de destruição massiva.

A Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar (DMPDM) de 2020, caracteriza as tendências globais com impacto estratégico em Portugal, de uma grande volatilidade e quanto às ameaças e riscos, caracteriza-as, como imprevisíveis (DMPDM - quadriénio 2019-2022, Despacho n.º 2536/20, de 6 de fevereiro).

Por conseguinte, verifica-se que a caracterização do ambiente estratégico encontrada na principal documentação orientadora do planeamento de defesa militar, seja no plano internacional ou nacional, está consentânea com uma realidade de crescente complexidade e incerteza, em que, não obstante a dificuldade em definir uma só ameaça, a NATO dá particular relevo à preparação que deve existir para a ameaça do tipo tradicional.

Num tal contexto, a aliança atlântica, conduz o NATO *Defense Planning Process* (NDPP) de forma a permitir que o planeamento de defesa nos países aliados possa evoluir de modo coordenado. Atualmente está em vigor o ciclo 2019-2022 e prestes a ser atribuído aos aliados os objetivos de forças a edificar.



No plano nacional, o Ciclo de Planeamento de Defesa Militar (CPDM) que também visa a Edificação de Capacidades Militares (EdCapMil) está, desde 2011, harmonizado com o NDPP.

Ora, nos termos da lei, decorre do CEDN, um conjunto de documentação estruturante de que se destaca o Sistema de Forças (SF) aprovado em 2014, pelo que, justifica-se como necessário indagar, ao nível organizacional, em que medida o SF continua ou não a dar resposta aos novos objetivos de força da NATO cuja difusão se prevê para breve.

Assim, o objeto de estudo desta investigação foi o Sistema de Forças 2014 (SF2014) e a sua adequabilidade aos novos objetivos de força NATO.

O estudo deste objeto encontra-se temporalmente delimitado entre 2013 e a atualidade, considerando a data de aprovação do CEDN documento percussor da documentação subordinada, nomeadamente, o SF. No domínio do espaço a investigação considera apenas o Exército Português e, quanto ao conteúdo, fica delimitada apenas às unidades de manobra.

Assim, definiram-se dois tipos de objetivos, o Objetivo Geral (OG), diretamente relacionado com o tema do trabalho, e os Objetivos Específicos (OE), que, decorrendo do OG, foram orientados para dar resposta a um aspeto mais específico, do objetivo mais abrangente (Vilelas, 2009, p.77).

Como tal, o OG desta investigação é analisar o SF2014, face aos objetivos de força da NATO. Decorrente deste OG, identificaram-se dois OE.

O OE1 visa analisar a repercussão do atual ambiente estratégico para os interesses estratégicos de Portugal.

Com o OE2 pretende-se analisar as implicações do ambiente estratégico na EdCapMil.

No que diz respeito às questões de investigação, designadamente a Questão Central (QC), Quivy e Campenhoudt (2003, pp. 31–44) refere que deve ser clara, exequível e pertinente. Assim, esta investigação procura responder à seguinte QC: qual o modelo organizacional dos Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças (ECOSF) mais adequado aos objetivos de força identificados pela NATO?

Bryman (2012, p. 90) acrescenta que devem existir questões interligadas, mas que *per si*, possam contribuir com algo de novo para a investigação, sendo que, para o efeito não devem ser demasiado restritivas ou, por outro lado, latas. Por conseguinte, identificaram-se as seguintes Questões Derivadas (QD):

QD1: qual a repercussão do atual ambiente estratégico nos interesses estratégicos de Portugal?

QD2: em que medida o ambiente estratégico influencia a EdCapMil?



Este trabalho encontra-se estruturado inicialmente por esta introdução em que foi abordado o enquadramento e justificação do tema, o objeto do estudo e sua delimitação, os objetivos da investigação, a QC de investigação, e a organização do estudo que ora se apresenta.

No segundo capítulo, apresentou-se o resultado da revisão da literatura que visou a definição inicial do “estado da arte”, e permitiu identificar um quadro concetual que encorpe o remanescente do trabalho. Este capítulo terminou com o percurso metodológico adotado.

O terceiro capítulo, ficou vocacionado para a análise da repercussão do atual ambiente estratégico nos interesses estratégicos de Portugal e, por conseguinte, ficou orientado para o OE1 e para a resposta à QD1.

Com o quarto capítulo, fez-se análise das implicações do ambiente estratégico na EdCapMil pelo que, procura dar cumprimento ao OE2 e resposta à QD2.

O quinto capítulo, ficou norteado para atingir OG e QC deste trabalho, pelo que, consequentemente, analisa-se o SF2014, face aos objetivos de força da NATO.

Este trabalho terminou com as conclusões em que se fez um breve reenquadramento do tema, sumarizou-se o procedimento metodológico seguido, apresentando uma súmula dos resultados obtidos e o seu contributo para o conhecimento, mais se identificando, limitações da investigação e propostas de estudos futuros.

2. Enquadramento concetual e percurso metodológico

Este capítulo visa a definição inicial do “estado da arte”, assim como, através de um quadro concetual, apresentar os conceitos estruturantes da presente investigação, sendo que outros conceitos são apresentados no Apêndice A. O presente capítulo termina com aquilo que foi o percurso metodológico adotado.

2.1. Estado da arte

No concernente ao ambiente estratégico, destaca-se Bartlett e Somes (1995, p. 116), para quem a necessidade de previsão do ambiente conjugada com recursos limitados e o risco que advém da tomada de opções face a essa limitação, como uma das tarefas mais desafiantes para o Planeamento Estratégico (PE) (Figura 1).

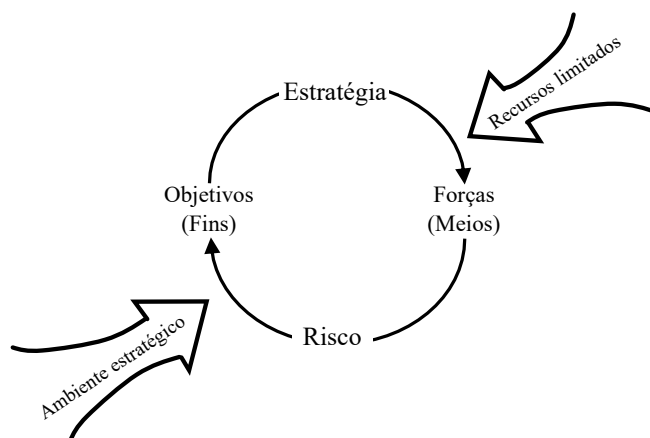


Figura 1 - Modelo Bartlett

Fonte: Adaptado a partir de Bartlett e Somes (1995, p. 115)

Também se deve dar relevância ao contributo destes autores para o conhecimento, ao sistematizar as várias abordagens ao PE e que se resumem na Tabela 1.

Contudo, face ao objeto deste trabalho torna-se relevante indagar sobre a forma como NATO perceciona o ambiente estratégico.

Nesse sentido, Wilhelmsen e Gozimirski (2017) consideram que invasão da Geórgia em 2008, conjugada com a anexação da Crimeia em 2014, provocou uma espiral de desconfiança entre a NATO e a Rússia. Para Moscovo, o alargamento da NATO para leste, para regiões que entende como a sua esfera de influência (o seu *near abroad* (Toal, 2017, p. 3)) tem sido acompanhado pelo incitamento a convulsões internas, que visam operar mudanças de regime.



Tabela 1 - Abordagens ao PE

Abordagem	Foco	Vantagens	Desvantagens
Descendente (<i>top-down</i>)	Interesses, objetivos, estratégias	Enfoque no fim último Sistematização (macro) Integração dos domínios de poder	Receio de confrontar o escalão superior Percepção da opinião pública sobre a estratégia
Ascendente (<i>bottom-up</i>)	Capacidades militares atuais	Ênfase na atualidade Auxilia o planeamento do nível operacional	Negligencia o futuro Perde compreensão situacional
Cenário	Situação, circunstâncias	Especificidade do foco Encoraja a priorização	Negligencia a imprevisibilidade
Ameaça	Adversários	Foco no futuro Ênfase nas capacidades militares	Demasiado simplista Pouca adaptabilidade a mudanças de situação
Missão	Funções conjuntas, funções de combate	Avaliação realista das capacidades Priorização	Tendência para ignorar o fim último
Cobertura	Minimização do risco	Acautela a incerteza Assegura o equilíbrio e a flexibilidade	Subestima o próprio potencial de combate Sobrestima capacidades adversárias
Tecnologia	Superioridade tecnológica	Ênfase no conhecimento e na criatividade Multiplicador do potencial de combate	Custos elevados Aumento do risco
Fiscal	Orçamento	Apoio e ligação ao processo democrático Requer o estabelecimento de prioridades	Tendência para não refletir o ambiente estratégico

Fonte: Adaptado a partir de Bartlett e Somes (1995, p. 125)

Como tal, a Rússia perceciona uma ameaça tanto no plano interno como no externo, motivo pelo qual, adotou uma postura mais assertiva que incluiu o emprego do instrumento militar na Ucrânia em 2014 (Wilhelmsen & Gozimirski, 2017, p. 68).

Mearsheimer (2014) também argumenta que a conjugação do alargamento da NATO e da União Europeia (UE) têm vindo a representar uma ameaça direta aos interesses da Rússia, o que a tem levado a reagir defensivamente. Cohen (2015), acompanha esta linha argumentativa e acrescenta que a admissão dos Países Bálticos à NATO representou uma ameaça direta à Rússia.

Este contexto global, que Calmels (2020) descreveu como o arco da insegurança, uma vez que inclui a constante instabilidade e conflitualidade a sul da Europa, conduziu a que a aliança desenvolvesse a sua visão 360° para que, de alguma forma, demonstre a sua determinação e compromisso tanto a leste como a sul.

Da revisão de literatura sobre a EdCapMil, Silva (2017), identifica que a principal diferença do processo da UE para o da NATO, reside no facto de o contributo militar para a aliança atlântica ter um pendor obrigatório.



Já a investigação de Abreu (2017) versou sobre a EdCapMil no quadro do CPDM, tendo em vista a adequada renovação dos sistemas de armas, apresentando como principais conclusões os ajustamentos passíveis de introduzir nos projetos da Lei de Programação Militar (LPM) face ao ambiente estratégico.

Pires (2018) aborda o conceito de *Multi-Domain Battle* e suas implicações na EdCapMil do Exército, concluindo que aquele conceito também tem aplicabilidade nos baixos escalões.

O artigo de Correia (2019) é, porventura, aquele cuja QC mais se aproxima daquela identificada para este trabalho. A sua análise inclui uma abordagem ao ambiente estratégico presente e tendências futuras e a forma como tal, pode afetar a aplicação do instrumento militar pela NATO.

Atendendo à revisão de literatura acima efetuada, considera-se que o contributo que este trabalho procura trazer ao conhecimento, está relacionado com a forma como o atual ambiente estratégico influencia o processo de EdCapMil, seja ao nível NATO, seja ao nível nacional e, sobretudo, se o SF2014 continua a dar resposta a um objetivo de força atribuído, e como tal, se continua adequado ao ambiente estratégico, o que se entende que torna esta investigação pertinente e inovadora.

2.2. Base concetual

O ambiente estratégico, deve ser entendido como o conjunto de fatores, nacionais, internacionais ou globais, que afetam as decisões ao nível político ou militar, no que concerne ao emprego de instrumentos de poder seja em período de paz, ou guerra (Joint Chiefs of Staff, 2018, pp. 1–2). Note-se a diferença para a concetualização de ambiente operacional como estando relacionada com o facto deste, dizer respeito ao emprego apenas do domínio militar em determinado ambiente (Department of the Army, 2017, pp. 1–4; Exército Português, 2012, pp. 1–1).

Quanto à estratégia, deve ser entendida como a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que suscitam, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política (Couto, 1988, pp. 209–210). Considera-se também útil perceber as divisões da estratégia, que, quanto às formas de coação pode ser hierarquizada enquanto estratégias total, gerais e particulares (Couto, 1988, p. 229) (Figura 2).

Considerando que é ao nível das estratégias gerais que se situa a charneira entre a conceção e a execução, e que a estratégia estrutural, está diretamente relacionada com o OG



deste trabalho, esta pode ser definida como a atividade que deteta e analisa as vulnerabilidades e as potencialidades das estruturas existentes, de forma a reduzirem-se vulnerabilidades e a reforçarem-se potencialidades, para obter um melhor rendimento dos meios e recursos (Couto, 1988, p. 230).

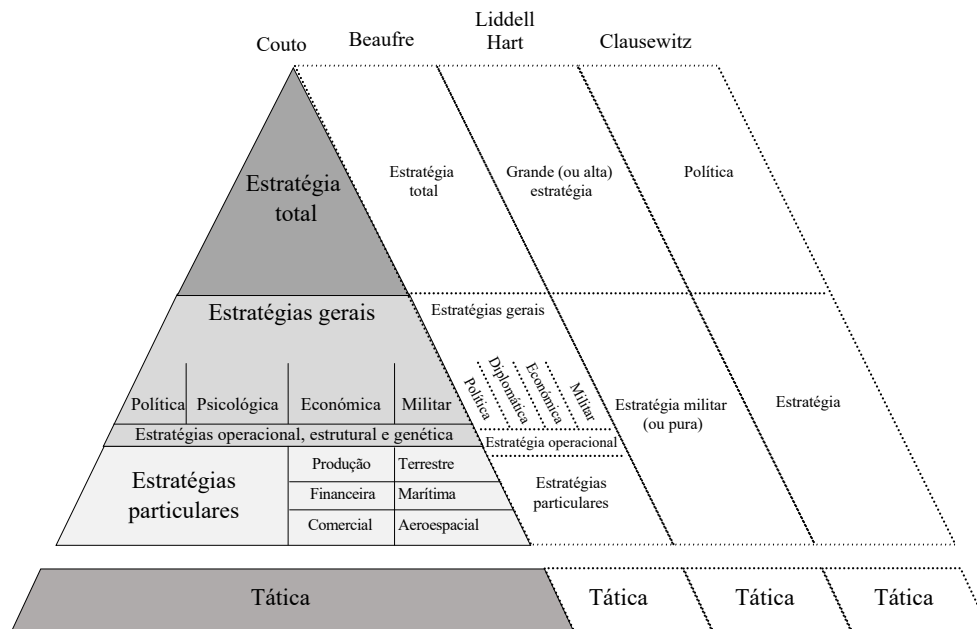


Figura 2 - A pirâmide da estratégia

Fonte: Adaptado a partir de Arnillas, Shaffer e Mantilla (2013, p. 18), Beaufre (1998, pp. 37–39), Couto (1988, pp. 227–230) e Hart (1967, pp. 319–323)

Quanto à estratégia genética, deve ser entendida como tendo por objeto a invenção, construção ou obtenção de novas capacidades, a colocar à disposição da estratégia operacional, no momento adequado, tendo em conta a prospetiva militar (Couto, 1988, p. 231).

Esta – a prospetiva – é entendida como uma antecipação para esclarecer a ação presente à luz dos futuros possíveis e desejáveis (Godet & Durance, 2011, p. 16).

Quanto ao planeamento de defesa militar articula-se nas duas dimensões constantes na Figura 3 (Diretiva Ministerial Orientadora do Ciclo de Planeamento de Defesa Militar [DMOCPDM], Despacho n.º 4/11, de 31 de janeiro).

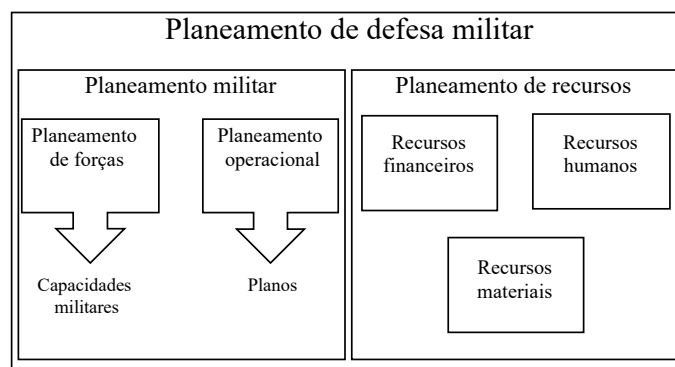


Figura 3 - O planeamento de defesa militar

Fonte: Adaptado a partir da DMOCPDM (Despacho n.º 4/11)(Despacho n.º 4/2011, 2011)

O CPDM deve ser entendido como sendo um processo sistémico, concorrente e flexível no qual cada uma das entidades envolvidas realiza atividades de planeamento, integradas num esforço agregado, que incorpora as alterações do novo enquadramento legislativo e da metodologia do ciclo de planeamento da NATO, em articulação com o processo de desenvolvimento de capacidades da UE, designadamente no que respeita à sua duração, conteúdo e desenvolvimento baseado em capacidades militares (DMOCPDM, Despacho n.º 4/11).

As capacidades militares, devem ser entendidas como o conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando as componentes da Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal, Infraestruturas e Interoperabilidade (DOTMLP2) o que corresponde aos vetores de desenvolvimento de capacidades militares (DMPDM, Despacho n.º 11400/14, de 3 de setembro).

2.3. Metodologia

Considerando o objetivo da investigação, entendeu-se que a ontologia, sob uma abordagem objetivista, orientada para o estudo da realidade enquanto estrutura concreta e objetiva (Santos & Lima, 2019, p. 15), como o posicionamento mais adequado para estudar esta temática uma vez que se pretende estudar a forma como os ECOSF se podem organizar face aos objetivos de força atribuídos.

Procurou-se implementar um raciocínio indutivo, partindo do particular para o geral, e uma estratégia de investigação qualitativa numa lógica de busca de padrões encontrados nos dados – neste caso em documentação nacional, NATO e entrevistas – em que se



procuraram atribuir os respetivos significados (Vilelas, 2009, p. 105 cit. por Santos & Lima, 2019, p. 27; Creswell & Creswell, 2018, p. 264; Newman & Benz, 1998, p. 21).

O desenho de pesquisa adotado foi o estudo de caso, concernente à análise de informação detalhada sobre uma única unidade de estudo, o que se enquadra no âmbito da estratégia de investigação qualitativa e apresenta uma natureza essencialmente empírica e descritiva (Santos & Lima, 2019, p. 37).

Considerando que se pretende a recolha de dados, num determinado instante de tempo, entendeu-se adequado abordar a temática através de um horizonte temporal transversal (Santos & Lima, 2019, p. 33; Bryman, 2012, p. 58) (Apêndice B).

2.3.1. Percurso metodológico

A presente investigação percorreu as duas fases preconizadas pelo Instituto Universitário Militar (IUM) (Norma de Execução Permanente [NEP], 2020).

Na primeira fase, enquadrou-se o tema, para o que contribuíram a realização de Entrevistas Exploratórias (EE) a que se seguiram leituras preliminares e consulta de trabalhos de investigação realizados no IUM relacionados com este tema o que permitiu contribuir para estabelecer a base concetual e o “estado da arte”.

Na segunda fase – de recolha, apresentação dos dados e discussão dos resultados – visou-se atingir os objetivos e responder às questões identificadas com recurso à análise documental, reforçada com a realização de entrevistas com os principais intervenientes do PE, de onde foi possível apresentar as principais conclusões e assim retirar contributos para o conhecimento.

2.3.2. Método

No que concerne ao método, salienta-se a utilização de dois instrumentos de recolha de dados, típicos da estratégia qualitativa: a análise documental e entrevistas.

Para a análise documental contribuíram a utilização de sistemas de informação acessíveis publicamente e a consulta de documentação NATO e estudos realizados pelo Estado-maior do Exército (EME) para analisar a literatura, estudos, planos e diretivas que continham informação relacionada com este objeto de estudo.

Com o intuito de reforçar a análise documental foram conduzidas entrevistas semiestruturadas, cujas questões foram agrupadas por indicador e assentes em guiões de entrevista adaptados para o nível (ou divisão) da estratégia em que a entidade entrevistada se situa (Apêndice C).



Como tal, as entrevistas ficaram vocacionadas para Oficiais cuja função está relacionada com o PE desde o nível da estratégia total, até ao nível tático (Apêndice D). Adicionalmente, e de forma a alargar o espetro dos entrevistados, incluíram-se um conjunto de entidades militares, que, apesar de atualmente não desempenharem funções ligadas ao PE, têm créditos firmados nessa área.

Para a análise do conteúdo que decorre destas entrevistas, optou-se pelo método advogado por Guerra (2006). Com efeito, esta autora identifica cinco etapas (Figura 4) para a análise de entrevistas com o fito de descrever e interpretar os contributos dos entrevistados (Guerra, 2006, p. 69).

Salienta-se que as sinopses, constam no Apêndice E, assim, como se entende relevante destacar que, para a execução da análise descritiva, fez-se uma análise categorial, assente nas questões realizadas. Seguidamente conduziu-se uma análise temática tradicional (Guerra, 2006, p. 83), com recurso às categorias (Cat) anteriormente identificadas e à contagem (Cont) de subcategorias (SubCat). A análise interpretativa, assentou e decorreu da análise descritiva.

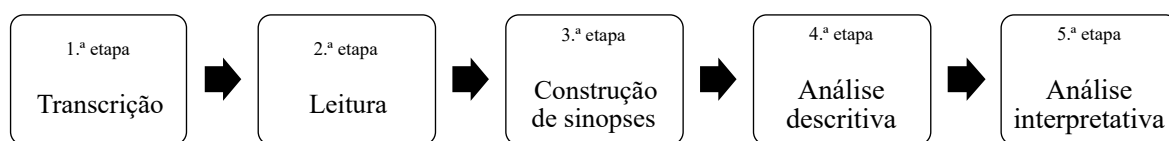


Figura 4 - Modelo de análise das entrevistas
Fonte: Adaptado a partir de Guerra (2006)

Cumprir referir, que as entrevistas realizadas e o consentimento relativo ao tratamento do conteúdo obtido nas mesmas, destina-se exclusivamente ao desenvolvimento do presente estudo, nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados (n.º 4, do art.º 31.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto).

3. O ambiente estratégico e os interesses estratégicos nacionais

Neste capítulo, pretende-se abordar as principais tendências do ambiente estratégico e relacionar as mesmas com os interesses estratégicos de Portugal, designadamente com o Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural (EEINC).

3.1. O ambiente estratégico

Como se verificou (Figura 1), o ambiente estratégico é um fator de planeamento essencial para o PE. Ora, conforme refere Correia (2019, p. 714), para lidar com a atualidade – para o planeamento operacional – as capacidades militares foram pensadas há uma década. Quer isto dizer, que a sua edificação é, não só morosa, como do ponto de vista do planeamento de recursos, também onerosa (e.g. a LPM é planeada para três quadriénios até o ano de 2030). Como tal, verifica-se como fundamental a análise do ambiente estratégico futuro já que a preparação para o mesmo, começa na atualidade.

Para Nelson (2015, p. 2) este é um processo que preconiza a ação no presente, de forma a garantir o suprimento de necessidades futuras e que, como aborda Smith (2016), envolve análise, interpretação e cenarização dos futuros possíveis (Figuras 5 e 6).

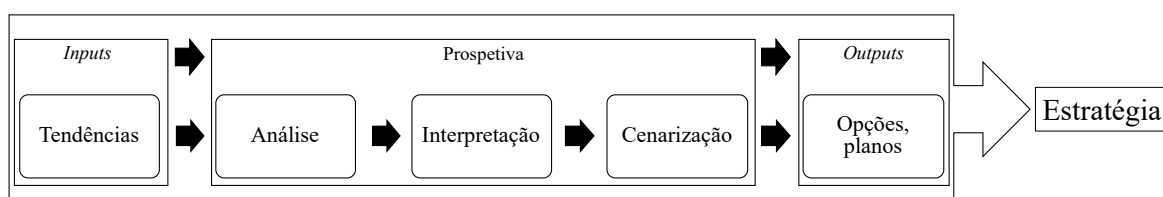


Figura 5 - O processo de prospectiva

Fonte: Adaptado a partir Smith (2016)

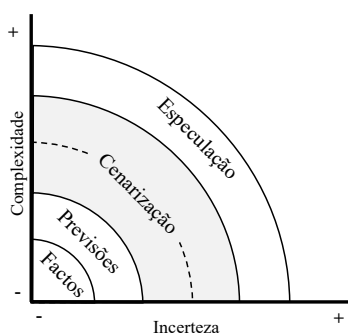


Figura 6 - A cenarização

Fonte: Adaptado a partir Smith (2016)

Neste particular, verifica-se que algumas nações aliadas de Portugal produzem, através dos seus Ministérios da Defesa Nacional (MDN), relatórios dedicados em exclusivo à



prospetiva¹. Da análise às entrevistas sobre este aspeto, constata-se que tal documento específico, é inexistente na estrutura nacional de PE, ressaltando os trabalhos em curso sobre a visão 2035 para o Exército (N. Farinha, entrevista por videoconferência, 30 de abril de 2021). Sobre esta questão, R. Ferreira (entrevista presencial, 1 de abril de 2021), reconhece a utilidade de tal documento, no entanto, a sua ausência não se afigura como condicionante para o PE, uma vez que Portugal, enquanto participante nos fóruns aliados sobre estas temáticas, não tem vindo a ser surpreendido por qualquer evolução no ambiente estratégico.

Os referidos documentos foram resumidos na Tabela 2, para, comparativamente, se identificarem as principais tendências que se visualizam para o futuro ambiente. A esta análise, foi acrescentado o CEDN, que, enquanto documento enquadrante da política de defesa nacional, também aborda as principais tendências.

As várias temáticas foram agrupadas nos fatores Político, Económico, Social, Tecnológico, Ambiental (PESTA) e em que são mencionados os assuntos que se consideram mais citados.

Tabela 2 - Análise comparativa da prospectiva

Fator	Tendência (de longo prazo)	SFA NATO (2017)	PTG ESP (2019)	GST R U (2018)	SH FRA (2013)	CEDN PRT (2014)
Político	Alteração à balança de poder para a Ásia	X	X	X	X	X
	O fim do domínio ocidental				X	
	Nova ordem internacional (mundo multipolar)		X	X	X	
	Aumento da instabilidade e volatilidade	X			X	X
Económico	Aumento da procura de recursos não-energéticos (água, terra produtiva, alimentos)	X	X	X	X	X
	Disputa geopolítica pela exploração de recursos energéticos no ártico	X	X			X
	Aumento da procura de recursos naturais	X	X	X	X	X
	Pressão sobre os orçamentos de defesa	X				
Social	Demografia (envelhecimento da população ocidental)	X	X	X	X	X
	Aumento da urbanização	X	X	X	X	
	Aumento da migração	X	X	X	X	X
Tecnologia	O espaço e ciberespaço como domínios de conflitualidade	X	X	X		
	Desenvolvimento tecnológico	X	X	X	X	X
	Dependência tecnológica	X		X	X	
Ambiente	Alterações climáticas	X	X	X	X	X
	Desastres naturais	X	X	X	X	X

Assim, sobre o ambiente estratégico, tende-se a concordar com Garcia (2019) e Pires (2020, p. 27) quando o descrevem como fluído, instável e imprevisível, em que as ameaças

¹ SFA da NATO (2017), o *Panorama de Tendencias Geopolíticas* (PTG) do MDN Espanhol (2019), o *Global Strategic Trends* (GST) do MDN do Reino Unido (2018), o *Strategic Horizons* (SH) do MDN Francês (2013)



e desafios advêm de atores estatais e não-estatais sob formas diversas como sejam o emprego da força militar, o domínio ciber, passando pelo terrorismo e a ameaça híbrida.

A descrição anterior, está também em linha geral com a opinião dos entrevistados que, quanto às tendências (Tabela 3), destacam a questão da disputa pelos *global commons* de que deve ser realçado o ciberespaço e as consequências provocadas pelas alterações climáticas, com impacto para os estados falhados e migrações. Com efeito, o atual – e futuro – ambiente estratégico pode ser caracterizado por um estado constante de rápida mudança em que a evolução tecnológica permite a um conjunto de atores aceder ao multidomínio.

Tabela 3 - Respostas às questões Q1 e Q4

Cat: tendências	Entrevistado										Cont
SubCat	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Disputa pelos <i>global commons</i> (espaço, ciberespaço ou ártico)	X	X	X	X	X	X		X	X		9
Alterações climáticas	X	X	X	X	X	X		X			8
Competição por recursos				X	X	X	X	X	X		7
Estados falhados			X	X	X	X			X		6
Pandemias		X					X	X	X	X	5
Multidomínio		X	X						X		4
Migrações			X					X	X		4
Evolução tecnológica	X						X	X			4
Tecnologias disruptivas		X		X		X					4
Mudança permanente								X	X	X	3
Balança de poder: Indo-Pacífico	X								X	X	3
Globalização					X			X			3
Bipolaridade do sistema internacional									X		2

3.2. O ambiente estratégico futuro e a NATO

A NATO faz a sua prospetiva fundamentalmente através de dois documentos: o SFA e o FfFAO. O SFA (NATO, 2017) procura prever as principais tendências de evolução do ambiente estratégico a longo prazo e o FfFAO (NATO, 2018b) tem por objetivo a recomendação de capacidades militares a edificar num horizonte de 15 anos.

Com particular relevo para PE é necessário, não só, uma caracterização atual e futura do ambiente, mas sobretudo da ameaça previsível que nele se preveja encontrar. De facto, o FfFAO prevê que o conflito armado seja caracterizado por um alargado conjunto de circunstâncias de que se destaca a presença de adversários de ideologia radical, o aumento de atores não-estatais e a previsão da presença de adversários cuja capacidade militar é de paridade (ou quase) com a da NATO (NATO, 2018b, p. 13). Ao comparar com a versão anterior (NATO, 2015), verifica-se que esta menção a adversários com capacidades equiparadas à aliança é uma evolução na versão de 2018, e, infere-se, um dos motivos para a atualização do documento.



Com efeito, para Garcia (2019), a NATO no seu flanco leste, tem vindo a reagir àquilo que perceciona como uma postura agressiva e expansionista da Rússia, através de uma lógica dissuasora materializada em iniciativas defensivas nesse flanco², com o aumento do efetivo da NATO *Response Force* e com a criação de forças de reação rápida³.

Por outro lado, no seu flanco sul, na região do Médio Oriente e norte de África (MENA), a aliança reconhece os desafios securitários, que, causados pela instabilidade contínua e conflitos regionais, se concretizam pela pressão migratória sobre a Europa e recrudesimento do terrorismo, pelo que, se encontra a desenvolver a sua visão 360°.

Porém, para Morgan (2018, p. 3), esta iniciativa a Sul, tem tendência a ser encarada mais como uma retórica política para tranquilizar os aliados meridionais, do que propriamente tendente à EdCapMil concretas. Relacionado com esta matéria, é de mencionar L. Pires (entrevista por videoconferência, 16 de abril de 2021) e V. Pinto (entrevista por videoconferência, 13 de abril de 2021), que visualizam uma maior autonomia estratégica da UE que de “forma complementar”, e, portanto, “*for the NATO*”, fique mais vocacionada para a região MENA (incluindo o Sahel).

3.3. O ambiente estratégico futuro e Portugal

Tendo-se explorado as principais tendências do ambiente estratégico, importa concretizar as suas implicações para os espaços de interesse estratégico de Portugal.

Neste enquadramento, Palmeira (2006, cit. por Meneses, 2016) visualiza três triângulos estratégicos portugueses interdependentes, que designa como triângulos nacional, lusófono e mundial. Por similitude com a concetualização aposta no CEDN, usar-se-á esta matriz.

O triângulo nacional é definido pelo território continental, Madeira e Açores, que pela sua localização permite o controlo de algumas das principais rotas marítimas do Atlântico. Este triângulo é também mencionado no CEDN (2013, p. 20), que encarado sob uma perspetiva estratégico-militar, corresponde ao Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP) (Conselho de Chefes de Estado-maior [CCEM], 2014, p. 12).

Sobre este espaço é expectável que a tendência do recrudesimento da ameaça do tipo tradicional, possa significar o aumento das suas capacidades disruptivas à livre circulação

² *enhanced Forward Presence*

³ *Very High Readiness Joint Task Force*

marítima (incluindo a possibilidade de ameaça aos cabos submarinos de comunicação⁴) (Figura 7).

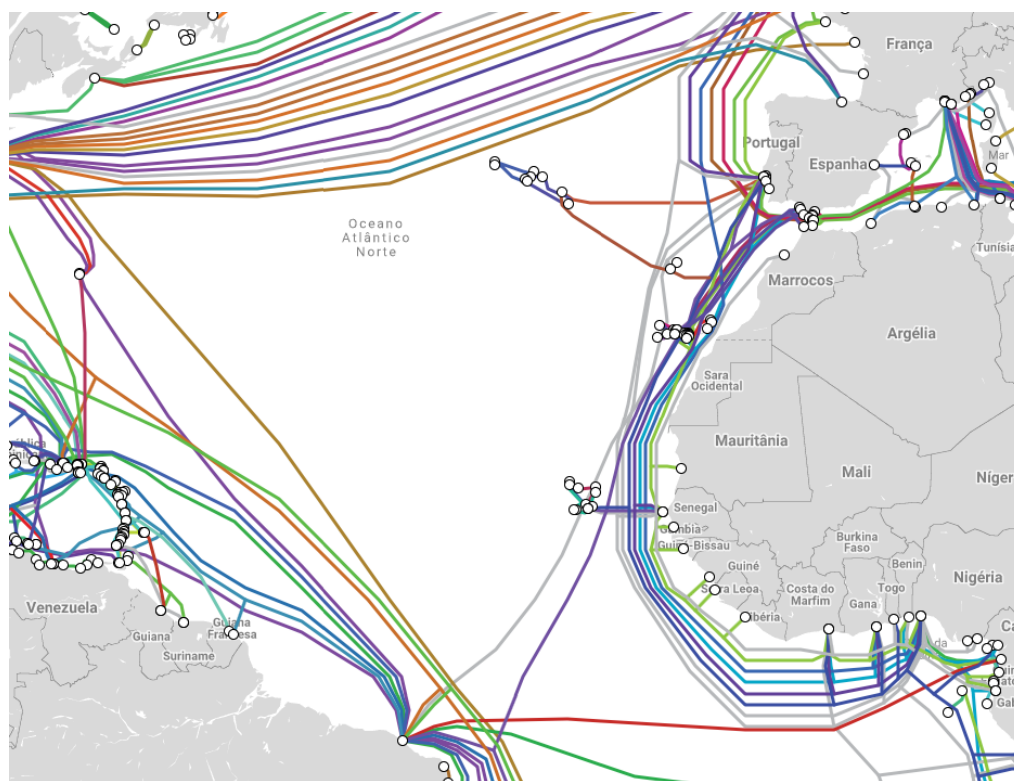


Figura 7 - Cabos de comunicação submarinos no EEINP

Fonte: Retirado de PriMetrica (2021)

Adicionalmente, considerando as consequências das alterações climáticas, sobre o norte de África, torna-se provável o aumento da emigração ilegal sobre a rota migratória do Mediterrâneo ocidental – que, de resto, tem vindo a demonstrar uma tendência crescente (Figura 8).

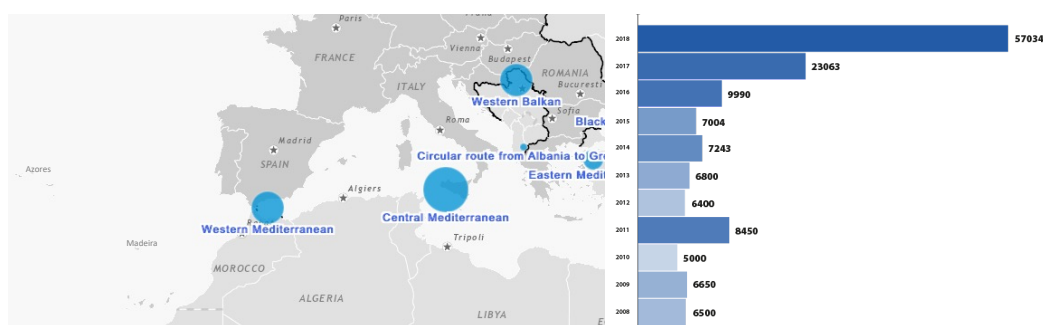


Figura 8 – Rota migratória do Mediterrâneo ocidental e número de travessias ilegais

Fonte: Retirado de Frontex (2018)

Quanto ao triângulo lusófono, resulta da articulação entre os vértices Lisboa, Brasília e Luanda, e permite um relacionamento privilegiado com dois países que, tal como alude

⁴ O Brasil tem apenas duas ligações com o continente Europeu, ambas com ligação a Portugal, assim como é de referir, que praticamente todo o ocidente de África está exclusivamente ligado a Portugal (PriMetrica, 2021) – ambas as regiões de interesse estratégico nacional



Couto (2012), possuem um grande potencial de expansão e desenvolvimento – Angola e Brasil. Por último, o triângulo mundial engloba a NATO, a UE e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Com efeito, sob uma lente estratégico-militar, todas estas abordagens podem ser englobados pelo EEINC, pelo que, cumpre sublinhar, que este espaço engloba “quaisquer zonas do globo em que, em certo momento, os interesses nacionais estejam em causa ou tenham lugar acontecimentos que os possam afetar” (CCEM, 2014, p. 26) (Tabela 4).

Tabela 4 - O EEINC

EEINC	O espaço euro-atlântico, compreendendo a Europa onde nos integramos, o espaço atlântico em geral e o relacionamento com os Estados Unidos da América
	O relacionamento com os estados limítrofes
	O Magrebe, no quadro das relações bilaterais e do diálogo com o Mediterrâneo
	Atlântico Sul, em especial, e o relacionamento com o Brasil
	África lusófona e Timor Leste
	Países em que existem fortes comunidades de emigrantes portugueses
	Países de origem das comunidades imigrantes em Portugal
	Os países ou regiões em que Portugal tenha presença histórica e cultural, nomeadamente a Região Administrativa Especial de Macau

Fonte: Adaptado a partir de RCM (n.º 6/03, de 20 de dezembro)

Em ligação com o EEINC, entende-se como relevante dar destaque a dois aspetos, que pelo seu carácter mensurável e geograficamente referenciável se tornam passíveis de análise mais detalhada.

Assim, considerando que a atual prioridade para a EdCapMil é uma Força de Reação Imediata (FRI) orientada para missões de evacuação de cidadãos nacionais (CCEM, 2014, p. 40), considera-se pertinente aferir o ponto de situação dos portugueses residentes no estrangeiro. Por outro lado, dá-se destaque também às vulnerabilidades identificadas no CEDN (2013, p. 26), designadamente aquelas que, como refere o Conceito Estratégico Militar (CEM) (2014, p. 8), possam prever a projeção de força além-fronteiras – a dependência alimentar e energética.

No que respeita ao primeiro aspeto, conclui-se que os portugueses residentes no estrangeiro não se situam em áreas que atualmente se possam caracterizar de crise ou conflito (com exceção do norte de Moçambique). Todavia, as tendências indicam um forte aumento populacional em África⁵, que, aliado à urbanização, poderá colocar pressão nos países menos

⁵ Prevê-se que até 2050 seis países africanos (Angola, Burundi, Níger, Somália, Tanzânia e Zâmbia) terão triplicado a sua população, pelo que o continente africano duplicará o número de habitantes atuais (Ministerio de Defesa, 2019, p. 49).



desenvolvidos, com possíveis consequências securitárias para as comunidades portuguesas residentes nessas regiões (Gráfico 1).

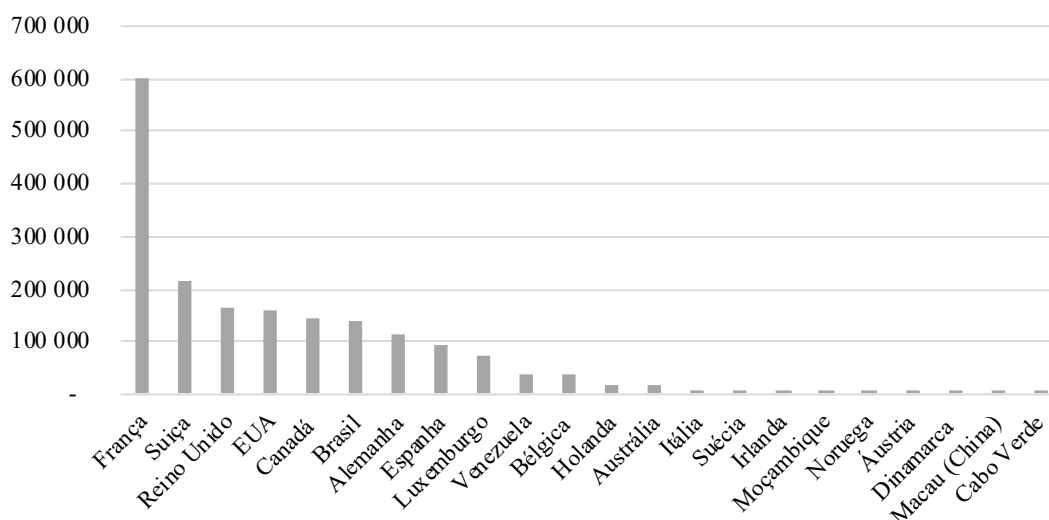


Gráfico 1 - Portugueses residentes no estrangeiro
Fonte: Adaptado a partir Observatório da Emigração (2020, p. 50)

Quanto à dependência alimentar nacional⁶, é maioritariamente suprida por países pertencentes à UE (Galli, 2020, p. 8) e, como tal, parceiros advenientes da nossa inclusão nesse espaço comercial – que se prevê estável.

Todavia, quanto à dependência energética, verifica-se que 66% das necessidades nacionais em gás natural são supridas por navio sendo que, quase metade de todas as importações são originárias da Nigéria e, por conseguinte, dependentes da livre circulação marítima no Atlântico e, designadamente, no Golfo da Guiné (Gráfico 2).

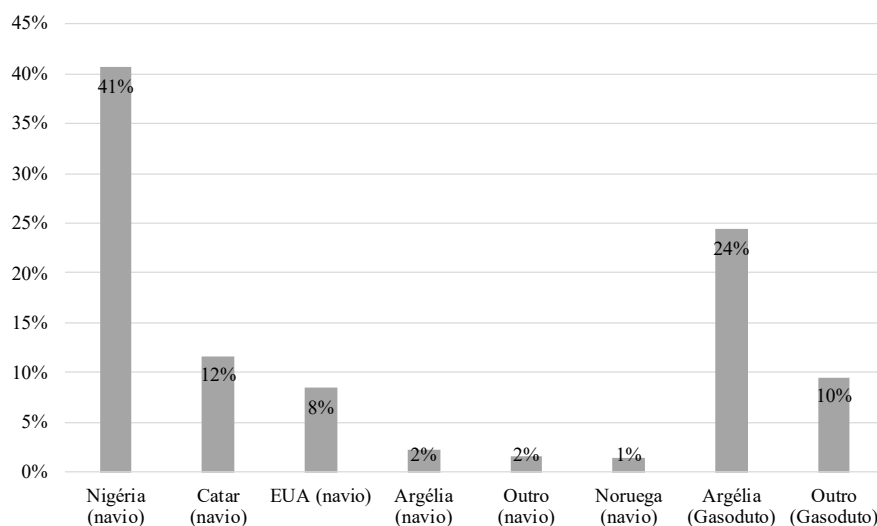


Gráfico 2 - Importações de gás natural em 2018
Fonte: Adaptado a partir de Direção-Geral de Energia e Geologia (2018)

⁶ Portugal depende maioritariamente de cereais (86.1%), seguido de açúcar, compota, mel e chocolate (78.4%), óleos e gorduras (72.4%), vegetais (66.5%) e frutas (66.4%) (Galli, 2020).

A importação de petróleo bruto tem origens mais diversificadas, logo oferece mais segurança. Note-se, contudo, como o principal fornecedor de Portugal é a Rússia, que tem sido alvo do instrumento de coação económica pela UE, assim como, está na base da inflexão da NATO para a ameaça tradicional.

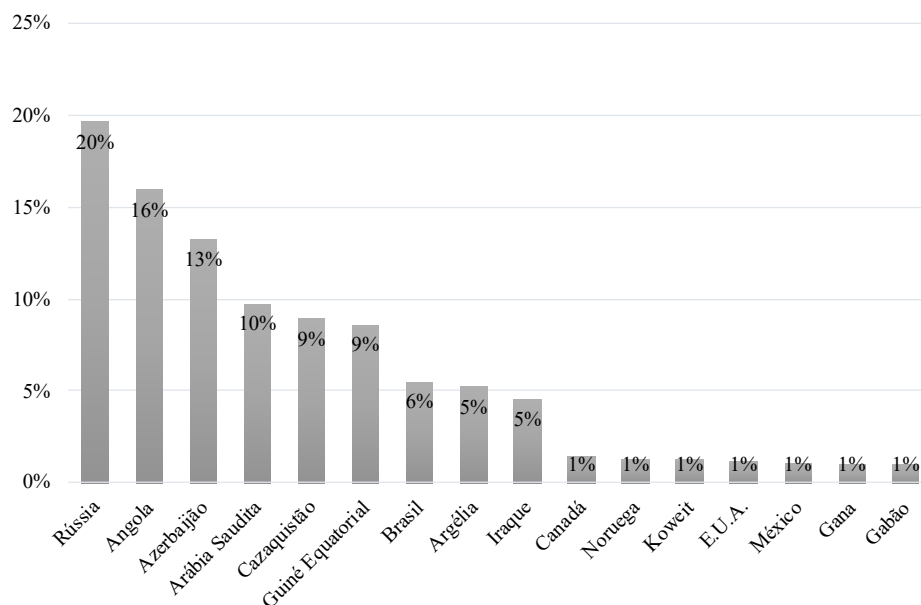


Gráfico 3 - Importações de petróleo bruto em 2018

Fonte: Adaptado a partir de Direção-Geral de Energia e Geologia (2018)

Ora, tal como refere T. Vasconcelos (entrevista por videoconferência, 12 de abril de 2021) “nem Portugal, nem grande parte das nações do mundo têm capacidade de, *per si*, estabilizar as regiões” das quais depende energeticamente, do que advém a necessidade de atuar no campo da segurança cooperativa. Compreende-se assim que, quando se aborda o EEINC, tal como refere R. Ferreira (*op. cit.*), a questão de fundo não é tanto a delimitação do mesmo – porque como se verificou, pode ter um alcance global – mas antes, sob uma perspetiva estratégico-militar, a priorização desses espaços que resulta da combinação entre os interesses nacionais, com as tendências do ambiente estratégico e recursos finitos.

É certamente na senda desta priorização, que o Chefe de Estado-maior General das Forças Armadas (CEMGFA) emite aquilo que são as suas orientações geoestratégicas. Estas, atualmente, preveem a colaboração na (i) defesa coletiva no quadro da NATO, assim como, (ii) um contributo para a segurança internacional em apoio à política externa nacional, no quadro da UE, da Organização das Nações Unidas ou numa matriz (bi)multilateral, para, através de um (iii) empenhamento equilibrado dos ramos das Forças Armadas (FFAA), garantir um (iv) enfoque no Atlântico norte até ao Golfo da Guiné e (v) assegurar a liderança de missões de paz em África. Por conseguinte, são identificadas um conjunto de áreas



estratégicas, que conjugam um cenário/ameaça com o seu ponto de aplicação (Tabela 5) (Ferreira, 2021).

Tabela 5 - As ameaças e o seu ponto de aplicação

Cenário/ameaça	Ponto de aplicação
Defesa coletiva	Espaço euro-atlântico
Emigração	Norte de África e Mediterrâneo
Ameaças híbridas	Europa de Leste
Terrorismo	Sahel e Médio Oriente
Pirataria	África ocidental com projeção no Golfo da Guiné e África Oriental com projeção no Golfo de Aden e Mar Árábico

Fonte: Adaptado a partir Ferreira (2021)

Na questão realizada aos entrevistados sobre a temática de alterações ao EEINC, verificou-se como maioritária a opinião que se deve ponderar a inclusão da região do Golfo da Guiné e do Sahel, num racional relacionado com a ameaça da pirataria e o *jihadismo*, ambas com potencial desestabilizador e de alastrar para norte, na direção da fronteira sul da UE (Tabela 6).

Tabela 6 - Respostas à questão Q3

Cat.: EEINC	Entrevistado										Cont
SubCat.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Golfo da Guiné	X	X	X							X	4
Sahel	X		X						X		3
Atlântico Sul		X	X								2
Mali		X							X		2
Reduzir Médio Oriente		X	X								2
Possibilidade de alterações	X										1
República Centro Africana		X									1
Europa de Leste		X									1
Egito							X				1
Mediterrâneo Oriental							X				1
Índia							X				1
China							X				1

No campo das ameaças e riscos (Tabela 7), sobreleva, nas respostas dos entrevistados, o terrorismo como uma constante no futuro ambiente estratégico. Todavia, é notória a menção a adversários com capacidades militares de paridade, o que pode ser relacionado com a ameaça híbrida e ciber. Com particular impacto para Portugal, ressalta a pirataria que, como se confirmou, pode acarretar consequências na situação de dependência energética nacional.



Tabela 7 - Respostas às questões Q2 e Q5

Cat: ameaças e riscos		Entrevistado										Cont
SubCat		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Terrorismo		X		X	X	X	X		X	X	X	8
Ameaça <i>peer</i>			X	X	X		X				X	5
Ameaça híbrida				X	X	X		X				4
Pirataria		X		X			X					3
Dependência energética		X			X				X			3
Catástrofes naturais				X	X			X				3
Ameaça ciber						X		X				2

3.4. Síntese conclusiva

Neste capítulo abordaram-se as principais macro tendências que caracterizam o ambiente estratégico futuro para daí inferir as implicações no contexto da NATO, bem como, para os espaços de interesse estratégico nacionais.

Em resposta à QD1 entende-se como fundamentalmente relevante para os interesses conjunturais nacionais dar destaque e prioridade a dois espaços: (i) o Sahel e Golfo da Guiné, considerando as implicações que as principais tendências abordadas têm na destabilização da região e, como tal, com potencial para afetar os interesses nacionais (ii) o leste da Europa, o que decorre do recrudescimento da ameaça do tipo tradicional e híbrida no quadro da defesa coletiva.



4. Os efeitos da evolução do ambiente estratégico

Tendo-se aludido, de uma forma global, às principais tendências do ambiente estratégico, importa agora indagar sobre a sua relevância para o PE, designadamente para a EdCapMil.

4.1. Planeamento estratégico

Em primeiro lugar, tal como referem Liotta e Lloyd (2005) e Ribeiro (2006), o planeamento de forças – como na atualidade se apresenta – evoluiu no final do século passado para um processo voltado para capacidades, a partir de um processo com o foco voltado para ameaça, em consequência de alterações no ambiente estratégico. No caso concreto, a implosão do bloco soviético, no que à ameaça diz respeito, provocou a volatilidade e imprevisibilidade – que ainda hoje se verifica – o que acarretou a necessidade de forças mais flexíveis, conduzindo a que processo evoluísse para a edificação de capacidades (Liotta & Lloyd, 2005, p. 130; Wilson, 2002).

Neste contexto, Liotta e Lloyd (2005), aprofundam a abordagem descendente (*top-down*) (Tabela 1) e propõem um modelo de PE (Figura 9) que se divide em opções estratégicas e opções de forças – estas, subalternizadas às primeiras. Este racional inicia com os interesses nacionais, passa pela definição de objetivos nacionais e a respetiva estratégia de defesa nacional. As opções de forças, por seu lado, estão ligadas com a estratégia militar e terminam com os objetivos de forças a edificar numa lógica de avaliação permanente à sua adequabilidade.

Relacionando o modelo apresentado na Figura 9, com o objeto deste trabalho, verifica-se que o processo de EdCapMil que decorre do NDPP, se enquadra naquilo que são os contributos das organizações internacionais para a definição da estratégia de defesa nacional. Como tal, e conforme referiu P. Cordeiro (entrevista telefónica, 10 de março de 2021), o PE deve, em permanência, conjugar estas dicotomias, isto é, por um lado os compromissos que decorrem das alianças a que Portugal pertence, mas por outro, os seus interesses nacionais.

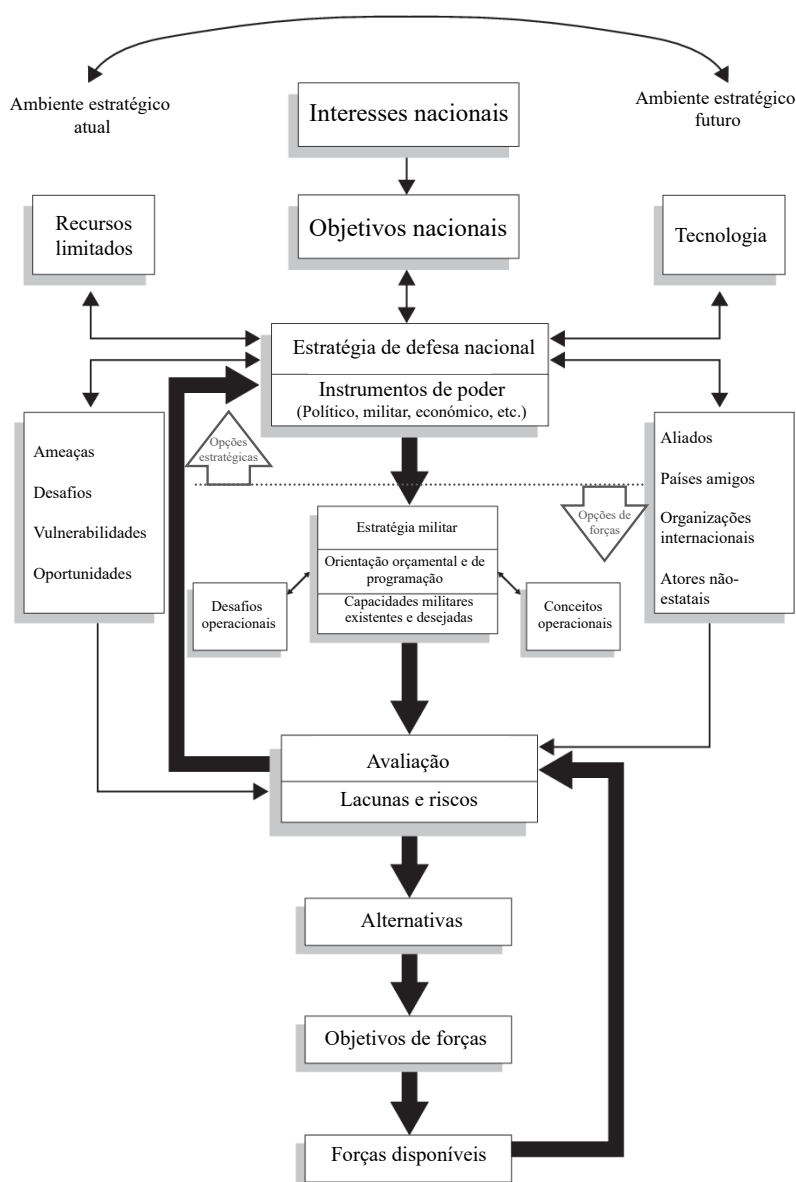


Figura 9 - Modelo de PE de Liotta e Lloyd
Fonte: Adaptado a partir de Liotta e Lloyd (2005, p. 124)

De referir ainda, que se considera que o modelo que Liotta e Lloyd (2005) propõem, não tem uma relevância exclusivamente académica, no sentido em que apresenta similitude com o processo nacional. De facto, fazendo a ponte entre o modelo académico e a realidade nacional (tal como alude Ribeiro (2007)) torna-se possível relacionar as opções estratégicas daquele modelo com o atual Planeamento Estratégico de Defesa Nacional (PEDN) e as opções de forças com o planeamento de defesa militar (Figura 10).

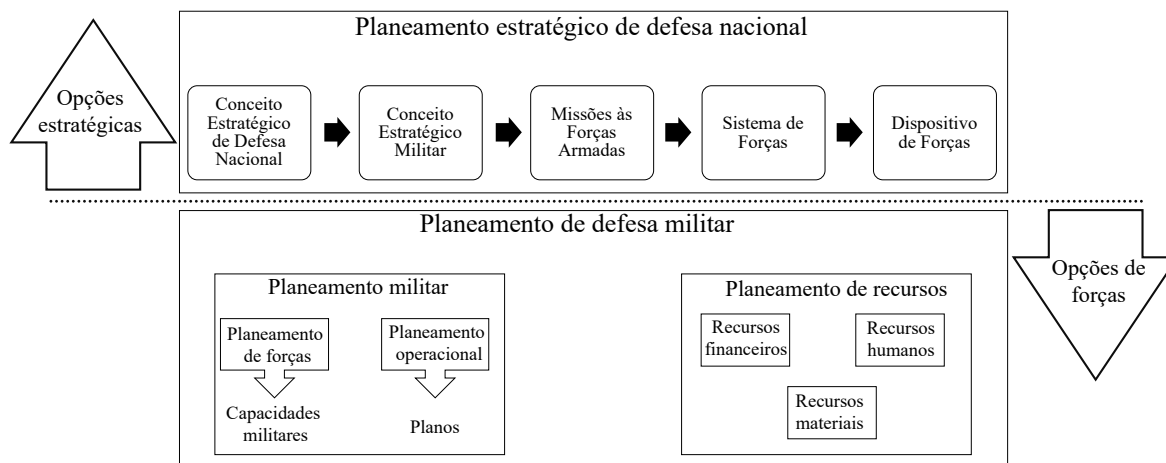


Figura 10 - As opções estratégicas e de forças

Sobre esta temática, a maioria dos entrevistados reconhece que o CEDN, e os objetivos e interesses nacionais, permanecem, em grande medida, atuais. Por conseguinte, a necessidade de atualização, prende-se com evolução verificada no ambiente estratégico. Para tal, e conforme Tabelas 8 e 9, o CEDN deve incorporar aquilo que decorrerá de um novo conceito estratégico da NATO, assim como, da iniciativa *strategic compass* da UE, que permita apoiar um reforço da autonomia estratégica da UE, sem desvalorizar a necessidade de Portugal se manter como um “aliado fiável e solidário dentro da NATO” L. Pires (*op. cit.*).

Tabela 8 - Respostas à questão Q6

Cat.: CEDN	Entrevistado										Cont
SubCat.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Incluir mudanças do ambiente estratégico	X		X					X			3
Incorporar o novo Conceito Estratégico da NATO e a <i>strategic compass</i> da UE	X							X			2
Clarificação das ameaças (e seu ponto de aplicação)			X						X		2
Alterar para Conceito Estratégico de Segurança Nacional								X		X	2
Incluir cenarização (inclusive para outros domínios de poder)			X								1
Incluir a mudança como estado permanente								X			1
Não incluir o conceito de triângulo estratégico nem fronteira ocidental								X			1

Tabela 9 - Respostas às questões Q7 e Q8

Cat.: Interesses e objetivos	Entrevistado										Cont
SubCat.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Adaptação dos objetivos conjunturais	X									X	2
Apoio à autonomia estratégica da UE		X						X			2
Reforçar presença em África		X	X								2
Incluir o planeamento civil de emergência										X	1

Assim, no que concerne ao impacto que o futuro ambiente estratégico poderá ter no PE, entende-se como relevante, ter presente estas duas dimensões, a repercussão nas opções estratégicas ou, por outro lado, nas opções de forças.

Neste racional, aquilo que esta investigação equaciona é a forma como uma opção de força (um objetivo de força NATO) pode influenciar uma opção estratégica (o SF), ou seja, numa abordagem ascendente (*bottom-up*).

Ora tal como alerta Bartlett e Somes (1995, p. 125), se esta abordagem ascendente apresenta vantagens, ligadas ao ênfase na atualidade, as suas desvantagens estão relacionadas com a perda de compreensão situacional e com a negligência com o futuro. Ao encarar estas desvantagens como um risco a assumir – o risco sendo algo inerente ao PE (Holcomb, 2012) – será algo, cuja eventual mitigação é acessível a FFAA com orçamentos programáticos elevados. Todavia, a realidade nacional desaconselha a assunção deste risco cujas consequências poderiam ser difíceis de mitigar.

A este propósito importa abordar a real capacidade estratégica de Portugal – uma pequena potência (segundo a hierarquia de Huntington (1999, p. 36)). Correia (2019) defende que, só as superpotências têm a capacidade de adequar os *ways e means* aos *ends* (Figura 11). Contudo, para as pequenas potências, os meios condicionam, a forma como se atingem os objetivos, e também os fins em si mesmos. F. Menezes (entrevista por videoconferência, 8 de abril de 2021), faz também este alerta, no sentido de “adequar o pensamento estratégico português tendo em conta o potencial estratégico nacional”.

Daqui resulta, em concreto, que, sejam os objetivos estratégicos, seja a EdCapMil – designadamente as Modalidades de Ação (M/A) a considerar para colmatar lacunas – terão sempre que ter em conta a disponibilidade programática nacional (LPM).

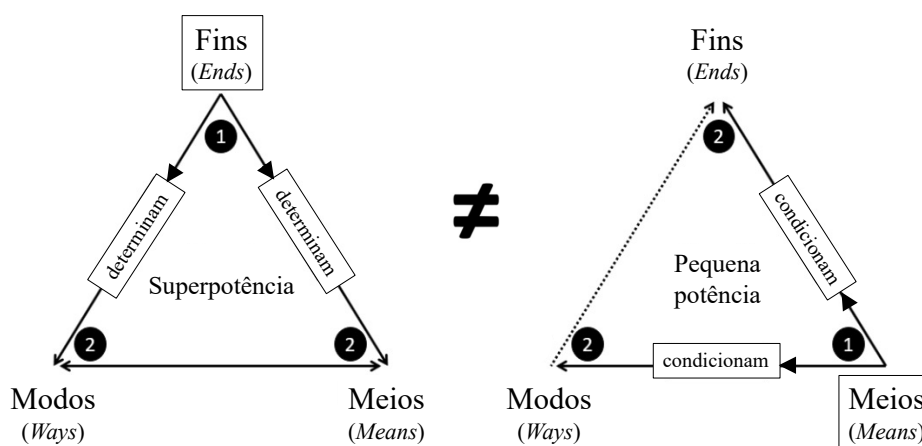


Figura 11 - A estratégia nas superpotências e nas pequenas potências
Fonte: Adaptado a partir de Correia (2019, p. 38)

Face ao que antecede, não se perspetivando uma alteração radical do ambiente estratégico, infere-se que, idealmente, as alterações ao SF devem decorrer daquilo que é todo o processo de PEDN, e menos pela atribuição de objetivos de força pelas organizações internacionais a que Portugal pertence.

4.2. Os ciclos de planeamento de defesa

Tendo-se aludido ao PEDN, enquanto processo de que resultam as opções estratégicas militares, considera-se relevante indagar sobre as opções de forças materializadas nos CPDM da NATO e nacional.

4.2.1. O NATO *defense planning process*

A NATO conduz o seu ciclo de forma quadrienal – o NDPP – para identificar forças e capacidades militares passíveis de serem disponibilizadas à aliança através de uma estrutura que garanta a sua interoperabilidade, preparação e treino para todo o espetro de missões da aliança (NATO, 2018a).

O NDPP é desenvolvido em cinco passos: (i) estabelecer orientação política; (ii) definição dos requisitos; (iii) definição de objetivos de forças (*targets*); (iv) implementação; e (v) revisão de resultados (Figura 12). O atual ciclo vigora para o período 2018 – 2022.

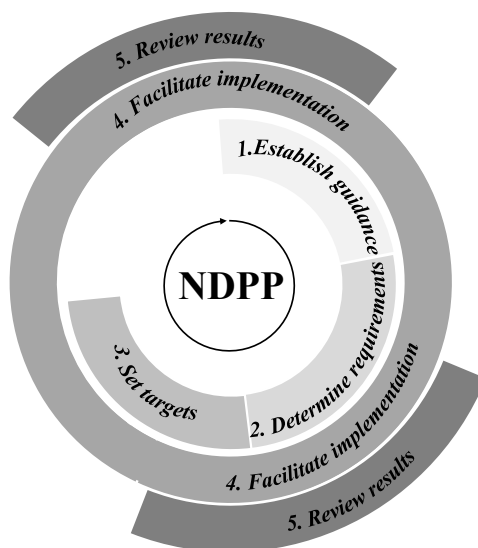


Figura 12 - O NDPP da NATO

Fonte: Adaptado a partir de Schmaglowski (2018)

Assim, com o propósito de compreender a forma como a NATO depreende o impacto do ambiente estratégico na EdCapMil, usa-se a matriz de análise aposta no FfFAO (NATO, 2018b) considerando que este documento procura prever aquilo que as FFAA aliadas terão de conseguir executar no futuro (Tabela 10).



Tabela 10 - Capacidades futuras

Área	Capacidades futuras
Projeção (<i>project</i>)	Projeção estratégica (incluindo o RSOI)
	Rápida projeção de elementos avançados e de ligação para apoiar as forças de seguimento
Emprego da força (<i>engage</i>)	Capacidade de reparação de portos e aeroportos
	Capacidade de derrotar a ameaça tradicional em combates de grande envergadura e alta intensidade
	Capacidade de operar e interagir em todos os domínios (incluindo o ciberespaço) e de todos os ambientes operacionais
	Garantir comunicações e sistemas de informação interoperáveis em apoio ao processo de <i>targeting</i>
Sustentação (<i>sustain</i>)	Capacidade de contrariar a ameaça híbrida
	Capacidade de apoio de engenharia para garantir liberdade de movimentos e apoio à proteção da força
	Pegada logística reduzida
	Operar em ambientes operacionais em contexto pandémico
Proteção (<i>protect</i>)	Capacidade de proteger linhas de comunicação estratégicas
	Garantir proteção da força a operar em condições ambientais extremas
	Proteger os sistemas de comando e controlo contra ciber-ataques
Comando e controlo (<i>consult, command and control</i>)	Incorporar tecnologias disruptivas para apoio ao Comando e Controlo
	Comando e controlo interoperável
	Desenvolver o exercício da autoridade através do comando-missão (iniciativa disciplinada)
	Garantir largura de banda suficiente para permitir a troca de informação permanente entre o nível tático e estratégico
Conhecimento situacional (<i>inform</i>)	Garantir a capacidade de comunicar em todo o globo
	A <i>common operational picture</i> deve passar a incluir o domínio ciber
	Capacidade automática de recolher dados e notícias para processar informações

Fonte: Adaptado a partir de NATO (2018b, pp. 28–39)

Em súpula, a prospetiva da NATO em termos da EdCapMil, orienta-se para a transversalidade do desenvolvimento tecnológico para garantir uma vantagem qualitativa tanto em relação à ameaça tradicional, como à híbrida ou à irregular.

No fundo a NATO tem vindo a ajustar-se a uma realidade evolutiva em que as FFAA aliadas, apenas eram contestadas no domínio terrestre, para uma conflitualidade que tem vindo a demonstrar (sobretudo na Ucrânia e Síria), que existem adversários com capacidades militares de paridade capazes de operar em todos os domínios, e, por conseguinte, cada vez mais aptos a contestar a NATO nesses domínios (Dilanian & Howard, 2018).

4.2.2. O ciclo de planeamento de defesa militar

Considerando que a NATO conduz o seu NDPP numa lógica quadrienal, poderia dar-se o caso de ausência de harmonização entre o planeamento de defesa militar português e o da aliança atlântica. Por conseguinte, a DMOCPPM (Despacho n.º 4/11) estabeleceu o CPDM, articulado com o NDPP, também baseado em capacidades militares e igualmente,



com cinco passos (Figura 13) e que a seguir se resumem (Andrade, Santos & Correia, 2019; Despacho n.º 4/11; Estado-maior General das Forças Armadas [EMGFA], 2020).

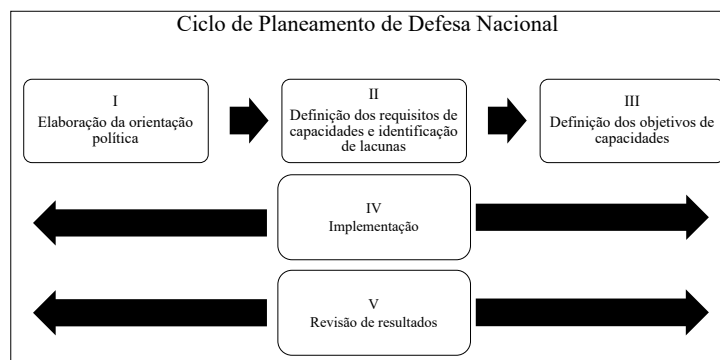


Figura 13 – O CPDM

Fonte: Adaptado a partir da DMOCPPM (Despacho n.º 4/11)

O passo I, visa transmitir um conjunto de finalidades e objetivos a alcançar. Para o efeito, é considerado o ambiente estratégico, as orientações políticas apostas em documentação estruturante nacional e as *political guidance* do NDPP. Este passo culmina com a aprovação da DMPDM, que conta com o contributo das FFAA.

No passo II, identificam-se as capacidades necessárias para a prossecução dos objetivos difundidos no passo anterior. Para tal, o EMGFA emite a Diretiva de Planeamento de Forças (estando em vigor a Diretiva n.º 59/CEMGFA (2019)), para que se possa dar início ao planeamento de forças. Nesta sequência, as comparações dos requisitos de capacidades com os existentes, dão origem à identificação de lacunas (Figura 14).

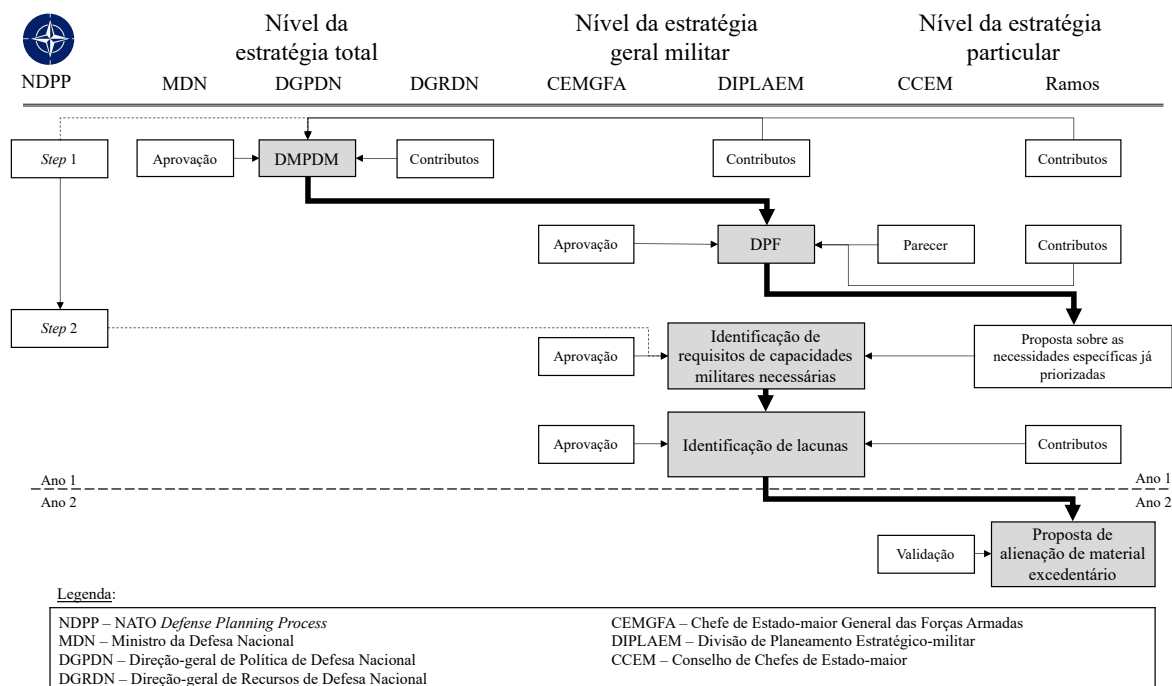


Figura 14 - Passo I e II do CPDM
Fonte: Adaptado a partir EMGFA (2020)



No passo III, selecionam-se as capacidades prioritárias em termos de atribuição de recursos. No fundo, procura-se averiguar a adequabilidade da proposta de forças a submeter à aceitação política. Destaca-se que é neste passo, que são considerados os objetivos de força que decorrem do NDPP. Na sequência da aprovação pelo MDN do projeto de proposta de forças, inicia-se um processo de revisão da LPM, enquanto instrumento financeiro para o desenvolvimento das capacidades militares (Figura 15).

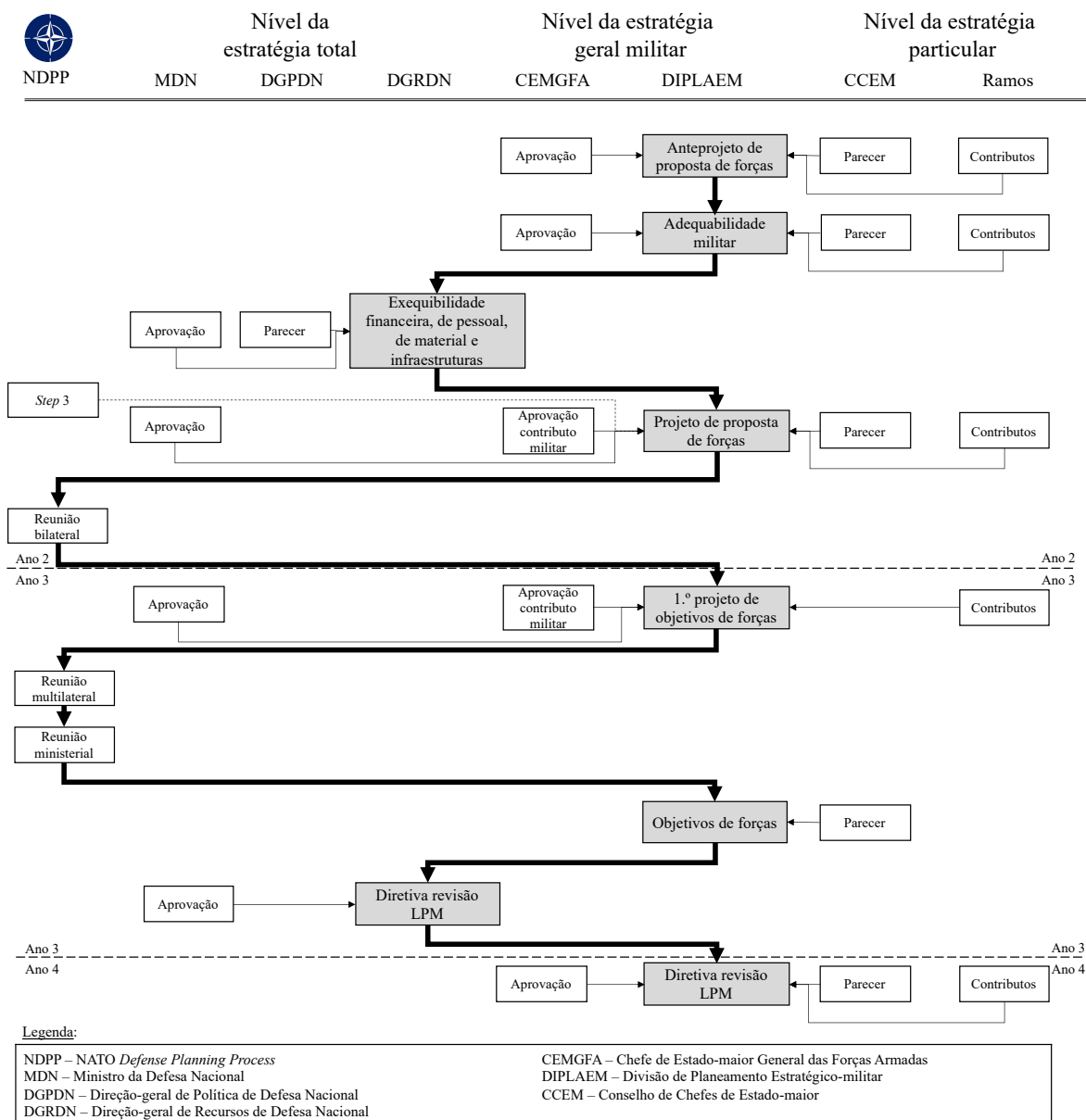


Figura 15 - Passo III do CDPM
Fonte: Adaptado a partir EMGFA (2020)

O passo IV, tem um cariz de continuidade e visa implementar o desenvolvimento de capacidades e execução da LPM.



No último passo, o passo V, visa-se avaliar o grau de cumprimento da orientação política e do nível de ambição, destacando-se o relatório de capacidades como instrumento de controlo que identifica necessidades de ajustamentos a ter em conta no ciclo seguinte.

Sem prejuízo das conclusões de Abreu (2017), e face ao ambiente estratégico, o CPDM afigura-se como adequado e, sobretudo, em linha com o NDPP (Figura 16).

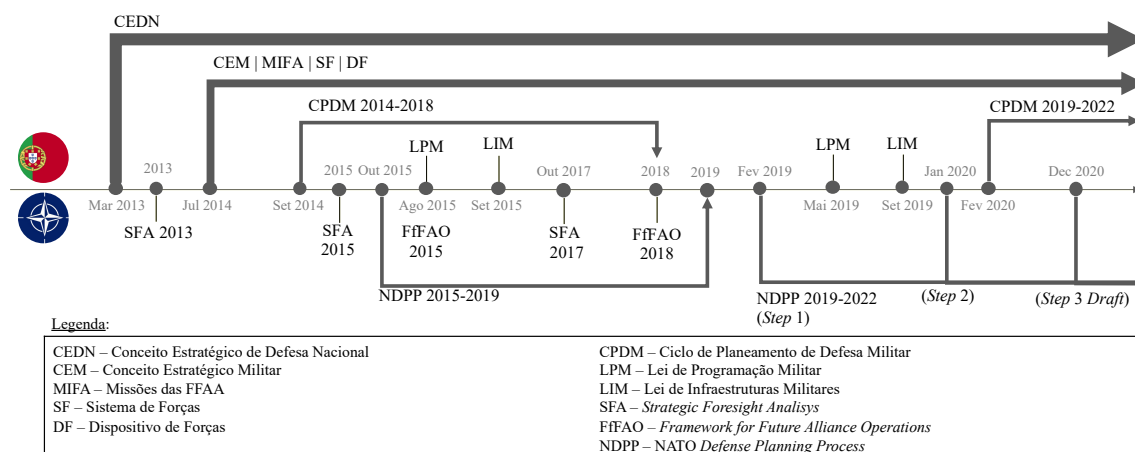


Figura 16 - Fita do tempo da principal documentação enquadrante

Em ligação com o objetivo deste capítulo, alude-se a Pires (2018, p. 43), para quem a EdCapMil deve evoluir considerando os cinco domínios (terrestre, naval, aéreo, espaço e ciberespaço) em observância da concetualização do *Multi-Domain Battle* o que implica o desenvolvimento de “unidades mais modulares, em escalões mais baixos, desde Companhia a Batalhão, incluindo a Brigada, com menor apoio logístico para poder cumprir missões [...] com recurso ao comando-missão”, uma vez que o referido conceito que se destina “essencialmente, aos cenários de combates de grande envergadura, tem igualmente aplicabilidade em todos os restantes” (Pires, 2018, p. 17)

Das entrevistas realizadas – que seguidamente se resumem – destaca-se, também, a abordagem que é feita, à questão da modularidade e às lacunas qualitativas que decorrem do cenário das operações multidomínio.

Para R. Ferreira (*op. cit.*) as FFAA “têm que adquirir capacidades de natureza qualitativa com destaque para as que estejam relacionadas com o domínio ciber, assim como, com as que permitam aceder ao domínio espaço sobretudo numa lógica de acesso a imagens de satélite, a comunicações satélite, etc.. Portanto, no multidomínio”. Adicionalmente, considera que, decorrente do atual e futuro ambiente estratégico, as “operações terrestres fazem-se com grande recurso a *force protection* [...] e letalidade”.



P. Cordeiro (entrevista presencial, 8 de abril de 2021), complementa esta noção também com a necessidades “de natureza qualitativa com destaque para a robotização e para os sistemas autónomos, mesmo ao nível do soldado individual”.

Estando aqueles militares diretamente relacionados com o PE nacional, entende-se como útil uma visão externa a esse processo. Com efeito, conforme refere V. Pinto (*op. cit.*) quando abordava os conjuntos de forças, deve ser “valorizado o multiuso dessas forças e a flexibilidade do seu emprego”. Já D. Costa (entrevista presencial, 8 de abril de 2021), preconiza umas FFAA “com estrutura modular para poderem ser utilizadas nos vários objetivos, quer NATO quer UE”.

4.3. Síntese conclusiva

Com este capítulo, procurou-se inferir as implicações do ambiente estratégico, por um lado no PEDN, e por outro nos CPDM da NATO e nacional.

Assim, em resposta à QD2, constatou-se que os efeitos da evolução do ambiente estratégico na EdCapMil nacionais, são mais de natureza qualitativa do que quantitativa. Por conseguinte, aquilo que se prospecta como necessário, do ponto de vista das forças terrestres, decorre da previsão da necessidade da sua atuação num ambiente multidomínio, o que implica aumentar a proteção da força e letalidade, assim como, acarreta desenvolver a capacidade tecnológica, inclusive aos baixos escalões.



5. O ambiente estratégico e o Sistema de Forças 2014

Neste capítulo, averigua-se sobre a repercussão da evolução do ambiente estratégico, no SF2014, em particular as implicações que decorrem da atribuição de um objetivo de força pela NATO.

5.1. O objetivo de força

Como se verificou, no passo três do NDPP, são atribuídos aos aliados objetivos de forças a edificar. Sequencialmente é feita, uma análise quantitativa, isto é, se o número e escalão de subunidades é atendível, bem como qualitativa, ou seja, se as capacidades existentes estão em linha com os *Capability Codes and Capability Statements* (CC&CS).

Ora, as tendências que têm vindo a ser abordadas nos capítulos anteriores, têm conduzido a NATO a concretizar medidas no que à EdCapMil diz respeito. Assim, destaca-se a evolução recente, tanto quantitativa como qualitativa, dos seus requisitos de capacidade, de que é paradigmático o aumento de três para quatro unidades de manobra nas Brigadas Blindadas Médias e Pesadas, assim como sobressai a consideração de uma única tipologia de *Armoured Heavy Battalion* equipado em exclusivo com Carros de Combate (CC) de 3.^a geração, em substituição da possibilidade da existência de unidades com CC de 2.^a geração (EME, 2017a, 2017b).

Neste contexto, está prestes a ser atribuído a Portugal a edificação de uma Brigada Média (BrigMed) com a constituição conforme Figura 18 (Apêndice F [omitido]).

Verifica-se, portanto, a necessidade de perceber quais os requisitos quantitativos e qualitativos por forma a averiguar da capacidade de resposta do SF2014.

5.2. Requisitos quantitativos

Considerando o objetivo de força médio da NATO, justifica-se indagar sobre a necessidade do SF continuar a garantir uma componente ligeira, média e pesada.

Este considerando, não deixa de estar ligado com as conclusões dos capítulos anteriores. Note-se como as macrotendências apontam para um aumento da instabilidade em regiões, em que Portugal tem interesses estratégicos. Esta circunstância, aliada à velocidade com que os ambientes estratégico e operacional mudam, conduzem à necessidade de forças militares fácil e rapidamente projetáveis de que as Forças Ligeiras (FLig) são o melhor exemplo.

De igual modo, atendendo ao compromisso que decorre da defesa coletiva e ao recrudescimento da ameaça tradicional, sobretudo no leste europeu, importa garantir forças



com um grau de proteção e letalidade reforçados, mas concomitantemente, com uma adequada capacidade expedicionária – de que as Forças Médias (FMed) ressaltam como as mais equilibradas.

Como tal, a questão de fundo reside apenas, nas Forças Pesadas (FPes). Sobre esta temática, é paradigmático o exemplo da Holanda que decidiu abdicar de todos os seus CC – de que Portugal, aliás, foi comprador – numa altura em que esse sistema de armas aparentava estar ligado a um ambiente operacional ultrapassado. Todavia, conforme salienta G. Gomes (entrevista por videoconferência, 13 de abril de 2021) e Axe (2020), essa capacidade encontra-se neste momento a ser readquirida. Esta questão, está também ligada com as conclusões do capítulo anterior, quando se aludiam a alterações ao SF num racional ascendente (*bottom-up*), ou seja, à capacidade que nações com orçamentos programáticos mais elevados têm, de rapidamente reedificar capacidades que necessitem. Facilidade essa que, mais adiante, será analisada no caso particular do Exército português. Note-se também, como perder alguma tipologia de forças é abdicar da capacidade de intervir, de forma adequada, em alguma parte do espectro do conflito (Gráfico 4). De referir ainda a DMPDM (Despacho n.º 2536/20), que comete às FFAA o “objetivo de assegurar uma capacidade de dissuasão credível” de que as FPes, no caso das forças terrestres, são o maior paradigma.

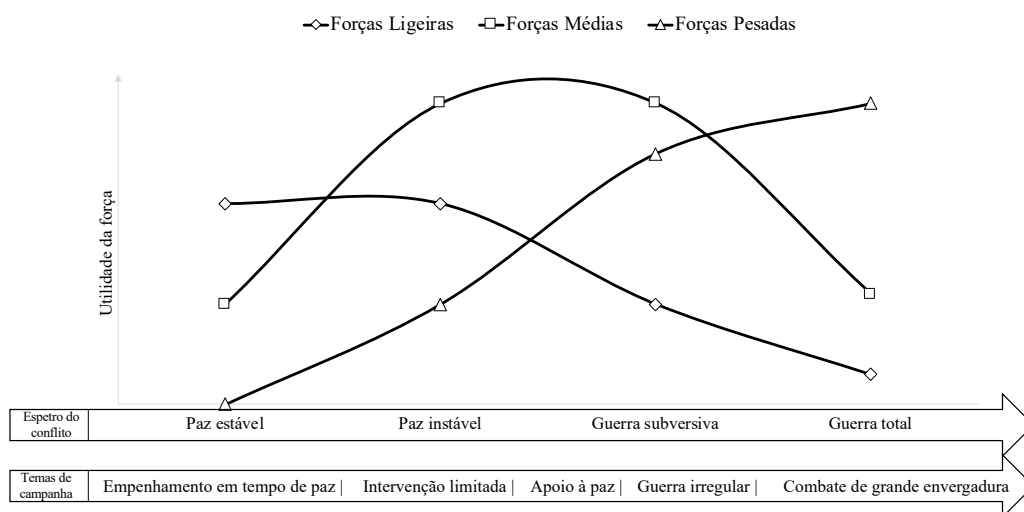


Gráfico 4 - A tipologia de forças e o espectro do conflito

Fonte: Adaptado a partir de EME (2017a)

Das entrevistas realizadas sobre esta temática (Tabela 11), salienta-se o consenso quanto à necessidade de o Exército manter a flexibilidade e coerência do atual SF à custa da existência de FLig, FMed e FPes, assim como se dá destaque à manutenção dos três Comandos de Brigada, sobretudo encarados mais como um “órgão de descentralização da



ação de comando do Comando das Forças Terrestres do que propriamente como um escalão tático” (T. Vasconcelos, *op.cit.*)

Tabela 11 - Respostas à questão Q11

Cat.: Tipologia de forças	Entrevistado										Cont
SubCat.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Forças médias		X	X	X	X	X	X	X	X	X	9
Forças ligeiras			X	X	X	X	X	X	X	X	8
Forças pesadas			X	X	X	X	X	X	X	X	8
Três Comandos de Brigada	X	X	X	X							4
Um Comando de Brigada									X		1
Organização multidomínio		X									1

Em síntese, verifica-se que o produto entre interesses nacionais, evolução do ambiente estratégico e o risco de perder capacidades, resulta na necessidade de manter as três tipologias de forças do Exército, sendo que, o peso relativo de cada capacidade no SF deve ser “ponderado” (V. Pinto, *op.cit.*) e “caldeado” (T. Vasconcelos, *op.cit.*), sobretudo, no concernente às FPes em que, conforme refere D. Costa (*op. cit.*), R. Ferreira (*op. cit.*) e P. Cordeiro (*op. cit.*), no mínimo, deve ser mantida uma “escola de conhecimento” credível que permita, se necessário, escalar a capacidade. Concretamente sobre as lacunas de ordem quantitativa ressalta a necessidade de dois batalhões de Infantaria média, porquanto o atual SF apenas contempla dois batalhões dessa tipologia.

5.3. Requisitos qualitativos

Da análise da Tabela 26 (Apêndice F [omitido]) resulta como evidente a aposta da NATO em requisitos de natureza qualitativa ligados à proteção e letalidade. Quanto à letalidade, o aumento é notório quando comparada com os CC&CS (NATO, 2016) anteriores, porquanto a capacidade dos batalhões de infantaria médios para destruir viaturas blindadas tinha como requisito o nível K3, e não o atual nível K4, o que implica a necessidade da existência de armamento que permita perfurar blindagens com proteção contra metralhadoras pesadas 14,5 mm (Tabelas 27 e 28 do Apêndice G).

Sobre o particular das lacunas qualitativas, os entrevistados reconhecem que os requisitos de capacidade NATO, são exigentes face ao atual SF, destacando a necessidade de aumentar a proteção e letalidade (Tabela 12), de resto, em linha com o que anteriormente se apresentou.



Tabela 12 - Respostas à questão Q18

Cat.: Lacunas qualitativas	Entrevistado										Cont
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Proteção da força			X	X	X						3
Necessidade de VCI				X	X		X				3
Multidomínio (ciber, espaço)			X								1
Artilharia (alcances >40km)					X						1
Apoio de combate (anticarro e morteiros)							X				1

Em súmula, salienta-se uma clara aposta da NATO no incremento de requisitos de natureza qualitativa, sobretudo relacionados com a proteção e letalidade de que resulta, quando comparados com o SF2014, um conjunto de lacunas.

5.4. A Lei de Programação Militar

Tendo sido abordadas as principais lacunas, justifica-se indagar sobre a forma como as mesmas estão a ser colmatadas através da análise da LPM 2019-2030, porquanto é a “lei que tem por objeto [...] a modernização, operacionalização e sustentação do SF, concretizado através da edificação das suas capacidades” (LPM, Lei Orgânica n.º 2/19, de 10 de junho).

Numa primeira abordagem à evolução recente da LPM, verifica-se uma tendência ascendente que se traduz num aumento de 50% (ou 1.579 mil milhões de euros) entre a LPM de 2015 e 2019 (Gráfico 5). Constata-se um aumento absoluto em todos os ramos e EMGFA, contudo são os serviços centrais a registar a maior subida, o que decorre, principalmente, da implementação do projeto KC-390 (827 milhões de euros).

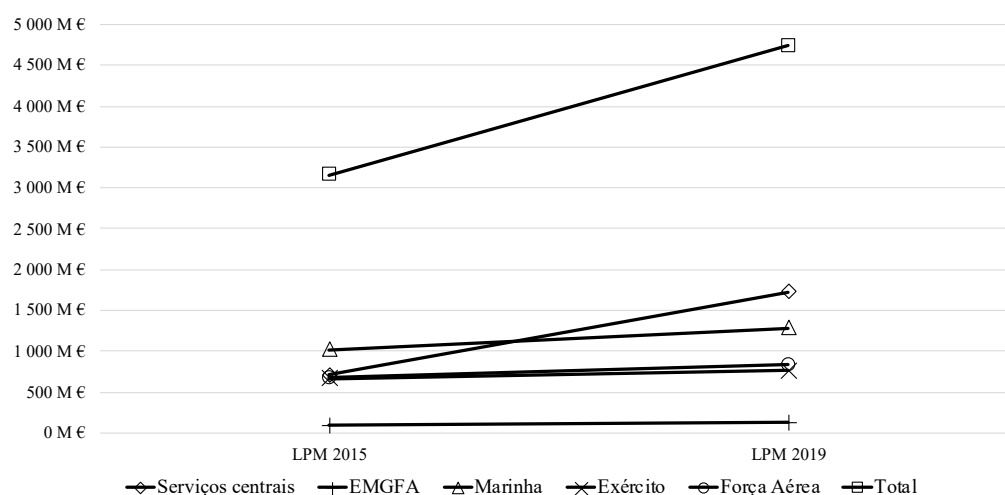


Gráfico 5 - Evolução da LPM (2015-2019) (valores em milhões de euros)

Fonte: Adaptado a partir de LPM (Lei Orgânica n.º 2/19; Lei Orgânica n.º 7/15, de 18 de maio)

Ao analisar o Gráfico 6, onde consta a distribuição em percentagem da LPM 2019-2030, verifica-se a primazia dos serviços centrais, desde logo, pelos motivos anteriormente apresentados.

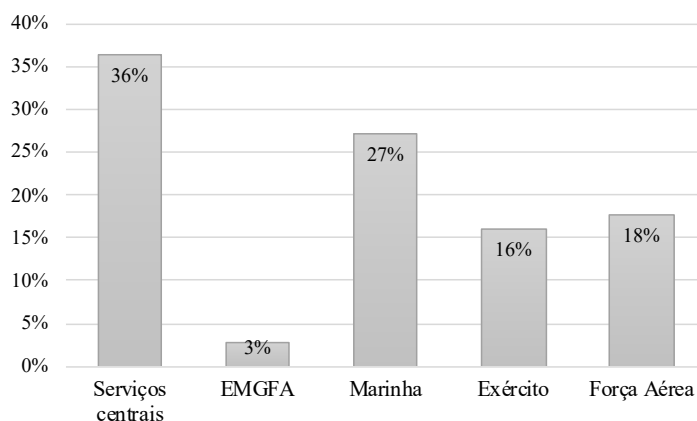


Gráfico 6 – Distribuição da LPM 2019 (em percentagem)

Fonte: Adaptado a partir de LPM (Lei Orgânica n.º 2/19)

Não pretendendo este trabalho indagar sobre matérias de natureza contabilística relacionadas com finanças públicas, justifica-se o exercício académico de alocar as rubricas dos serviços centrais ao respetivo ramo a que dizem diretamente respeito⁷, de que resulta o Gráfico 7, de onde se pode academicamente concluir que, de entre os três ramos das FFAA, é a Força Aérea e a Marinha o principal foco de investimento da LPM 2019-2030.

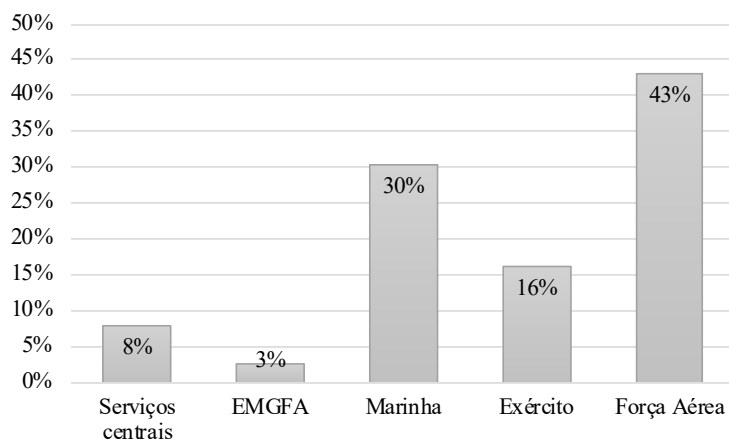


Gráfico 7 - Alocação das verbas dos serviços centrais aos ramos

Esta questão, não deixa de estar ligada com o capítulo anterior, quando se aludia às diminuídas verbas programáticas das pequenas potências, em que, neste contexto, por maioria de razão, se pode extrapolar ao ramo Exército no sentido em que a busca de soluções para colmatar lacunas (quantitativas ou qualitativas) terá necessariamente que ter em conta o racional do que consta no Gráfico 7.

Sobre esta temática, grande parte dos entrevistados reconhece este aumento da LPM 2019, salientando, contudo, que se segue a um alargado período de desinvestimento nas

⁷ Força Aérea: locação dos helicópteros EH-101 e aeronaves C-295, manutenção dos EH-101 e aquisição e sustentação do KC-390. Marinha: Navio Polivalente Logístico.



FFAA (R. Ferreira, *op. cit.*, P. Cordeiro, *op. cit.*), algo que é corroborado por Ribeiro (2007, p. 15). Por esse motivo, e conforme Tabela 13, apesar de, no caso do Exército, a LPM ir sendo ajustada aos objetivos de força NATO, existem um conjunto de projetos de natureza transversal cuja conclusão se afigura como prioritária.

Tabela 13 - Respostas às questões Q13, Q15, Q19 e Q20

Cat.: LPM		Entrevistado										Cont
SubCat.		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Necessidade de investimentos transversais em detrimento dos objetivos de forças				X	X	X		X				4
Ajustamento da LPM aos objetivos de forças					X	X		X				3
LPM abaixo das necessidades de investimento						X						1

Ao focar a análise no Exército, verifica-se que o investimento está organizado por capacidades militares (Gráfico 8), em que a soma dos investimentos na proteção e sobrevivência, FMed, sustentação logística e comando e controlo assumem mais de 70% do montante total.

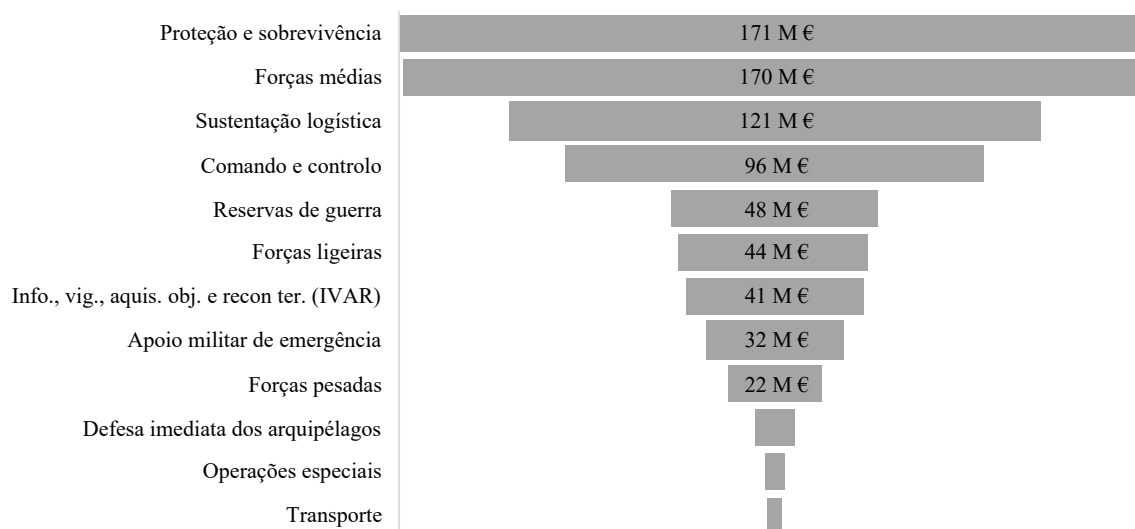


Gráfico 8 - A LPM 2019 (2019-2030) e o Exército
Fonte: Adaptado a partir de LPM (Lei Orgânica n.º 2/19)

De acordo com o Gráfico 9, também deve ser notado que a disponibilização de verba para a LPM vai aumentando ao longo do tempo, desde os 200 milhões de euros, no atual quadriénio, até aos 320 milhões de euros no último. Esta questão, consequentemente, afeta os projetos que podem ser levados a efeito, que, como se verifica, implica que o investimento nas FMed apenas se inicie no segundo quadriénio.



Por conseguinte, e considerando os montantes envolvidos⁸ na aquisição das viaturas necessárias para um batalhão blindado, não se afigura como viável considerar essa hipótese.

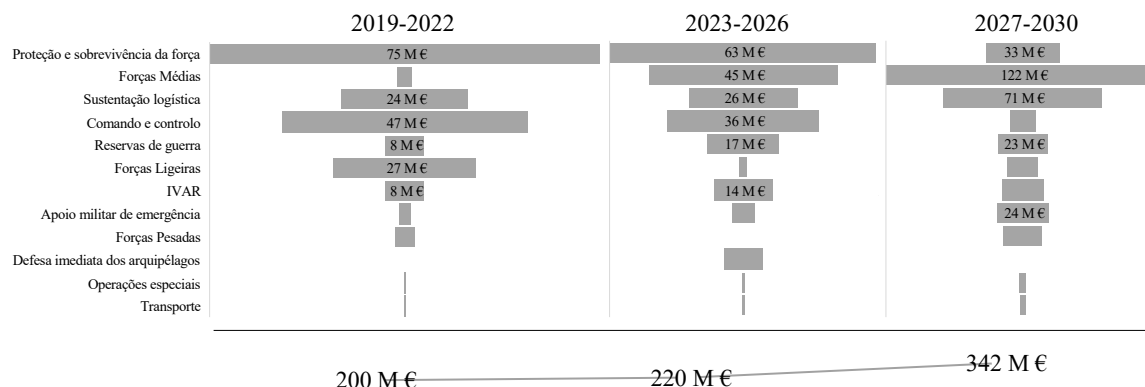


Gráfico 9 - Os quadriênios da LPM 2019
Fonte: Adaptado a partir de LPM (Lei Orgânica n.º 2/19)

Além do estudo feito ao investimento por capacidades, importa dar destaque à forma como esse investimento se desdobra nos vários projetos. Assim, verifica-se a existência de 38 destes projetos (MDN, 2018) (Apêndice H).

5.5. Subsídios para a edificação da Brigada Média

No que refere à colmatação da principal lacuna de ordem quantitativa, os entrevistados manifestam que tal deve ocorrer à custa do Grupo de Reconhecimento (GRec) e de um Agrupamento Mecanizado (AgrMec) das FPes (Tabela 14).

Tabela 14 - Respostas à questão Q17

Cat.: Lacunas quantitativas	Entrevistado										Cont
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
AgrMec		X		X	X	X					4
GRec				X	X	X					3
Grupo de Autometralhadoras							X				1

Face ao que antecede, considera-se adequado que a organização da BrigMed esteja em linha com a Figura 17 por forma a manter a necessária flexibilidade do SF, num racional que permite conjugar as FMed e FPes. Contudo, salienta-se que aquela organização é uma forma de quantitativamente atender ao objetivo de força NATO e não visa refletir uma alteração permanente ao SF nem ao Dispositivo de Forças. Como tal, as forças identificadas permanecem na sua dependência orgânica, reunindo-se para treinar ou, se necessário for, serem projetadas em cumprimento do nível de ambição do cenário de defesa coletiva.

⁸ Batalhão de Infantaria Mecanizado de Lagartas (BIMecLag): 319 milhões de euros. Batalhão de Infantaria Mecanizados de Rodas (BIMec (R)): 180 milhões de euros (EME, 2017c, p. 43).

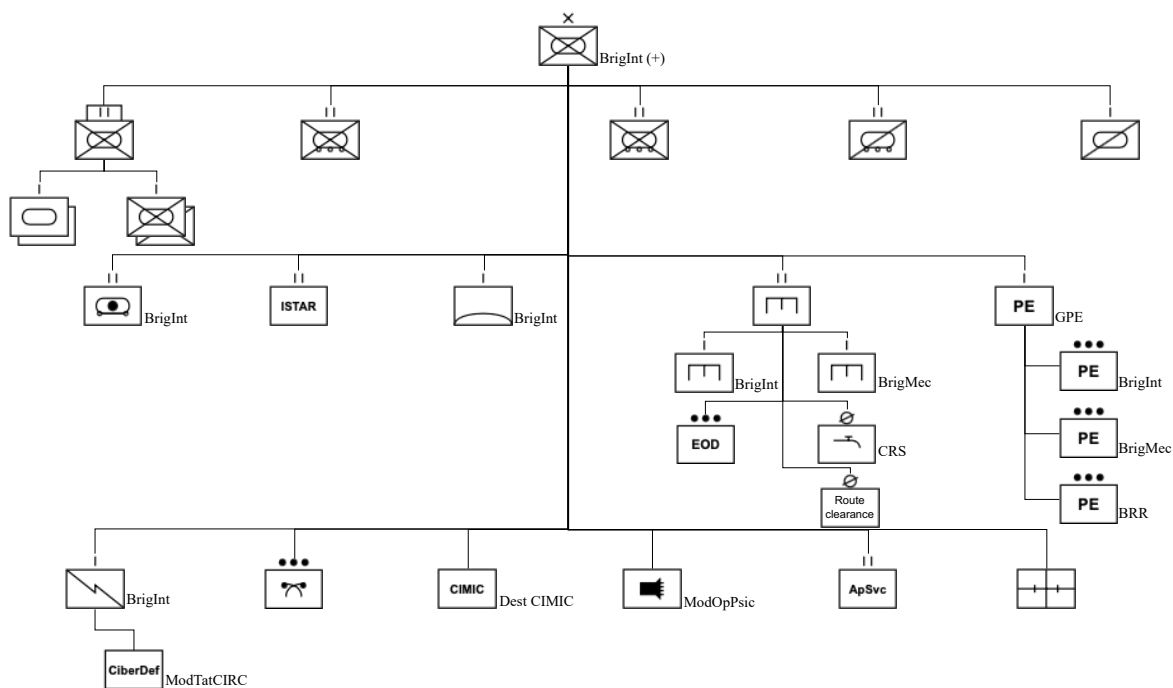


Figura 17 - Proposta de organização da BrigMed

Assim, na possibilidade apresentada, a Brigada de Intervenção (BrigInt), seria reforçada com as capacidades necessárias na prossecução de uma organização, em linha com o constante no Apêndice F (omitido). Cruzando as atuais possibilidades das unidades propostas para integrar esta BrigMed (apostas nos seus quadros orgânicos), com os requisitos NATO (Tabela 27, Apêndice F [omitido]), verifica-se estarem genericamente em linha com os mesmos, assim se alie as referidas possibilidades, com o material necessário à sua execução e constante nos Quadros Orgânicos de Material (QOM). Especificamente quanto ao AgrMec, materializaria a, anteriormente referida, “escola de conhecimento” credível, e como tal, contemplaria todas as capacidades típicas de uma unidade de escalão batalhão mecanizado. Todavia, verificou-se que a disponibilidade programática, desaconselha que essas capacidades, sejam duplicadas entre o Grupo de CC e o BIMecLag, e por conseguinte, considera-se pertinente, que o investimento no Apoio de Combate e Apoio de Serviços seja equitativamente repartido, de forma a garantir que o AgrMec, como um todo, cumpra com os requisitos.

Considerando a delimitação deste trabalho, importa reforçar o estudo quantitativo nas unidades de manobra. Da consulta da documentação NATO (2020b, 2020c), verifica-se que, do ponto de vista organizacional, a aliança concede liberdade de ação às nações. No entanto, é explícita quanto à necessidade de os Batalhões ora considerados, contemplarem 53 viaturas do seu principal sistema de armas. Ora os estudos consultados (EME, 2017b, 2017c),



apontam para considerar que este número inclui o Volante de Prontidão Operacional (VPO). Todavia, no caso específico do *Combat Reconnaissance Medium Battalion*, tal não é o caso. Note-se na Figura 19 (Apêndice F [omitido]), como aquele número de viaturas está distribuído na totalidade pelas unidades de manobra (NATO, 2020b).

Na documentação consultada, não constam outras unidades de escalão Batalhão, pelo que, apenas se pode inferir quanto à coerência deste racional para os mesmos, isto é, que as 53 viaturas não contemplam o VPO, e que devem estar distribuídas pelas subunidades de manobra – o que está em linha com o racional NATO de aumento de requisitos quantitativos. Nas Tabelas 15 e 16, apresentam-se duas M/A para atingir tal desiderato, em que as viaturas são entendidas como o principal sistema de armas dessa unidade e, ao nível dos pelotões, adotou-se o racional da Figura 19.

Tabela 15 - M/A 1

Subunidade	N.º de subunidades	N.º de viaturas por subunidade	Total de viaturas
Comando ou Estado-maior do Batalhão	1	1	1
Comando das Companhias	4	1	4
Pelotões	12	4	48
Total			53

Tabela 16 - M/A 2

Subunidade	N.º de subunidades	N.º de viaturas por subunidade	Total de viaturas
Comando ou Estado-maior do Batalhão	1	2	2
Comando das Companhias	3	2	6
Pelotões	9	5	45
Total			53

Ora, ao analisar os QOM das subunidades de manobra propostas para integrar a BrigMed, verifica-se que apenas o AgrMec, com a sua organização quaternária, cumpre quantitativamente este requisito⁹ (Tabelas 17, 18 e 19).

Tabela 17 - Viaturas do AgrMec

Subunidade	N.º de subunidades	N.º de viaturas por subunidade	Total de viaturas
Comando ou Estado-maior do AgrMec	1	2	2
Comando das Companhias de atiradores	2	2	4
Pelotões de atiradores	6	4	24
Comando dos Esquadrões de CC	2	2	4
Pelotões de CC	6	4	24
Pelotão de Exploração (ou reconhecimento)	1	5	5
Total			63

Fonte: Adaptado a partir EME (2017e, 2017d)

⁹ Assumindo que todo o apoio de combate está concentrado e não disperso nos Pelotões de apoio das Companhias de atiradores



Tabela 18 - Viaturas do GRec

	N.º de subunidades	N.º de viaturas por subunidade	Total de viaturas
Comando ou Estado-maior do GRec	1	2	2
Comando dos Esquadrões de reconhecimento	2	2	4
Pelotões de reconhecimento	6	5	30
Comando do Esquadrões de autometralhadoras	1	1	1
Pelotões de autometralhadoras	3	4	12
Total			49

Fonte: Adaptado a partir EME (2015)

Tabela 19 - Viaturas do BIMec (R)

	N.º de subunidades	N.º de viaturas por subunidade	Total de viaturas
Comando ou Estado-maior do Batalhão	1	1	1
Comando das Companhias	3	1	3
Pelotões de atiradores	9	4	36
Secções canhão	3	2	6
Total			46

Fonte: Adaptado a partir EME (2017f, 2017g)

Como tal, verifica-se não só a necessidade de manter os investimentos tendentes ao completamento dos QOM, como se comprova a necessidade de adquirir sistemas de armas adicionais. Note-se, como a soma de todas as Pandur não atingem¹⁰ as 159 viaturas necessárias (R. Figueiredo, entrevista por *mail*, 27 de abril de 2021).

Os referidos investimentos, terão também de ter em conta as lacunas qualitativas da proposta ora apresentada. Note-se, quanto à proteção, o constante na Tabela 20 em que, nem a viatura Pandur (mesmo com placas *add-on*), nem o M113 cumprem com este requisito de natureza qualitativa¹¹ (R. Figueiredo, *op. cit.*; EME, 2017a).

Tabela 20 - Os requisitos de proteção NATO

Tipo de força	Requisito NATO		Viaturas da BrigMed	Proteção balística	Proteção anti mina	
					Rodados	Casco
FMed	K3	M2b	Pandur (IFV e ATGM)	K4	M3a	M2a
			Pandur (restantes versões)	K3	M3a	M3a
			Autometralhadora V150	K1	M1	
FPes	K5	M3b	M113	K1	M1	

Fonte: Adaptado a partir de NATO (2020a) e (R. Figueiredo, *op. cit.*)

Quanto à letalidade, apenas as viaturas Pandur IFV cumprem com os requisitos (Tabela 21).

¹⁰ O Exército possui 105 Pandur *Infantry Combat Vehicle*, 30 *Infantry Fighting Vehicle* (IFV) e 7 *Remote Weapon System* totalizando 142 viaturas.

¹¹ Assume-se que Autometralhadora V150 possui o mesmo grau de proteção do M113.



Tabela 21 - Requisitos de letalidade NATO

Tipo de força	Requisito NATO (capacidade para destruir proteções balísticas)		Necessidade de armamento
FMed	Infantaria média	K4	≥ Metralhadora pesada 14,5 mm
	Reconhecimento médio	K5	≥ Canhão 25 mm
FPes	Infantaria pesada	K4	≥ Metralhadora pesada 14,5 mm
	Reconhecimento pesado	K5	≥ Canhão 25 mm

Fonte: Adaptado a partir de NATO (2020a)

Como se confirmou anteriormente, a LPM, contempla 38 projetos alocados ao Exército, pelo que, na Tabela 22, destacam-se aqueles que se entende que contribuem diretamente para a edificação da BrigMed, verificando-se que, do ponto de vista da estratégia genética, e no quadro da disponibilidade financeira, estão a ser considerados investimentos que visam colmatar as lacunas (MDN, 2018) (Apêndice H).

Tabela 22 - Investimentos da LPM relacionados com a BrigMed

SubCat.	Projeto principal	Montante	Equipamento
	Comando da Brigada	95,561 M €	Projeto transversal
	Grupo de Carros de Combate	17,750 M €	Viaturas Blindadas Lança Pontes <i>Armoured Recovery Vehicle</i>
	Programa VBR 8x8 PANDUR II	51,803 M €	Mid-Life Update da VBR 8x8
			VBR 8x8 Morteiros
	Artilharia de Campanha das Forças Médias	18,000 M €	Aquisição de Obuses 155 mm
	Programa ISTAR	38,776 M €	Vários projetos
	Artilharia Antiaérea	36,505 M €	Terminal de Arma
			Radar de aviso local 3D
			Sistemas Lança Missil integrado em plataforma
	Anti-drone	3,350 M €	Sistemas <i>DroneGun</i>
			Sistemas radar DDS
	Programa VBR 8x8 PANDUR II		VBR 8x8 com lâmina
	Engenharia de Combate - Forças Pesadas	3,506 M €	<i>Route Clearance</i>
	Grupo Polícia do Exército	1,000 M €	Aquisição de material tático diverso
	Sistema de Informações e Comunicações	95,561 M €	Projeto transversal
	Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica	2,500 M €	Equipamentos de descontaminação, viaturas de reconhecimento NBQR
	Investimentos transversais		
	Agrupamento Sanitário	10,680 M €	Lote de Equipamentos



Tome-se como referência sobre esta matéria, os contributos de X. Sousa (entrevista por *mail*, 4 de maio de 2021) que em resposta à Q18, alude a esta questão enquanto Oficial coordenador de grande parte destes projetos.

Verifica-se ainda a existência de um conjunto de projetos de natureza transversal, que materializam investimentos que contribuem indiretamente para a edificação deste objetivo de força, assim como, para outras capacidades, que, como se verificou, face aos interesses estratégicos nacionais, são também estritamente necessárias (MDN, 2018). Todavia, sendo de salientar a prioridade a este objetivo de força, é notória a insuficiência da LPM para fazer face a todas as necessidades.

Assim, face à insuficiência identificada, poderá ser pertinente equacionar alguns projetos direcionando-os para as FMed, de modo a permitir cumprir os objetivos NATO. A título de exemplo, salientam-se os dois projetos da Artilharia de Campanha (ArtCamp) (FMed – 18 milhões de euros e FLog – 13 milhões de euros), que poderão ser alvo de estudo tendente à verificação do benefício de uma fusão num único projeto, mais robusto e direcionado para as FMed.

Outro caso que poderá justificar ser equacionado, prende-se com o projeto relacionado com medidas para consolidação da segurança militar (20 milhões de euros), vocacionado para a instalação de videovigilância e controlo de acessos e intervenções nos perímetros das unidades do Exército. Ora, considerando que a Lei das infraestruturas militares (LIM) se destina à “conservação, manutenção, segurança, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do SF”, pode ser equacionado o financiamento daquele projeto por via deste instrumento legislativo, dentro do racional de que as “despesas [...] são financiadas [...] com a rentabilização do património” (LIM, Lei Orgânica n.º 3/19, de 3 de setembro).

Adicionalmente, considera-se que o projeto *Joint Light Tactical Vehicle* (78,655 milhões de euros) com vista à aquisição de 230 viaturas, poderia ser reapreciado uma vez que está em paralelo com a aquisição das 139 viaturas tácticas ligeiras blindadas (VAMTAC ST5) e que as FMed – capacidade onde o investimento está inscrito – estão, genericamente, equipadas com as viaturas Pandur.

Entende-se o que anteriormente foi exposto, como um contributo ao possível reajustamento de alguns projetos. Contudo, o que se considera como basilar, é o estabelecimento de prioridades tendentes ao cumprimento dos requisitos – seja com as verbas anteriores, ou outras. Com efeito, tendo em conta a primazia que assume um dos batalhões de infantaria (enquanto *Battalion Group*, conforme referiu P. Cordeiro, *op.cit.*),



entende-se que devem ser priorizados os projetos vocacionados para a sua edificação completa, de acordo com requisitos NATO. Considerando ainda as necessidades transversais de aumento de blindagem e letalidade considera-se adequado explorar soluções a esse nível.

5.6. Síntese conclusiva

Neste capítulo analisou-se a adequabilidade do SF2014, face ao objetivo de força da NATO para o Exército português.

Em resposta à QC e face à análise feita, foi proposto um modelo organizacional para a BrigMed, onde se incluíram as FMed e FPes, por forma a manter a atual coerência, flexibilidade e capacidade de resposta do SF em todo o espectro do conflito. Adicionalmente, e face à primazia que a antecedência da edificação de uma das unidades de escalão batalhão exige, identificou-se a possível necessidade de ajustamento na prioridade de investimento.



6. Conclusões

O presente trabalho versou sobre as implicações de um ambiente estratégico crescentemente imprevisível, em que despontam ameaças do tipo tradicional e híbridas. A NATO, ciente desta realidade evolutiva, prospetiva as principais tendências através do SFA, que serve de base para a elaboração do FfFAO de forma a prever aquilo que as FFAA aliadas terão de conseguir executar no futuro, e, como tal, orientar o seu planeamento por capacidades. Neste contexto, encontra-se a decorrer o NDPP 2018-2022, através do qual, está prestes a ser atribuído a Portugal um objetivo de força a edificar – uma BrigMed. Ora, sucede que o atual SF decorre do CEDN de 2013, pelo que, estudou-se a adequabilidade do SF a uma realidade de crescente complexidade, por um lado, e por outro, àquele objetivo de força.

A investigação seguiu uma estratégia qualitativa, assente num raciocínio dedutivo que partiu do abrangente até se deduzirem conclusões referentes a questões particulares, ou seja, perceber a forma como, do ponto de vista estratégico-militar, as macrotendências observadas se concretizam na EdCapMil. Como tal, entendeu-se como adequado adotar o estudo de caso como desenho de pesquisa, que, além de ser típico das estratégias qualitativas, permite, neste caso, focar a análise exclusivamente nesta temática.

O percurso metodológico seguiu o preconizado no normativo do IUM e esta investigação, por conseguinte, percorreu duas fases.

A primeira fase, foi dedicada, sobretudo, à compreensão do tema para o que contribuíram leituras preliminares, que possibilitaram iniciar a revisão de literatura e estabelecer o enquadramento concetual inicial. Para um melhor entendimento do tema, foram conduzidas EE a Oficiais ligados ao PE, o que permitiu complementar aquelas leituras. A primeira fase culminou com a elaboração do projeto de investigação, que permitiu validar o modelo de análise e prosseguir com o estudo.

Na segunda fase, procurou-se conduzir a recolha de informação assente em dois vetores – a análise documental e entrevistas. A análise documental foi feita com recurso à revisão de literatura e, com o intuito de reforçar a mesma, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas. Estas, foram prioritariamente dirigidas a Oficiais cuja atual função está estreitamente ligada ao PE, englobando desde o nível da estratégia total até ao nível tático. Quanto à apresentação dos dados e discussão dos resultados foi feita – sobretudo no caso das entrevistas – através de uma análise descritiva com recurso à identificação de categorias e subcategorias por forma a permitir fazer a análise interpretativa e dessa forma,



conjuntamente com a revisão de literatura, tirar as conclusões que seguidamente se apresentam.

A investigação realizada ao ambiente estratégico e às principais macrotendências, através de uma matriz de análise PESTA, permitiu concluir que o ambiente futuro vai ser caracterizado pela instabilidade e imprevisibilidade, em que a mudança rápida, será uma constante. Neste ambiente, prevê-se que as alterações climáticas tenham um impacto relevante nas migrações e crescente urbanização, o que acarreta um impacto securitário e conduz ao aumento de estados falhados. No campo das ameaças e riscos, prevê-se que o terrorismo persista, mas, antecipa-se também, o despontar de adversários com capacidades militares de paridade com as FFAA ocidentais, os quais, devido à evolução tecnológica, conseguem aceder a todos os domínios, e como tal, configuram-se como ameaça híbrida. A NATO tem vindo a reagir a esta evolução numa lógica dissuasora, sobretudo a leste, o que permitiu inferir a necessidade de uma maior autonomia estratégica da UE. Relacionar estas tendências com o EEINC nacional, permitiu concluir que o norte de África em geral, e o Sahel e Golfo da Guiné em particular – onde podem ser projetadas ameaças relacionadas com a pirataria e terrorismo – constituem-se como espaços estrategicamente importantes, por razões que envolvem não só a lusofonia, como também a segurança energética e a segurança da fronteira sul da UE. Considerando ainda, a necessidade nacional de se manter enquanto aliado fiável e solidário no seio da NATO – enquanto organização vital para a segurança e defesa nacionais – identificou-se o leste da Europa enquanto espaço estratégico relevante, sobretudo relacionado com a ameaça do tipo tradicional e híbrida.

O estudo feito às repercussões da evolução do ambiente estratégico, foi orientado em dois vetores: nas opções estratégicas, materializadas na prossecução do PEDN, e nas opções de forças, que resultam do CPDM. Como tal, concluiu-se que a documentação estruturante do PEDN permanece, em grande medida, em linha com a contemporaneidade. Carece, contudo, de atualização relacionada com a evolução do ambiente, designadamente com a inclusão das dinâmicas regionais, ligadas com o Sahel e Golfo da Guiné, e das ameaças e riscos sobretudo focada na incorporação da ameaça de natureza híbrida, com destaque para o domínio ciber. Por outro lado, sem que se verifique uma alteração radical, repentina e fraturante do ambiente estratégico – o que não tem vindo a acontecer – as alterações ao SF devem decorrer de todo o processo de PEDN e em menor grau pela atribuição de objetivos de força a edificar. Neste ponto, comprovou-se que, apesar destas alterações *ad hoc* ao SF serem uma abordagem concetualmente enquadrada, é, todavia, desaconselhável para FFAA com baixa capacidade programática, em que os objetivos e a forma de os atingir, é



condicionada pelos meios existentes. Quanto às repercussões nas opções de forças concluiu-se, no que diz respeito à NATO, quanto à necessidade que esta organização preconiza de considerar o desenvolvimento tecnológico na EdCapMil, no sentido de obter superioridade qualitativa, sobretudo face à ameaça tradicional, mas também aplicável à ameaça híbrida ou à irregular. No que diz respeito aos efeitos do ambiente estratégico na EdCapMil em contexto nacional, concluiu-se quanto à necessidade de uma evolução mais qualitativa do que quantitativo. Como tal, concluiu-se quanto à necessidade de aumentar a letalidade e proteção, bem como, prever o desenvolvimento tecnológico em todos os níveis de comando.

Da análise feita à adequabilidade do SF2014, face ao objetivo de força atribuído, verificou-se que a NATO, dando réplica à evolução do ambiente estratégico, incrementou os seus requisitos de capacidade, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. Quantitativamente, realçou-se o facto de a aliança atlântica ter adotado uma organização quaternária para as suas Brigadas em que constatou um claro incremento dos requisitos de capacidade, nomeadamente por contemplarem apenas CC de 3.^a geração, assim como, se concluiu quanto à necessidade do aumento de blindagem e letalidade dos Batalhões. No decorrer do passo três do NDPP, está prestes a ser atribuído uma BrigMed a Portugal, como objetivo de força a edificar.

Considerando a natureza média daquele objetivo, fez-se uma avaliação do SF quanto à tipologia de forças. Ora, considerando que os interesses estratégico-militares nacionais não se resumem à NATO, nem unicamente ao cenário de defesa coletiva, verificou-se quanto à necessidade de manter tanto FMed como FLig e FPes, por forma a manter a atual flexibilidade do SF para atuar em todo o espectro do conflito. Neste particular, as alterações a considerar, prendem-se com a ponderação do peso relativo de cada tipologia no SF e não quanto à sua existência.

Tendo em conta o referido objetivo de força NATO, foi feita uma comparação dos seus requisitos com o SF2014, de que resultou um conjunto de lacunas, com destaque para a necessidade de dois batalhões de infantaria médios, assim como se salientaram as carências, sobretudo, ao nível da blindagem e letalidade. Como tal, foi feita uma análise à LPM para averiguar possibilidades de colmatação dessas lacunas, da qual se constatou um claro aumento programático, todavia, maioritariamente dirigido, à Marinha e à Força Aérea. Quanto às verbas disponíveis para o Exército, as mesmas estão contempladas num conjunto de projetos de investimento, em grande medida de natureza transversal, que visam contrabalançar um período alargado de desinvestimento, o que, consequentemente apenas permite contemplar as FMed a partir do segundo quadriénio. Por conseguinte, e resultado da



análise da LPM em vigor, concluiu-se quanto à impossibilidade de quantitativamente edificar novas unidades de escalão Batalhão que, pela sua onerosidade, não torna essa edificação uma M/A viável, o que, por conseguinte, implica o recurso a unidades já existentes.

Como tal, foi proposto um modelo organizacional que, em simultâneo, permite, ao nível quantitativo atender à necessidade quaternária do objetivo de força NATO, e manter a atual coerência do SF.

Todavia, através da análise da documentação NATO, inferiu-se a necessidade de, ao nível Batalhão, garantir 53 viaturas nas subunidades de manobra o que implica, não só manter um plano de investimentos que permita completar os QOM existentes, como contemplar a aquisição de sistemas de armas adicionais e ponderar a reorganização deste escalão.

Do ponto de vista qualitativo, verificou-se a necessidade de incrementar a proteção e letalidade. Concretamente para as FMed, concluiu-se que os requisitos de proteção são de K3 M2b e, quanto à letalidade, como sendo necessário a capacidade de destruir viaturas com proteção K4 (K5 no caso do reconhecimento). Quanto às FPes, esses mesmos requisitos aumentam, no caso da proteção para K5 M3b, e, quanto à letalidade, torna-se necessária a capacidade de destruir viaturas com proteção K4 (K5 no caso do reconhecimento).

Concluiu-se assim, quanto às necessidades concretas de investimentos em requisitos de capacidade, que visam colmatar lacunas tanto de natureza quantitativa como qualitativa.

Face a toda a investigação desenvolvida, sobretudo perante as conclusões identificadas, entende-se como pertinente destacar aquilo que se entende serem os três principais contributos para o conhecimento. Em primeiro lugar, enfatiza-se a forma como as macro-tendências foram projetadas sobre o EEINC, de que resultou como espaços estrategicamente importantes, o Golfo da Guiné e o Sahel e, no campo das ameaças relevantes, sobressai a ameaça híbrida atuante no multidomínio, pelo que, decorre deste contributo a necessidade de uma atualização da documentação estruturante do PEDN. Em segundo lugar, destaca-se que as alterações ao SF devem, idealmente, ocorrer no quadro da condução de todo o PEDN, em resposta a racionais apostos na documentação estruturante e não pela atribuição de objetivos de edificação de forças. Por último, realça-se a proposta de organização da BrigMed, e sobretudo a identificação das suas necessidades quantitativas e qualitativas, de forma a cumprir os requisitos de capacidade NATO, com destaque para a necessidade de contemplar 53 viaturas nas subunidades de manobra dos Batalhões.



Como principais limitações da investigação, destacam-se a impossibilidade de entrevistar a delegação portuguesa junto da NATO, cujo contributo entende-se que seria relevante, principalmente em resposta à QD1. Já em resposta à QC, a principal limitação encontra-se relacionada com a necessidade uso de informação que não se encontra acessível publicamente e, em muitos casos, é classificada acima de reservado o que, sendo compreensível dada a temática em estudo, não deixa de condicionar a forma como a resposta à questão é abordada, em alguns assuntos, necessariamente, de forma indireta.

Esta investigação, estando relacionada com a atribuição do objetivo de força BrigMed, focou o detalhe da sua análise nas unidades de manobra. Como tal, e tendo em conta os requisitos de letalidade considerados pela NATO, designadamente os constantes nos CC&CS relativos à distância requerida para bater alvos, recomenda-se que estudos futuros se debrucem sobre o apoio de combate, designadamente, nos requisitos de capacidade da componente anticarro. Adicionalmente, e face à demonstrada insuficiência programática, considera-se pertinente, que investigações futuras, estudem o reajustamento do conjunto de projetos de modo a ponderar a realocação de verbas necessárias para a edificação da BrigMed.



Referências bibliográficas

- Abreu, N. (2017). *O Planeamento de Longo Prazo e a Renovação de Sistemas de Armas para o Período 2020-2035*. (Trabalho de Investigação individual do curso de promoção a Oficial General). IUM, Lisboa.
- Andrade, C., Santos, P. dos, & Correia, P. (2019). *Contributos para o planeamento estratégico militar: metodologias e ferramentas de apoio (Vol. I)*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Arnillas, C., Shaffer, A., & Mantilla, T. (2013). *Apuntes de Estrategia Operacional*. La Punta: División de Publicaciones de la Escuela Superior de Guerra Naval.
- Assembleia da República. (2013). *Grandes opções do conceito estratégico da defesa nacional*. Retirado de <https://www.parlamento.pt/sites/COM/Paginas/DetalheNoticia.aspx?BID=5034>.
- Axe, D. (2020). *The Dutch Army Eliminated All Its Tanks — Then Realized It Had Made A Huge Mistake* [Página online]. Retirado de <https://www.forbes.com/sites/davidaxe/2020/11/30/the-dutch-army-eliminated-all-its-tanks-then-realized-it-had-made-a-huge-mistake/?sh=cb145ce35f13>.
- Bartlett, H., & Somes, T. (1995). The Art of Strategy and Force Planning. *Naval War College Review*, 48 (2). Retirado de <https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol48/iss2/9/>.
- Beaufre, A. (1998). *Introdução à Estratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods* (4th ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Calmels, C. (2020). NATO's 360-degree approach to security: alliance cohesion and adaptation after the Crimean crisis. *European Security*, 29(4), 416-435. doi: 10.1080/09662839.2020.1795834.
- CCEM. (2014). *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: Autores.
- Cohen, S. B. (2015). *Geopolitics: The geography of international relations*. Maryland: Rowman & Littlefield.
- Correia, J. (2019). Military Capabilities and the Strategic Planning Conundrum. *Security and Defence Quarterly*, 24(2), 21-48. doi: 10.35467/sdq/108667.
- Correia, P. (2019). NATO, 70 anos de transformação militar. Que desafios numa zona de operações global? *Revista Militar*, 2609/2610. Retirado de: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1444>.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos da estratégia Vol. I*. Lisboa: IAEM.
- Couto, A. C. (2012). A Importância Estratégica do Atlântico Sul. *Nação e Defesa*, 132 (5.^a)



- série). Retirado de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7703/1/NeD132_AbelCabralCouto.pdf.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2018). *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches* (5.^a Ed). Los Angeles: SAGE.
- Department of the Army. (2017). *FM 3-0 Operations*. Retirado de <https://fas.org/irp/doddir/army/fm3-0.pdf>.
- Department of the Army. (2021). *Army Multi-Domain Transformation*. Retirado de <https://api.army.mil/e2/c/downloads/2021/03/23/eeac3d01/20210319-csa-paper-1-signed-print-version.pdf>.
- Despacho n.º 11400/2014, de 3 de setembro. (2014). *Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar*. Diário da República, 2.^a Série, 175. 23656 a 23657. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Despacho n.º 2536/2020, de 6 de fevereiro. (2020). *Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar - quadriénio 2019-2022*. Diário da República, 2.^a Série, 38. 36 a 41. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Despacho n.º 4/2011, de 31 de janeiro. (2011). *Diretiva Ministerial Orientadora do Ciclo de Planeamento de Defesa Militar*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Dilanian, A., & Howard, M. (2018). *Sustaining Multi-Domain Battle: An interview with Gen. David Perkins*. Retirado de https://www.army.mil/article/198440/sustaining_multi_domain_battle_an_interview_with_gen_david_perkins.
- Direção-Geral de Energia e Geologia. (2018). *Estatísticas de energia*. Retirado de <https://www.dgeg.gov.pt/pt/estatistica/energia/>.
- Diretiva n.º 59/CEMGFA. (2019). *Diretiva de Planeamento de Forças*. Lisboa: EMGFA.
- EME. (2015). *QO n.º 09.03.05 - Grupo de Reconhecimento*. Lisboa: EME.
- EME. (2017a). *Grupo de trabalho - Os Batalhões de Infantaria Mecanizados (Informação n.º DPF/RCM 2017-00024)*. Lisboa: EME.
- EME. (2017b). *Grupo de trabalho - Unidades de Reconhecimento e Carros de Combate (Informação n.º 01-GT UN REC/CC-2017)*. Lisboa: EME.
- EME. (2017c). *Os Batalhões de Infantaria Mecanizada*. Lisboa: EME.
- EME. (2017d). *QO n.º 09.04.03 - Batalhão de Infantaria Mecanizada - Lagartas*. Lisboa: EME.
- EME. (2017e). *QO n.º 09.04.04 - Grupo de Carros de Combate*. Lisboa: EME.
- EME. (2017f). *QO n.º 09.03.03 - 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizada de Rodas*. Lisboa:



- EME.
- EME. (2017g). *QO nº 09.03.04 - 2.º Batalhão de Infantaria Mecanizada de Rodas*. Lisboa: EME.
- EMGFA. (2020). *Manual para o planeamento estratégico militar do EMFGA*. Lisboa: Autor.
- Exército Português. (2012). *PDE 3-00*. Lisboa: Exército Português.
- Ferreira, R. (2021, Abril). Visita CEMC ao EMGFA. Em IUM, *Visitas de estudo em território nacional*. Palestra organizada pela AEOM, Lisboa.
- FRONTEX. (2018). *Migratory Routes*. [Página online]. Retirado de <https://frontex.europa.eu/along-eu-borders/migratory-routes/eastern-mediterranean-route/>.
- Galli, A. (2020). Sustainable food transition in Portugal: Assessing the Footprint of dietary choices and gaps in national and local food policies. *Science of the Total Environment*, 749, 141307. doi: 10.1016/j.scitotenv.2020.141307.
- Garcia, F. (2019). NATO Deterrence and Defence after Brussels Summit. *Revista Militar*, 2607. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1426>.
- Godet, M., & Durance, P. (2011). *La prospective stratégique pour les entreprises et les territoires*. Paris: Dunod.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipeia.
- Hart, L. (1967). *Strategy: Second Revised Edition*. New York: Fredrick A. Praeger Publishers.
- Holcomb, F. (2012). Managing Strategic Risk. Em B. Bartholomees (Ed.), *Theory of War and Strategy* (pp. 67–77). Pennsylvania: Strategic Studies Institute, US Army War College.
- Huntington, S. P. (1999). The Lonely Superpower. *Foreign Affairs*, 78(2), 35-49. doi: 10.2307/20049207.
- Joint Chiefs of Staff. (2018). *Joint Publication 3-0*. Retirado de https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3_0ch1.pdf.
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto. (2019). *Regulamento Geral de Proteção de Dados*. Diário da República, 1.ª Série, 151, 3 - 40. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 2/2019, de 10 de junho. (2019). *Lei de programação militar*. Diário da República, 1.ª série, 114. 2982 a 2985. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 3/2019, de 3 de setembro. (2019). *Lei das infraestruturas militares*. Diário



- da República, 1.^a série, 168. 3 a 10. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio. (2015). *Lei de programação militar*. Diário da República, 1.^a série, 95, 2554-2558. Lisboa: Assembleia da República.
- Liotta, P., & Lloyd, R. (2005). Strategy and Force Planning Framework. *Strategy and Force Planning*, 58(2), 1-7. Retirado de <https://digital-commons.usnwc.edu>.
- Malesa, P., Sławiński, G., & Świerczewski, M. (2020). Modelling and the FEM Analysis of the Effects of the Blast Wave on the Side of a Vehicle According to the AEP-55 Vol. 3 Methodology. *Mechanisms and Machine Science*, 75(January), 1157-1168. doi:10.1007/978-3-030-27053-7_99.
- MDN, D. (2018). *Relatório sobre a revisão da Lei de Programação Militar*. Lisboa: Autor.
- Mearsheimer, J. (2014). Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin. *Foreign Affairs*, 93(5 (September/October)), 77-89. doi: 10.1080/21598282.2017.1316436.
- Meneses, P. (2016). Dos Triângulos Estratégicos: O Impacto no Posicionamento Internacional de Portugal. *Proelium*, 7 (10). Retirado de: <https://revistas.rcaap.pt/proelium/article/view/8917>.
- Ministère des Armées. (2013). *Strategic Horizons*. Paris: Ministère des Armées.
- Ministerio de Defensa. (2019). *Panorama de tendencias geopolíticas. Horizonte 2040*. Madrid: Ministerio de Defensa.
- Ministry of Defence. (2018). *Global Strategic Trends The Future Starts Today* (6th ed.). London: Ministry of Defence.
- Morgan, A. (2018). *The Shadow NATO Summit IV NATO's 360 degree approach to deterrence and collective defence: over-stretched and under-powered?* Retirado de https://natowatch.org/sites/default/files/2018-08/nato_shadow_summit_iv_-_summary_report_.pdf.
- NATO. (2015). *NATO Framework for Future Alliance Operations 2015*. Norfolk: HQ SACT/NATO.
- NATO. (2016). *Bi-Strategic Command Capability Codes and Capability Statements*. Brussels: NATO.
- NATO. (2017). *NATO Strategic Foresight Analysis 2017*. Norfolk: HQ SACT/NATO.
- NATO. (2018a). *NATO Defence Planning Process*. [Página online]. Retirado de http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49202.htm
- NATO. (2018b). *NATO Framework for Future Alliance Operations 2018*. Norfolk: HQ SACT/NATO.



- NATO. (2020a). *Bi-Strategic Command Capability Codes and Capability Statements*. Brussels: NATO.
- NATO. (2020b). *Draft NATO Capability Targets Package 2021*. Brussels: NATO.
- NATO. (2020c). *Minimum Capability Requirements (MCR20)*. Brussels: NATO.
- NATO. (2021). *NATO's response to hybrid threats* [Página online]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_156338.htm.
- Nelson, R. (2015). Strategic Foresight: A New Obligation for Boards of Directors. *Board Leadership*, 5(139), doi: 10.1002/bl.30015.
- NEP - 001. (2020). *Procedimentos relativos a elaboração de trabalhos de investigação realizados no âmbito de cursos que não atribuem grau académico*. Lisboa: IUM.
- Newman, I., & Benz, C. R. (1998). *Qualitative-Quantitative Research Methodology: Exploring the Interactive Continuum*. Illinois: Southern Illinois University Press.
- Observatório da Emigração. (2020). *Emigração Portuguesa 2020 Relatório Estatístico*. Retirado de http://observatorioemigracao.pt/np4/file/7785/OEm_EmigracaoPortuguesa2020.pdf.
- Palmeira, J. (2006). *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa: Prefácio.
- Pires, L. (2018). *O novo conceito de “Multi-Domain Battle” e suas implicações na edificação de capacidades militares do Exército*. (Trabalho de Investigação individual do curso de promoção a Oficial General). IUM, Lisboa.
- Pires, L. (2020). *Civilização Quântica Um caminho possível para tempos incertos*. Alcochete: NEXO.
- PriMetrica. (2021). *Submarine Cable Map*. [Página online]. Retirado de <https://www.submarinecablemap.com>.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. Van. (2003). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RCM n.º 19/2013, de 21 de março. (2013). *Aprova o conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª Série, 19. 1981 - 1995. Lisboa: Conselho de Ministros.
- RCM n.º 6/2003, de 20 de dezembro. (2003). *Aprova o conceito estratégico de defesa nacional*. Diário da República, Série I-B, 16. 279 - 287. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Ribeiro, S. (2006). Planeamento Estratégico e de Forças. *Revista Militar*, 2457. Retirado de: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/136>.
- Ribeiro, S. (2007). Modelo Português de Planeamento Estratégico e de Forças. Processo e



- deficiências. *Temas e Reflexões*, 6. Retirado de <https://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/temas-e-reflexoes/Documents/TEMAS 6.pdf>.
- Ribeiro, S. (2010). *Teoria Geral da Estratégia*. Lisboa: Edições Almedina.
- Santos, J. (1983). *Incursões no domínio da estratégia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, L., & Lima, J. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* (2ª ed.). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: IUM.
- Schmaglowski, D. (2018). *The NATO Defence Planning Process(NDPP): An Overview*. Retirado de https://www.dsp.dla.mil/Portals/26/Documents/Publications/Conferences/2018/2018 International Standardization Workshop/20181030--Item3-NDPPOverview-IntlStdznWorkshop_Schmaglowski.pdf?ver=2018-11-06-151624-033.
- Silva, P. (2017). O processo de desenvolvimento de capacidades militares na União Europeia. *Revista Militar*, 2584. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1240>
- Slyusar, V. (2014). *Actual problems of armoured vehicles*. Retirado de <https://www.stiletto.uk.com/wp-content/uploads/2016/05/Ukraine-report-to-NATO-on-ST.-ammo-2.pdf>.
- Smith, H. (2016). *Introduction to horizon scanning*. Retirado de <https://www.slideshare.net/HowardSmith4/introduction-to-horizon-scanning-2016>.
- Toal, G. (2017). *Near abroad: Putin, the West and the contest over Ukraine and the Caucasus*. Oxford: Oxford University Press.
- United States Army Training and Doctrine Command. (2018). *TRADOC Pamphlet 525-3-1*. Virgínia: United States Army Training and Doctrine Command
- Vilelas, J. (2009). *Investigação – o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Wilhelmsen, J., & Gozimirski, J. (2017). NATO and Russia: Spiral of distrust. Em K. Friis (Ed.), *NATO and Collective Defence in the 21st Century* (pp. 63–77). New York: Routledge.
- Wilson, I. (2002). *Analyzing the Shift from a Threat-Based to Capabilities-Based Approach to US Strategic Planning*. Retirado de <https://www.hsdl.org/?view&did=439969>.



Apêndice A – Corpo de conceitos

Tabela 23 - Corpo de conceitos

Conceito	Definição
Estratégia total	Conceber, face às hipóteses de guerra e às ameaças admitidas, o desenvolvimento harmonioso e a utilização dos recursos morais e materiais, com vista à oportuna prevenção ou superação de ameaças à consecução de determinados objetivos políticos. Compete-lhe a conceção e a direção da ação estratégica ao mais alto nível, o que, a nível nacional, significa a conceção e direção da política de defesa nacional (Couto, 1988, p. 228). O responsável é o Chefe do Executivo (Couto, 1988, p. 234) e tem como documento associado o CEDN (Assembleia da República, 2013, p. 49)
Estratégia geral militar	Ciência e arte de desenvolver e utilizar FFAA, com vista à consecução de objetivos fixados pela política. No seguimento, são desenvolvidas as estratégias particulares, nomeadamente a terrestre (Couto, 1988, p. 228). Tem como documentos associados o CEM, Missões das Forças Armadas (MIFA), SF e o DF (CCEM, 2014, p. 2).
Estratégia operacional	Trata da conceção e execução da manobra estratégica ao nível dos responsáveis pelos teatros de operações (Couto, 1988, p. 230)
Planeamento estratégico	O próprio planeamento estratégico, assenta na necessidade de determinar objetivos políticos concretos e fundamenta-se na definição de objetivos concretos longínquos (médio e longo prazo) e objetivos concretos atuais (curto e médio prazo) e definir a forma de os alcançar (como, quando e onde) (Santos, 1983, p. 269)
Planeamento estratégico militar	Processo contínuo pelo qual se tomam, de forma coordenada, integrada e permanente, as decisões sucessivas e hierarquizadas entre as alternativas diversas, identificadas com o propósito de orientar, ordenar e racionalizar o conjunto de ações que visam edificar, estruturar e empregar os meios militares do Estado no espaço e no tempo, tendo em vista a materialização dos objetivos estratégicos de defesa militar, do modo mais eficiente, eficaz e efetivo. Desenvolve-se de forma integrada nos diferentes ramos das FFAA, partindo da diretiva ministerial de defesa militar (EMGFA, 2020, pp. 2–3; Ribeiro, 2010, p. 152).
Curto-prazo	Do tempo presente até ao seis anos (NATO, 2018).
Médio-prazo	Dos sete aos 19 anos (NATO, 2018).
Longo-prazo	Além dos 20 anos (NATO, 2018).
EEINP	Espaço que corresponde ao território nacional compreendido entre o ponto mais a norte, no concelho de Melgaço, até ao ponto mais a sul, nas ilhas Selvagens, e do seu ponto mais a oeste, na ilha das Flores, até ao ponto mais a leste, no concelho de Miranda do Douro, bem como o espaço interterritorial e os espaços aéreos e marítimos sob responsabilidade ou soberania nacional.
CC&CS	Os CC são um código identificador alfanumérico, organizado por áreas de capacidade (<i>project, engage, consult, command and control, sustain, protect e inform</i>), que visam identificar de forma única a capacidade em causa. Os CS, que são difundidos a par com os CC, definem os requisitos concretos da capacidade militar por forma a que todas as capacidades possam ser uniformizadas em todos os países da aliança.
Ameaça tradicional	Estados que empregam capacidades militares de forma convencional (Exército Português, 2012, pp. 1–6)
Ameaça híbrida	A ameaça híbrida combina capacidades militares e não-militares, incluindo a desinformação, ciber-ataques, coação económica, emprego de grupos armados e forças convencionais para esbater a linha entre a paz e a guerra destabilizar e enfraquecer as sociedades (NATO, 2021)
Multi-Domain Operations	Operações conduzidas em todos os domínios para suplantar os pontos fortes do adversário ao apresentar-lhe dilemas através do emprego de formações multidomínio, e convergência de capacidades em todos os domínios, ambientes e funções para atingir objetivos operacionais e táticos. (Department of the Army, 2021; United States Army Training and Doctrine Command, 2018)



Apêndice B – Modelo de Análise

Quadro 1 – Modelo de análise

Título	O SF2014 e o atual ambiente estratégico				
Domínio da investigação	Domínio	Elementos nucleares das ciências militares			
	Área	Estudo das crises e dos conflitos armados			
	Subárea	Planeamento e prospetiva estratégico militar			
Objeto de estudo	O SF2014 e a sua adequabilidade aos novos objetivos de forças NATO				
Objetivo Geral	Analisar o SF2014, face aos objetivos de força da NATO para 2018-2022				
Questão Central	Qual o modelo organizacional dos ECOSF mais adequado aos objetivos de forças identificados pela NATO?				
Objetivos Específicos	Questões Derivadas	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Estrutura
OE1: analisar a repercussão do atual ambiente estratégico para os interesses estratégicos de Portugal	QD1: qual a repercussão do atual ambiente estratégico nos interesses estratégicos de Portugal?	<ul style="list-style-type: none">• Ambiente estratégico• Prospetiva• Estratégia• Estratégia estrutural• Estratégia genética	Ambiente estratégico	<ul style="list-style-type: none">• Ambiente Volátil, Imprevisível, Complexo e Ambíguo (VICA)• Planeamento estratégico	Cap 3
		Técnicas de recolha de dados: Análise documental Entrevistas semiestruturadas			
OE2: analisar as implicações do ambiente estratégico na EdCapMil	QD2: em que medida o ambiente estratégico influencia a EdCapMil?	<ul style="list-style-type: none">• Planeamento de defesa militar• Capacidades militares	<ul style="list-style-type: none">• NATO• Exército Português	<ul style="list-style-type: none">• Tipologia de forças• Capacidades do SF• Lacunas do SF	Cap 4
		Técnicas de recolha de dados: Análise documental Entrevistas semiestruturadas			



Apêndice C – Guiões de entrevista

Tabela 24 – Guiões das entrevistas

Indicador	Questão	Código único	Divisão da estratégia			
			Total	Geral	Particular	Tático
Ambiente VICA	Quais as principais tendências que prospektiva com repercussão no ambiente estratégico onde as FFAA venham a ser empregues?	Q1	X	X		
	Quais as principais ameaças e riscos que visualiza, aos interesses e objetivos de Portugal, no futuro ambiente estratégico?	Q2	X	X		
	No ambiente estratégico futuro e assumindo que o Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente de Portugal se mantém inalterado, visualiza alguma alteração ao Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural?	Q3	X	X	X	X
	Quais as principais tendências que prospektiva com repercussão no ambiente operacional, onde a componente terrestre venha a ser empregue?	Q4			X	X
	Quais as principais ameaças que visualiza, no futuro ambiente operacional, para a componente terrestre?	Q5			X	X
Planeamento estratégico	Num contexto de eventual revisão do CEDN, quais seriam as principais alterações que entenderia como necessárias em comparação com a versão em vigor, aprovada em 2014?	Q6	X	X		
	A luz de alguns modelos de planeamento estratégico e de forças – como sejam o de Liotta e Lloyd (2005) – os interesses nacionais devem estar bem definidos e nortear a estratégia. Considera que os interesses de Portugal, assim como estão definidos no CEDN (2013), se mantêm atuais e em linha com o ambiente estratégico que se prospektiva?	Q7	X	X		
	Considera que os objetivos nacionais permanentes e conjunturais, que decorrem desses interesses e do futuro ambiente estratégico se mantêm atuais?	Q8	X	X		
	Considerando a forma como a NATO conduz o seu o esforço de prospektiva – através do ACT e com o <i>Strategic Foresight Analysis</i> a que se segue <i>Framework for Future Alliance Operations</i> – pergunta-se se as FFAA Portuguesas produzem documentação na mesma linha?	Q9		X	X	
Tipologia de forças	A atual diretiva ministerial de Planeamento de Defesa Militar (24Fev20) prevê dois conjuntos de forças e meios: (i) forças permanentes para a defesa dos espaços sob soberania, jurisdição ou responsabilidade nacional e proteção dos cidadãos (onde se inclui as operações de proteção e, se necessário, de evacuação de cidadãos nacionais no estrangeiro) e (ii) forças atribuídas à participação em missões ou operações no exterior. Considera que este racional poderá vir a constar no novo CEM em detrimento do atual modelo que inclui uma Força de Reação Imediata, Forças Permanentes em Ação de Soberania e um Conjunto Modular de Forças? Se sim, que implicações prevê que disso decorram?	Q10		X	X	X
	Tendo em conta o ambiente operacional futuro projetado sobre o Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural de Portugal e delimitando à componente terrestre, considera que a tipologia de forças, assim como consta no CEM de 2014 (forças pesadas, médias, ligeiras organizadas em três comandos de escalão brigada) se mantêm atual? Porque motivo?	Q11		X	X	X



Indicador	Questão	Código único	Divisão da estratégia			
			Total	Geral	Particular	Tático
Capacidades do SF	Considerando que no passo 3 do NDPP, a NATO atribui objetivos de forças aos aliados que ferramentas ou procedimentos pode Portugal encetar, se não concordar ou pretender propor uma alternativa que entenda como mais adequada ao seu SF?	Q12		X	X	
	Em que medida a LPM vai sendo ajustada face à atribuição de objetivos de forças pela NATO?	Q13		X	X	
	As capacidades militares do Exército Português, assim como estão definidas no SF 2014, têm um cariz diferente das preconizadas pela NATO. É conhecedor do racional que enformou as atuais capacidades militares do Exército, assim como constam no SF 2014?	Q14	X	X	X	
	Considerando que a LPM 2019 prevê que, até 2030, a capacidade Proteção e Sobrevivência da Força Terrestre seja o principal foco de investimento, quais os principais projetos associados a essa capacidade?	Q15			X	
	Que ferramentas ou metodologias existem para aferir o estado de edificação de capacidades dentro do racional DOTMLPPI?	Q16		X	X	X
Lacunas do SF	Considerando a hipótese de atribuição de um objetivo de força ao Exército Português de edificação de uma Brigada de Infantaria Média, tendo em conta ainda que o atual SF apenas contempla dois Batalhões dessa tipologia de forças, qual, na sua opinião seria a forma mais adequada de colmatar essa lacuna?	Q17	X	X	X	X
	Tendo em conta os CC&CS 2020 quais são, na sua opinião, as principais lacunas qualitativas do SF 2014? Quais os projetos em curso para a sua mitigação?	Q18		X	X	X
	A edificação de uma Brigada de Infantaria Média, com as suas inerentes capacidades está prevista na LPM 2019?	Q19		X	X	
	Considerando a hipótese de atribuição de um objetivo de força ao Exército Português de edificação de uma Brigada de Infantaria Média qual o racional para que um forte investimento na capacidade Forças Médias apenas esteja previsto para o quadriénio 2027-2030? Quais os principais projetos associados a ao investimento nessa capacidade?	Q20			X	



Apêndice D – Universo de entrevistados

Tabela 25 - Listagem de entidades entrevistadas

Código	Tipo de contacto	Data	Posto	Nome	Cargo	Divisão (nível) da estratégia
E1	<i>Zoom</i>	12Abr21	Major-general	Tiago Vasconcelos	Assessor militar do Gabinete do Primeiro-Ministro	Total
E2	<i>Microsoft Teams</i>	16Abr21	Brigadeiro-general	Lemos Pires	Subdiretor-geral da Direção-geral de Política de Defesa Nacional	Geral militar
E3	Presencial	01Abr21	Brigadeiro-general	Rui Ferreira	Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico-militar/EMGFA	
E4	<i>Microsoft Teams</i>	30Abr21	Coronel	Nuno Farinha	Chefe da Divisão de Planeamento de Forças (DPF)/EME	
E5	Presencial	08Abr21	Tenente-coronel	Paulo Cordeiro	Chefe da Repartição de Planeamento Estratégico/DPF/EME	Particular terrestre Genética e estrutural
E6	<i>Microsoft Teams</i>	13Abr21	Tenente-coronel	Gabriel Gomes	Chefe da Repartição de Capacidades/DPF/EME	
E7	<i>Mail</i>	04Mai21	Major-general	Xavier de Sousa	2.º Comandante das Forças Terrestres	
E8	<i>Zoom</i>	13Abr21	General	Valença Pinto	N/A	Tático
E9	<i>Microsoft Teams</i>	08Abr21	Tenente-general	Faria Menezes	N/A	
E10	Presencial	08Abr21	Brigadeiro-general	Duarte Costa	Presidente ANEPC	
E11	<i>Mail</i>	27Abr21	Tenente-coronel	Rodrigues Figueiredo	Oficial de Manutenção da Brigada de Intervenção	N/A
Entrevistas exploratórias	<i>Microsoft Teams</i>	16Nov20	Major	Paulo Cordeiro	Chefe da RPE/DPF/EME	
	<i>Microsoft Teams</i>	18Nov20	Major	Carlos Narciso	Coordenador de área da RO/DPF/EME	
	Telefónica	25Fev21	Major	Alves de Sousa	Coordenador de área da RC/DPF/EME	
	Telefónica	10Mar21	Tenente-coronel	Paulo Cordeiro	Chefe da RPE/DPF/EME	



Apêndice E – Sinopse das respostas às entrevistas

Tabela 26 – Sinopse das respostas

Código único	Pergunta/resposta
Q1	Quais as principais tendências que prospectiva com repercussão no ambiente estratégico onde as FFAA venham a ser empregues?
E1	“há grandes tendências de fundo que tem a ver com a evolução tecnológica , [...], mas que temos que redimensionar à escala nacional”
E2	“Os 20 cenários propostos do conceito estratégico militar de 2014 [...], por exemplo, não está lá um cenário para clima e defesa , [...] para emergência de tecnologias disruptivas , [...] que fale do multidomínio , [...], do espaço , [...] a resposta a pandemias e outras”
E3	“as FFAA vão ser chamadas a intervir, em operações , [...] com espectro de intervenção mais alargado . estamos a entrar numa fase [...] para fazer face de forma direta a uma ameaça peer to peer mas com uma lógica de dissuasão”. “[...] mantém-se uma perspetiva de emprego para fazer face a ameaças configurada por grupos terroristas [...] é cada vez mais visível a atuação de grupos armados terroristas, [...] na cintura a sul do Sahara [...] Portugal [...], recentrou as suas opções de resposta militar para essa zona do Sahel ”. “[...] recentragem da importância do Atlântico . “[...] um dos principais focos de pirataria é o Golfo da Guiné . [...] transferência das atividades de pirataria do oceano Índico para o oceano Atlântico . “riscos de emergência de catástrofes , [...] alterações climáticas , [...] que colocam pressão sobre os Estados que são frágeis ”. [...] “As migrações de populações à vão criar pressões sobre os Estados criando Estados falhados, e a estabilização dessas áreas põe maior pressão sobre a intervenção das FFAA. “[...] ameaças do fator híbrido . [...] E isso convoca as FFAA para a utilização de domínios [...] como o domínio ciberespaço [...]”
E8	“A mais importante tendência é a mudança permanente e rápida [...]” “Destaco o acentuar da globalização , [...], até porque assenta fortemente na tecnologia .” Há fenómenos que se manifestam globalmente [...] como sejam, as alterações climáticas , o ciberespaço e as pandemias [...] “[...] tem grande influência para Portugal o strategic compass e um repensamento estratégico da NATO [...]”
E9	“[...] as atenções mudam para o Indo-Pacífico .” Devemos valorizar a relação com “[...] o Brasil, Golfo da Guiné, Moçambique, Cabo Verde , [...] “[...] mundo não vai ser multipolar, mas sim bipolar . [...] a mudança é uma certeza [...] mais rápida ”. “Atualmente temos mais domínios da estratégia (mar, terra, ar, ciber e espaço)”. “[...] cada vez mais haverá conflito por novos recursos . [...] o espaço, o domínio ciber, águas internacionais , é terreno aberto para conflito.”. “Tudo isto leva a uma complexidade de atores, [...] desde Estados; não-Estados; organizações proxy : pessoas pagas fazer a guerra dos outros; problemas locais que dão subsistência a grupos não organizados , [...]”
E10	“Vivemos num mundo extremamente fluído [...] com uma dinâmica desregulada em termos de relações internacionais, [...] temos uma China que se apresenta com uma terceira via , e, portanto, [...] a estrutura é muito fluída , para a nova recomposição permanente e, em permanente alteração daquilo que é a realidade internacional.”
Q2	Quais as principais ameaças e riscos que visualiza, aos interesses e objetivos de Portugal, no futuro ambiente estratégico?
E1	“Eu não visualizo grandes diferenças e alterações radicais face há alguns anos atrás [...] os Estados Unidos que se estão a voltar para o Pacífico o que [...] provavelmente implica revisitar o conceito estratégico da NATO .”. “Por outro lado, existe a questão da dependência energética de Portugal , que é suprida fundamentalmente através do Médio Oriente e Golfo da Guiné , sendo que, Portugal não tem capacidade de per si para estabilizar estas regiões . [...] decorrente das alterações climáticas pode levar a alguns ajustamentos no EEINC .”
E2	Respondida na Q1
E3	Respondida na Q1
E8	“[...] vai haver sempre terrorismo , [...] entendo que se vai sobrelevar, (i) o ciberespaço [...] os movimentos migratórios desregulados [...] a segurança energética [...] as alterações climáticas e [...] as pandemias , [...] a crise sistémica dos recursos , [...]”



Código único	Pergunta/resposta
E9	“[...] o terrorismo ; as migrações , [...] as pandemias [...], por último, a ameaça ciber .” “Em termos de riscos [...] a questão dos minerais que estão na ZEE, na medida em que quem conseguir garantir a presença e controlo daquele recurso tem o direito de o explorar. Sobre ameaças e riscos não me parece haver mudanças radicais em relação às do CEDN de 2013. Vejo sim a necessidade de adaptar à realidade atual.”
E10	“[...] temos potências como a Rússia , que está neste momento a fazer uma grande concentração de forças, [...] e riscos têm que ter uma resposta cabal num ambiente de pandemia , [...]” “A NATO tem, para fazer face às novas ameaças.”
Q3	No ambiente estratégico futuro e assumindo que o Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente de Portugal se mantém inalterado, visualiza alguma alteração ao Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural?
E1	Respondida na Q2
E2	“[...] presença já muito mais reduzida, neste momento, no Iraque [...] a linha de defesa avançada da Europa , que é a tal linha que vai do Golfo da Guiné ao Golfo Aden , portanto, a nossa presença aí, no Golfo da Guiné, no Mali, na República Centro Africana, na Mauritânia, na Somália, no Golfo do Aden, ou na Operação Atalanta, todo este continuum é neste momento já uma precisão conjuntural [...] Depois temos o Mediterrâneo que, conjunturalmente tem cada vez maior importância, e o Norte de África também. [...] Quanto a Leste eu referi que nada tinha mudado. [...], continuamos obviamente a ter um adversário direto , [...], e, portanto, vamos continuar a ser um aliado fiável e solidário dentro da NATO ”
E3	“O espaço estratégico de interesse nacional conjuntural pode ser todo o globo . Aquilo que tem que ser visto são as áreas a que se dão prioridade .” “[...] há áreas no espaço de interesse conjuntural em que temos que ter maior atenção do que outras. Sahel, Golfo da Guiné, o próprio Atlântico Sul admitindo que o Atlântico Norte faz parte do nosso EEINP. [...] Por outro lado, o Médio Oriente perdeu, para nós, prioridade ”
E7	“[...] Assim, face às influências que o Egito tem no Magrebe , pelo papel que a sua posição geográfica lhe confere no domínio do [...] Mediterrâneo Oriental , por onde se traçam as importantes rotas marítimas que são cruciais para a economia nacional, poderá conferir um lugar [...] nesse Espaço Conjuntural.” [...] “Mas outras áreas territoriais e funcionais poderão reivindicar um lugar nesse EEINC, como a Índia [...] ou a China ”
E8	“[...] o EEINC, está, por definição, sujeito a alteração permanente . [...]”
E9	“[...] Em termos estratégicos diria RCA – União Europeia faz todo o sentido, como faz estarmos no Mali , que é a cintura de fratura (Sahel) [...] se entrar em colapso vai afetar a livre circulação dos bens, o livre acesso a água e recursos , e uma fonte de emigração [...]” [...] “Sobre este tema eu creio que o pensamento estratégico português é feito, por vezes, como se Portugal fosse uma superpotência [...] devemos adequar o pensamento estratégico português tendo em conta o potencial estratégico nacional [...]”
Q4	Quais as principais tendências que prospetiva com repercussão no ambiente operacional, onde a componente terrestre venha a ser empregue?
E4	“Em termos de tendências com repercussão no ambiente operacional identificam-se as oposições de interesses entre atores, estatais ou não estatais; as tecnologias disruptivas ; a corrida ao espaço ; as alterações climáticas , o enfraquecimento do Estado ; as pressões demográficas , a escassez de recursos e crises de energia ”
E5	“A longo-prazo perspectiva-se, com ligação à segurança e defesa, os efeitos da globalização não regulada, a perda de credibilidade institucional, surgimento de novos atores e o enfraquecimento do Estado , a crescente desordem mundial, as alterações climáticas e a competição pelos recursos .”
E6	Respondida na Q5
E7	“A combinação no uso de instrumentos de influência no ambiente operacional parece ser uma tendência que se começa a revelar, [...] como provocando efeitos nas designadas guerras híbridas , [...]” [...] “O ambiente operacional do futuro irá utilizar, ainda, outros instrumentos, como a utilização do espaço cibernético e um outro, utilizado para a circulação dos satélites .” [...] “As pandemias podem enquadrarem-se nas “novas guerras” , com ambientes operacionais muito específicos, mas também a escassez de recursos naturais , [...]”
Q5	Quais as principais ameaças que visualiza, no futuro ambiente operacional, para a componente terrestre?



Código único	Pergunta/resposta
E4	“ adversários estatais ou não estatais, tecnologicamente avançados , tais como: Ameaças convencionais e ameaças híbridas ; [...] e como Terrorismo , [...]”
E5	“As principais situações de instabilidade [...] global commons , conflitos na região Euro-atlântica , impacto disruptivo da migração , impacto das ciber-ameaças , [...], capacidades espaciais disruptivas , conflitos estaduais. Salienta-se ainda a ameaça híbrida, terrorismo.”
E6	“Aumento da presença de adversários com capacidade militar de paridade (ou quase) com a NATO não sendo de descurar a [...] ameaça assimétrica ”
E7	“[...] os ambientes operacionais que se avizinham, caracterizados pela incerteza , pela imprevisibilidade e pela mudança abrupta , as ameaças irão ser multidimensionais , [...] Surgirão desafios provocados por o controlo dos satélites , nomeadamente de comunicações , ou no uso do ciber , [...] utilização de instrumentos disruptivos [...] Surgirão desafios resultantes das disputas pelos recursos . A doença e as pragas tenderão a ser mais frequentes [...]”
Q6	Num contexto de eventual revisão do CEDN, quais seriam as principais alterações que entenderia como necessárias em comparação com a versão em vigor, aprovada em 2014?
E1	“as principais alterações do CEDN estão ligadas com as alterações do ambiente estratégico . [...] terá que incorporar o novo conceito da NATO assim como aquilo que decorre da bússola estratégica da UE. E, portanto, não antevejo uma revisão revolucionária do nosso CEDN. Vejo mais como um ajustamento. Por exemplo, há 10 anos não se falava no Sahel , na pirataria no Golfo da Guiné , na expansão da ameaça jihadista na África Oriental e agora é natural que se abordem essas questões. Pelo que, não creio que daí decorram grandes alterações, também, ao SF.”
E2	A esta pergunta não posso responder porque sou um dos relatores do novo CEDN.
E3	“[...] necessária uma atualização daquilo que são as ameaças que impedem sobre o território nacional, [...] e o seu ponto de aplicação , com intuito de evitar a discussão sobre ameaças internas e ameaças externas. [...], julgo que os cenários de evolução do ambiente internacional devem ser abordados para emprego das forças do Estado . Ou seja, não só numa lógica militar [...], a cenarização , tal como a apresentação de tendências de introdução do ambiente estratégico vão apoiar os planeadores das várias estratégias gerais”
E8	“Em primeiro lugar, é mais do que tempo de Portugal deixar de ter um CEDN tout court . Naturalmente que há um limite constitucional que bem sabemos e, portanto, nós não vamos ter, com certeza tão cedo, um conceito estratégico de segurança nacional que permitia tirar de cena esta circunstância do impedimento que incide sobre a ideia da segurança nacional cá em Portugal. “[...] contribuir para a revisão estratégica da União Europeia e da NATO [...] Todavia temos que eliminar alguns mitos [...] O primeiro mito é do triângulo estratégico . [...] O segundo – que é muito mais grave – está relacionado com a visão que Portugal é a fronteira ocidental da Europa , o que é uma absoluta falsidade. “[...] estamos perante o paradoxo da mudança, isto é, a única constante e a mudança permanente, rápida e profunda. Outro aspeto que eu insistiria no quadro de uma eventual revisão do CEDN , [...] que se elaborassem, a jusante, conceitos estratégicos setoriais que não apenas o militar [...]”
E9	“[...] Eu considero, que faria o fine tuning das ameaças, dos riscos , virado para a atualização dos conceitos face à realidade atual”
E10	“[...] Portugal [...] deveria trabalhar um conceito estratégico nacional , [...] E não pode ser só uma coisa da defesa, é uma coisa que tem a ver com a economia, com a estrutura das indústrias, com a estrutura da saúde , com a tecnologia,”
Q7	À luz de alguns modelos de planeamento estratégico e de forças – como sejam o de Liotta e Lloyd (2005) – os interesses nacionais devem estar bem definidos e nortear a estratégia. Considera que os interesses de Portugal, assim como estão definidos no CEDN (2013), se mantêm atuais e em linha com o ambiente estratégico que se prospecta?
E1	“[...] os objetivos conjunturais pela sua natureza são mutáveis mediante as circunstâncias”



Código único	Pergunta/resposta
E2	“[...] Queremos uma Europa com maior autonomia estratégica, [...] for the NATO. ” “[...]. Temos que manifestar mais o nosso interesse e tal pegada africana vista numa perspetiva mar-terra-mar do Atlântico até ao Índico, olhando para todo o continente africano como um todo, é algo que neste momento se está a materializar nos interesses portugueses”
E3	“[...] Ou seja, a minha pergunta é: é hoje tão premente participar no esforço aliado da segurança no Médio Oriente? Se não é, os interesses nacionais estão a mudar. Ou seja, onde é que temos mais interesse em apresentar trabalho estratégico? Onde é que somos mais eficientes? Onde é que somos mais eficazes sob o ponto de vista estratégico? É no Norte de África ou é no Médio Oriente? Onde é que é importante para nós marcar a nossa lógica de solidariedade? É na defesa coletiva ou é no Médio Oriente? Isto tem que ser balanceado. Isto não é permanente ”
E7	“[...]a definição com peso na geografia/geopolítica/geoeconomia, centrada em espaços físicos irá sempre limitar o âmbito da mesma e, portanto, sujeitá-la a não abarcar tudo o que pode ser os nossos interesses. Os nossos interesses situam-se não só nas geografias, mas também nos espaços da investigação, do social, da economia, do civilizacional ou, até, em espaços mais abstratos, caracterizados por culturas – a nossa e a de outros [...] ”
E8	“[...] as exigências dos Estados Unidos [...] indicam aos Estados europeus a necessidade de assumirem maior responsabilidade no seu quadro securitário regional – o seu <i>near abroad</i> – como seja o Norte de África, Sahel por extensão e também o Médio Oriente . Sem prejuízo do envolvimento norte-americano se esse quadro envolver a Rússia, sobrevivência de Israel ou o domínio nuclear. O segundo aspeto decorre do anterior no sentido que se assistirá a uma crescente e progressiva autonomia estratégica europeia que não deve evoluir em oposição à NATO, mas antes, de forma articulada. [...]”
E9	Respondida na Q6
E10	Respondida na Q8
Q8	Considera que os objetivos nacionais permanentes e conjunturais, que decorrem desses interesses e do futuro ambiente estratégico se mantêm atuais?
E1	Respondida na Q7
E2	Respondida na Q7
E3	“[...] Os interesses não permanentes alteram-se e ainda por cima alteram-se porque eu mudo de interesses e porque a ameaça também muda. [...]”
E7	“[...], não vejo neles qualquer referência explícita à ONU, mas sim à UE e NATO; [...] mas não fala, explicitamente, na promoção dos relacionamentos com os nossos vizinhos ibéricos, [...]. Seria, assim, bom que se revisitasse esses objetivos e se utilizasse uma linguagem mais direta e que permita consequências pragmáticas.”
E8	Respondida na Q7
E9	Respondida na Q6
E10	“[...] temos que adquirir uma capacidade de flexibilização de poder alterar rapidamente aqueles que são os nossos objetivos conjunturais . [...], devíamos trabalhar em sede de conceito estratégico de segurança e defesa [...]”
Q9	Considerando a forma como a NATO conduz o seu o esforço de prospetiva – através do ACT e com o <i>Strategic Foresight Analysis</i> a que se segue <i>Framework for Future Alliance Operations</i> – pergunta-se se as FFAA Portuguesas produzem documentação na mesma linha
E2	“[...]Nós estamos alinhados no NDPP com a NATO, se estamos alinhados com o CPD da União Europeia. Se estamos alinhados quer dizer que fazemos em paralelo e estamos a fazer, de facto. Todo o nosso tecido de planeamento de defesa nacional e o planeamento estratégico militar está previsto alinhado exatamente com este ciclo deste exercício de prospetiva”
E3	“[...] É verdade que não temos tido documentos em Portugal , produzidos por um nível político para o nível estratégico. Embora, há alguns documentos que abordam isso, desde logo, quando nós, através da NATO ou da União Europeia , não nos opomos a determinada documentação o que significa que estamos a



Código único	Pergunta/resposta
	contribuir para uma planificação no ambiente estratégico.” [...] “Mas a questão de fundo mantém-se: será que há alguma coisa que nós não conhecemos? [...] E a verdade é que não temos sido surpreendidos com a documentação de natureza político-estratégica que tem sido produzida.”
E4	“Em termos nacionais também se produz documentação e estudos nessa linha , impactando essencialmente ao nível do Planeamento de Defesa Militar e consequentemente no Planeamento Estratégico Militar e no Planeamento de Forças. Por exemplo, atualmente está em curso um estudo, já avançado, referente à Visão 2035 por parte do Exército.”
E7	“[...] tanto no CEM como no CEDN são abordadas as tendências e além disso o planeamento estratégico militar Português não tem vindo a ser surpreendido[...].”
Q10	A atual diretiva ministerial de Planeamento de Defesa Militar (24Fev20) prevê dois conjuntos de forças e meios: (i) forças permanentes para a defesa dos espaços sob soberania, jurisdição ou responsabilidade nacional e proteção dos cidadãos (onde se inclui as operações de proteção e, se necessário, de evacuação de cidadãos nacionais no estrangeiro) e (ii) forças atribuídas à participação em missões ou operações no exterior. Considera que este racional poderá vir a constar no novo CEM em detrimento do atual modelo que inclui uma Força de Reação Imediata, Forças Permanentes em Ação de Soberania e um Conjunto Modular de Forças? Se sim, que implicações prevê que disso decorram?
E2	“Aqui a questão de fundo trata-se do SF e do DF e menos sobre estas tipologias, sejam as da diretiva sejam as que estão em vigor.
E3	“[...] a atual tipologia, acaba por ser muito datado. [...] Daí que agora haja, de facto, uma necessidade de não ter baias tão rigorosas, [...] é evidente que para um país pequeno, todas as capacidades podem servir para múltiplas missões. [...] As catalogações, como tal, acabam por ser redutoras.”
E5	“A tipologia de forças aposta na diretiva ministerial já está a ser considerada no planeamento estratégico. [...]. Todavia, não sei se terá grandes diferenças e não vejo assim uma alteração tão significativa”
E6	“Estas três últimas forças podem ser englobadas nas primeiras duas o que pode vir a constar num novo CEM em sede de uma possível revisão. Note-se, todavia, que a tendência é dar prioridade de investimento e edificação a forças afiliadas à NATO.”
E7	“Respondendo à primeira parte da sua pergunta, é possível usar o primeiro racional no novo CEM, [...] O maior desafio não são as novas ameaças emergentes. É antes a sua existência conjugada com a permanência das antigas. Isso conduz à necessidade de se ter um dispositivo militar, que dê respostas multidimensionais, mas também multidisciplinares”
E8	“[...] ambas as definições de forças mencionadas na questão, são absolutamente académicas e nenhuma tem sentido , o que é particularmente agravado num Estado como Portugal, que tem manifestas limitações de forças. O que tem que ser valorizado é o multiuso dessas forças e a flexibilidade do seu emprego. Como tal, apenas singularizava a FRI e isso, apenas e só, por razões técnicas ligadas ao aprontamento, à prontidão e à sustentação. O remanescente das forças englobaria um único conjunto que, realça-se, deve ser tão polivalente e tão multiusos quanto possível.”
E9	“Em primeiro lugar destacaria que o racional do CEM de 2014 estava, inicialmente, relacionado com a edificação da FRI. Para o efeito, teria que ser considerado além da força em prontidão, uma segunda força em aprontamento e uma terceira em regeneração. As outras tipologias de forças apareceram subsequentemente. [...] Concordo perfeitamente com esta arrumação [...], depois no CEM temos que desmultiplicar porque não temos a facilidade que a marinha e a força aérea têm porque nós não temos uma missão terrestre no território nacional. [...] As forças atribuídas à participação no exterior devem ser as forças quase todas”
E10	“[...] Se eu quero ter umas FFAA capazes, com estrutura modular para poder ser utilizado nos vários objetivos, quer NATO quer União Europeia quer internos, eu tenho que ter recursos humanos, recursos materiais e recursos financeiros [...].
Q11	Tendo em conta o ambiente operacional futuro projetado sobre o Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural de Portugal e delimitando à componente terrestre, considera que a tipologia de forças, assim como consta no CEM de 2014 (forças pesadas, médias, ligeiras organizadas em três comandos de escalão brigada) se mantém atual? Porque motivo?



Código único	Pergunta/resposta
E1	“Aqui a questão de fundo para estas três capacidades está ligada com a flexibilidade , [...] Quanto aos comandos de Brigada eles devem ser encarados mais como um órgão de descentralização da ação de comando do CFT do que propriamente como um escalão tático [...] Naturalmente não vou tão longe ao ponto de ponderar deixarmos de ter Carros Combate, mas é algo que acho que tem que ser caldeado depois com outras capacidades, essas com probabilidade de emprego muito mais elevada.”
E2	“[...] Eu costumo dizer que se eu tiver um limite de ambição máxima que é projetar uma Brigada Média, eu sei que uma Brigada Média tem capacidade de ter forças médias e pesadas lá dentro. E também sei que nos princípios da organização da força passam por sistemas de crescimento. Portanto tenho três comandos de Brigada [...] simplificar a organização do Exército em que tem que ter um equilíbrio entre ligeiras, médias e pesadas, acho que já não é um discurso que faça parte, [...] temos que começar a pensar em ter uma organização de multidomínio , em que nós tenhamos unidades que de forma modular ”
E3	“[...] temos que ter a capacidade de empregar uma brigada independente [...] Daí que a nossa aposta seja uma Brigada média e depois consideramos ter alguns elementos pesados para não perder cultura [...]. Como os nossos interesses não se esgotam na participação da aliança então uma parte da componente terrestre deve ser ligeira [...] Temos três comandos de brigada para efeitos de aprontamento, administração e sustentação daquela tipologia de capacidades”
E4	“Se estiveres a falar só de forças médias, ligeiras e pesadas , eu digo-te “sim”. [...] A questão dos comandos de brigada é uma questão organizacional . Em termos territoriais tens que ter uma organização. [...]. Se nós olharmos para o nosso sistema de forças, temos que ter no mínimo três que estão na brigada de intervenção [...] proposta que fizemos é que seja um agrupamento pesado , constituído depois com meios de carros de combate e de mecanizados. [...] Jé preciso ter outro esquadrão de reconhecimento da brigada mecanizada. ”
E5	“eu diria que necessitamos de forças pesadas, forças médias e forças ligeiras . Agora, a dimensão desta destas forças é que pode ser ajustada [...] É sempre preferível que não se perca uma capacidade ou que se permita deixar morrer uma capacidade existente. A questão das forças pesadas[...] a fica a questão, da manutenção da escola de conhecimento [...] necessitamos de forças de dissuasão, forças de intervenção e forças de reação rápida . Isto traduz-se na necessidade de forças pesadas, médias e ligeiras . A atribuição deste objetivo de força, também acarreta uma evolução de natureza qualitativa com destaque para os sistemas autónomos e etc. Devendo-se ter a noção que a LPM, neste momento, visa colmatar um desinvestimento de 30 anos nas FFAA. ”
E6	“Estas três tipologias de forças garantem a flexibilidade ao SF [...] a existência e investimento nas forças pesadas são de mais difícil justificação, note-se o exemplo da Holanda que entendeu perder essa capacidade, contudo, está de novo a reedifica-la. ”
E7	“Essas tipologias de Forças têm dado respostas [...] e acautelando-se as novas ameaças (climáticas, ciber, 4ª dimensão espacial, pandemias, etc.), leva-nos a continuar a confiar nessa tipologia de Forças, desde que elas não sejam só vistas na perspetiva das armas convencionais. Estas têm de continuar a existir , mas também têm de coexistir com uma outra tipologia de Forças que permitam fazer face àquelas ameaças, que se podem constituir como enablers [...]”
E8	“Considera-se que o modelo apresentado mantém a validade , todavia, [...] deve ser ponderado o peso relativo de cada capacidade ” “[...] temos que ter uma certa reserva de forças pesadas . [...] Devo salientar, sobre esta temática, que é muito importante valorizar as forças médias , [...] no que toca às forças ligeiras acho que isso devia ser pensado à luz de forças com capacidade de reagir muito rapidamente e serem projetadas com muita facilidade”
E9	“[...], considero que esta divisão em ligeiras, médias e pesadas está ultrapassada pelo que impera revisitar o nível de ambição enquanto ponto de partida para o CEM. [...] deve-se potenciar o escalão Batalhão remetendo as Brigadas apenas à função de Comando, sendo que das três, apenas visualizo a existência de um Comando de Brigada . Portanto eu arrumava isto da seguinte maneira: pesadas e médias adotava o dispositivo da NATO , pensava no escalão Brigada e se calhar pensava num conceito de unidade tática fundamental, que era um batalhão, e este teria [...] cariz ligeiro [...] eu diria forças pesadas - poucas, uma escola. Forças médias – apostar forte, seria o bulk da nossa organização. E em termos de emprego operacional ponto de aplicação, apostar muito em forças especiais e forças ligeiras.”



Código único	Pergunta/resposta
E10	“[...] Se calhar tem que apostar muito mais em forças ligeiras e médias . [...]. Nós temos um GCC: só . Os M113 estão completamente descontinuados [...] e se calhar precisamos de ter mais forças médias e forças ligeiras , [...]. Ou então, termos duas brigadas médias , [...] Eu penso que se calhar, o nosso futuro está em ter duas BrigInt ou duas Brigadas Médias .”
Q12	Considerando que no passo 3 do NDPP, a NATO atribui objetivos de forças aos aliados que ferramentas ou procedimentos pode Portugal encetar, se não concordar ou pretender propor uma alternativa que entenda como mais adequada ao seu SF?
E3	“[...] Daí que, qualitativamente seja mais exigente, aliás a letalidade e a proteção do elemento médio aumentou . As nossas Pandur já não satisfazem os requisitos do médio porque não têm letalidade nem proteção suficiente para irem de acordo ao <i>standard</i> NATO. Portanto temos que fazer um MLU às nossas Pandur, nomeadamente às de transporte de pessoal. [...] A nossa dimensão tem a ver com o burden sharing pois é evidente em termos de PIB e população a nossa participação tem que ser equilibrada com os países maiores, não deve ser igual, para que o esforço a depender seja semelhante.”
E5	“Esta questão responde-se com o exemplo ocorrido em 2017 da atribuição a Portugal de uma Brigada Pesada como objetivo de força para disponibilização em 2032. [...] existem um conjunto de reuniões em que os aliados manifestam os seus pontos de vista. [...] Na atualidade o objetivo de força prioritário é a Brigada Média, e dentro dessa Brigada o Battalion Group com High Readiness Force 1 (HRF1) .”
E6	Nas várias reuniões multilaterais como foi o exemplo do <i>target</i> Brigada Pesada que chegou a estar atribuído a PRT mas entretanto foi retirado
Q13	Em que medida a LPM vai sendo ajustada face à atribuição de objetivos de forças pela NATO?
E5	“A LPM vai sendo ajustada à medida dos objetivos de forças. Todavia o desinvestimento a que se tem assistido nas últimas décadas tem por consequência a conclusão de projetos no âmbito do Comando de Controlo e, por exemplo, no Sistema de Combate do Soldado o que condiciona o investimento direto nas Forças Médias.”
E6	“A LPM está ajustada aos objetivos de forças na medida em que o investimento necessário para suprir necessidades transversais o permite.”
Q14	As capacidades militares do Exército Português, assim como estão definidas no SF 2014, têm um cariz diferente das preconizadas pela NATO. É conhecedor do racional que enformou as atuais capacidades militares do Exército, assim como constam no SF 2014?
E2	“[...]quando discutimos os <i>targets</i> da NATO. É o único momento em que isso é útil, [...]”
E3	“Em primeiro lugar deve ser sublinhado que a NATO tem capacidades que não têm nada a ver com coisas concretas, com unidades militares, com batalhões, com Brigadas. Têm, por exemplo capacidades de reconstrução, que são capacidades qualitativas voltadas para a uma determinada operação que vai fazer o <i>state building</i> . Há, por isso, outras capacidades militares, e que não tem nada a ver com escalão ou com tamanho. Mas o conceito de capacidade é o conjunto de meios, pessoal, doutrina, liderança, e etc. capaz de cumprir um objetivo de defesa nacional. Nós temos um objetivo de defesa nacional, que é, por exemplo, a presença nos arquipélagos para fazer face, desde logo a uma presença no território, mas também a ações que têm a ver com a defesa civil, com o apoio militar de emergência.”
E5	“O nosso Exército encara as capacidades mais como a União Europeia. O SF foi já idealizado assim em 2014, isto é, capacidades militares agregadoras de forças. Os estudos que estamos a conduzir vão no sentido da revisão deste conceito. Por exemplo, está a ser ponderada a inclusão da capacidade de sistemas autónomos [...]”
E6	“As capacidades militares do Exército Português têm um cariz mais abrangente que as da NATO em estreita ligação com a LPM vão além da sua vocação estritamente operacional.”
E7	“O meu espírito crítico, que considero apurado, não tolda o meu discernimento para me conduzir a uma resposta que leve a se concluir que não há um racional para “... <i>enformar as atuais capacidades militares do Exército, assim como constam no SF 2014</i> ...”, pois considero que esse é um requisito que teve de estar subjacente à elaboração desse trabalho. Assim, lendo os quatro primeiros parágrafos do documento “Sistema de Forças 2014”, sou capaz de identificar um racional



Código único	Pergunta/resposta
	geral. Além disso, sob cada quadro de capacidade está definido um racional. Pode ser discutível se são os mais adequados e se não haveria outros mais propícios, mas identifica-se, ali, racionais, gerais e particulares, estes para cada capacidade.”
E8	“As capacidades militares de qualquer país, e no caso de Portugal, não têm que ser iguais às da NATO ou da União Europeia, têm sim, que ser compatíveis[...]”
E9	“[...] Se estamos na NATO devíamos alinhar tudo pela NATO, porque isso dá uma uniformidade de doutrina e uma unidade de discussão.”
Q15	Considerando que a LPM 2019 prevê que, até 2030, a capacidade Proteção e Sobrevivência da Força Terrestre seja o principal foco de investimento, quais os principais projetos associados a essa capacidade?
E4	“[...] eu diria edificando isto por sistemas, [...] enfim, por subunidades. E esse é o nosso racional agora, [...] . Porquê a proteção e força terrestre? Foi uma decisão na altura, e os projetos com maior volume de verbas estão ali, ou seja, o sistema de combate do Soldado é um projeto que vai quase até 2030 [...] A artilharia antiaérea [...] tem custos pesados, a parte da engenharia [...] Nesta atual lei, 50% das verbas do Exército estão no último quadriénio. Foi aí que foi possível, financeiramente, colocar aquilo que é mais caro. A proteção e segurança da força terrestre tem muitos projetos, não é separada em médias, ligeiras e pesadas. Há aqui projetos associados a todos os sistemas de forças, por isso é que tem um maior volume financeiro. [...] ”
E5	“O Sistema de Combate do Soldado está abrangido pela capacidade da Proteção e Sobrevivência da Força Terrestre e absorve grande parte dos recursos alocados em sede de LPM”
E6	“Sobretudo a capacidade Antiaérea e o Sistema de Combate do Soldado como um dos projetos transversais anteriormente mencionados.”
Q16	Que ferramentas ou metodologias existem para aferir o estado de edificação de capacidades dentro do racional DOTMLPPI?
E3	“Essas ferramentas encontram-se em desenvolvimento. Todavia não nos podemos esquecer que o ciclo de planeamento de defesa militar português, além de ser jovem , num país que teve em 40 anos um forte desinvestimento em defesa , [...] Neste momento, ao nível do EMGFA e com os ramos já se está a trabalhar com a DGRDN para que se faça um desenvolvimento do Enterprise Project Management (EPM) [...] Repara, qual o problema do planeamento estratégico de forças? O problema é priorizar porque os recursos são limitados e menos em avaliar o estado de desenvolvimento das capacidades.”
E4	“O EPM que nós utilizamos como ferramenta de trabalho só responde basicamente a um vetor, que é o material, [...] temos uma informação feita em que vamos encontrar uma metodologia e estamos a tentar encontrar ao mesmo tempo indicadores que correspondam a essa metodologia.”
E5	“As atuais ferramentas e metodologias são arcaicas e assentam ainda no Excel e [...]”.
E6	“O EPM permite ter uma visão com uma vocação financeira. [...] ”
E7	“Dentro das minhas atribuições, sou o Oficial Coordenador de 41 capacidades do Exército, tendo sob a minha tutela os Oficiais Gestores das mesmas. Ao nível do Oficial Coordenador existem as Reuniões de Sincronização , que são de dois em dois meses , havendo os relatórios mensais enviados por cada Oficial Gestor , para que se possa aferir o andamento dos projetos. [...]. Continuamente, a DPF está a monitorizar cada momento da execução do Plano de Implementação de cada Capacidade , utilizando instrumentos informáticos, sendo um deles, mas não o único, o EPM. [...] ”
Q17	Considerando a hipótese de atribuição de um objetivo de força ao Exército Português de edificação de uma Brigada de Infantaria Média, tendo em conta ainda que o atual SF apenas contempla dois Batalhões dessa tipologia de forças, qual, na sua opinião seria a forma mais adequada de colmatar essa lacuna?
E1	N/A ao nível da estratégia total
E2	“Neste momento, completar a Brigada Média e <i>anti-submarine warfare</i> , são duas prioridades explícitas para Portugal. [...] A questão agora é que, [...] uma brigada média com três elementos de manobra, passou a quatro. Portanto, neste momento a aproximação que está a ser feita é vamos consolidar uma brigada média no <i>package</i> de 2017 três unidades bem formadas. Um GCC e dois batalhões ”



Código único	Pergunta/resposta
E3	“[...]o seu nível de ambição que passará por uma Brigada média com uma componente pesada , deve ter ainda algumas forças ligeiras, algumas forças de apoio geral porque Portugal tem determinados interesses que vão para além da nossa participação na NATO[...] Portanto, em vez de caminharmos para um nível de ambição como um todo, ir construindo um nível de ambição por camadas, é ir construindo por peças de puzzle , e aí vamos dando resposta à composição do nível de ambição. Um exemplo concreto passaria por edificar um Batalhão por completo, seguidamente o segundo e etc.”
E4	“o teu sistema de forças diz que tu tens três unidades de escalão de batalhão de manobra na brigada de intervenção , [...] , e depois tens que ir buscar outra a outra brigada, a única que existe é a brigada pesada ”
E5	“Nesse contexto a NATO já aceitou que esta Brigada fosse constituída pelos dos BIMec (R), o GRec e um AgrMec (a dois ECC e duas CATmec) . O ERec terá que ser o ERec da BrigMec.”
E6	“Tendo em conta que não se prevê a edificação de UEB deve ser equacionada a inclusão do GRec e de um AgrMec .”
E7	“[...] O que é necessário no SF não é definir-se mais um Batalhão de Infantaria Mecanizado de Rodas, mas antes uma Unidade de Escalão Grupo de Autometralhadoras , que permitisse a articulação de Forças e garantissem à Brigada o poder de fogo e de manobra que lhe falta.”
Q18	Tendo em conta os CC&CS 2020 quais são, na sua opinião, as principais lacunas qualitativas do SF 2014? Quais os projetos em curso para a sua mitigação?
E3	“A questão qualitativa é de facto um grande desafio, porque há determinadas capacidades de natureza qualitativa que as FFAA têm que adquirir: domínio ciber, a utilização do espaço – temos que ser capazes de comunicar no espaço, temos que ser capazes de aceder a imagens de satélite, a comunicações de satélite, no fundo, no multidomínio [...], não temos só que nos preocuparmos com capacidades de natureza qualitativa ao nível da Force Protection . Caso contrário as forças terrestres ficam vulneráveis à ameaça híbrida ”
E4	“Em termos qualitativos são basicamente duas, a blindagem e a letalidade . Estas são as principais e as mais caras. Há outras, conforme a tipologia de forças, nomeadamente a questão da artilharia, antiaérea . Ao nível do comando e controlo temos na LPM um conjunto de projetos que respondem e as coisas estão a ser bem organizadas, [...]”
E5	“Permanece um problema de ordem qualitativa em todas as unidades. Os BIMec (R), por exemplo, precisariam de Viaturas de Combate de Infantaria. A artilharia precisaria de meios com alcance até aos 40km sendo que os GAC da BrigMec atingem os 18km-20km. O ISTAR terá que contar com a aquisição de novos sensores . A Engenharia de Combate necessita de um forte investimento desde logo porque o BatEng da Brigada Média tem duas CompEngComb.”
E6	Enviado por mail
E7	<p>A resposta a esta pergunta levaria a que eu estivesse aqui horas a responder-lhe e a preencher páginas sobre páginas. Vou, assim, considerar a delimitação da palavra “principais”, correndo o risco, premeditado, de deixar no “tinteiro” algumas capacidades importantes.</p> <p>Na Brigada de Infantaria Pesada (não gosto do nome, pois não indica o que pode ser, na realidade a Unidade...) faltam as plataformas VCI para os batalhões de Infantaria, as VBLP e completar a Capacidade dos CC, estando todas contempladas no âmbito do levantamento das capacidades a desenvolver.</p> <p>Na Brigada de Infantaria Média (não gosto do nome, pelas mesmas razões anteriores e já descritas...) está-se a levantar as capacidades de apoio de combate (ACar e Mort) e de apoio de serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> • No âmbito dos Batalhões de Infantaria Ligeira estamos a completar a sua capacidade de transporte com viaturas táticas ligeiras blindadas, na família URO-VAMTAC, cujo projeto é extensível às SOTG (OpEsp) e aos Batalhões de Infantaria Ligeiros Paraquedistas. • No âmbito do Grupo de Reconhecimento de Combate Médio está-se a levantar a capacidade de Mort e na substituição dos sistemas de RWS. • No âmbito do Esquadrão de Polícia Militar pretende-se adquirir viaturas táticas ligeiras blindadas.



Código único	Pergunta/resposta
	<ul style="list-style-type: none"> No âmbito da Companhia de Engenharia Militar de Combate, mais propriamente na capacidade de Engenharia Militar especializada em <i>Route Clearance</i>, estamos em processo de desenvolvimento da capacidade <i>Route Clearance</i> (apeada e montada). No âmbito da Bateria de Defesa Antiaérea estamos na fase de elaboração do Plano de Implementação da capacidade, que será colocado em prática no próximo ano. No domínio da Companhia de Transportes Médio, temos adquirido Viaturas de Transportes Gerais, articuladas, com capacidades diversas, nomeadamente de transporte de CI III (G) e CI I (W). No domínio do Batalhão de Tm temos implementado um Plano de Implementação que já nos deu a capacidade de contra guerra eletrónica em módulos para Companhia, estando a ser adquiridos os meios para Batalhão. No domínio da Companhia NBQ, temos um Plano de Implementação que será iniciado no próximo ciclo da LPM. No domínio da UnGeopEspacial estamos a concluir o levantamento da capacidade. No do que diz respeito ao Grupo ISTAR, vamos receber em maio o primeiro equipamento que nos proporcionará ter a capacidade IntelFusion. Temos, no domínio desse grupo, levantada a Companhia de UAV e estamos a iniciar o reequipamento do Pelotão de Radares. <p>Não esquecer no levantamento das capacidades que o Exército está a trilhar, a capacidade do Sistema de Combate do Soldado, que é um projeto que tem tido muito sucesso, quer pelo armamento ligeiro que estamos a receber, quer pelos equipamentos de C2, optrónico, de pontaria, aquisição de alvos, de proteção e carga individual que estamos a receber.</p> <p>Nos últimos três anos o Exército deu um salto expressivo na sua capacitação, que irá continuar a acontecer nos próximos tempos, com a chegada prevista de equipamentos, o que não significa que o esforço de modernização, tendo em conta os CC&CS que estão definidos e os compromissos assumidos no âmbito dos Objetivos de Força NATO.</p>
Q19	A edificação de uma Brigada de Infantaria Média, com as suas inerentes capacidades está prevista na LPM 2019?
E3	“[...], deve ser salientado os projetos que antecedem o investimento nas Forças Médias focam-se na aquisição das VAMTAC e no Sistema de Combate do Soldado que é de natureza transversal ao Exército. Isto é, o Exército está a investir na <i>Force Protection</i> das Forças Ligeiras que era nulo, assim como, no próprio Soldado. De seguida aparecem as Forças Médias o que se afigura como adequado. [...] aconselha-se que o <i>procurement</i> seja feito com recurso à indústria nacional em linha com aquilo que está a ser feito nos outros ramos o que permite, em certa medida, rentabilizar o investimento da defesa, na economia nacional.”
E5	“Existem um conjunto de projetos de natureza transversal que contribuem para a edificação da Brigada Média. Todavia, saliento que, na medida do possível, estão a ser contempladas algumas iniciativas para colmatar as principais lacunas.”
E6	“A Brigada de Infantaria Média está prevista na medida em que os projetos em curso contribuem para a sua edificação”
Q20	Considerando a hipótese de atribuição de um objetivo de força ao Exército Português de edificação de uma Brigada de Infantaria Média qual o racional para que um forte investimento na capacidade Forças Médias apenas esteja previsto para o quadriénio 2027-2030? Quais os principais projetos associados a ao investimento nessa capacidade?
E4	“Isto está no último quadriénio onde está 50% da verba que temos disponível no Exército para a LPM e incluir onde financeiramente é exequível [...]”
E5	“Diria o Apoio de Combate, nomeadamente Engenharia de Combate, Anticarro e morteiros, Apoio e Fogos e Apoio de Serviços, designadamente a regeneração do BApSvc da BrigMec.”
E6	“Prende-se com o MLU às Pandur que por essa altura terá que ser efetuado”



Apêndice G – Níveis de proteção para ocupantes de viaturas blindadas

Tabela 27 - Níveis de proteção balística (STANAG 4569)

Nível	Ameaça cinética	Ameaça artilharia
K6	Armamento: Canhão 30 mm Munição: APFSDS e AP Distância: 500 m	Artilharia (calibre): 155 mm Distância do rebentamento: 10 m
K5	Armamento: Canhão 25 mm Munição: APDS e APFSDS Distância: 500 m	Artilharia (calibre): 155 mm Distância do rebentamento: 25 m
K4	Armamento: Metralhadora pesada 14,5 mm Munição: AP Distância: 200 m	Artilharia (calibre): 155 mm Distância do rebentamento: 25 m
K3	Armamento: Metralhadora e armas sniper 7,62 mm Munição: AP Distância: 30 m	Artilharia (calibre): 155 mm Distância do rebentamento: 60 m
K2	Armamento: Espingardas 7,62 mm Munição: AP Distância: 30 m	Artilharia (calibre): 155 mm Distância do rebentamento: 80 m
K1	Armamento: Espingardas 7,62 mm e 5,56 mm Munição: N	Artilharia (calibre): 155 mm Distância do rebentamento: 100 m

Fonte: Adaptado a partir Slyusar (2014, p. 7)

Tabela 28 - Níveis de proteção minas anticarro (STANAG 4569)

Nível	Local da detonação	Quantidade de explosivo
M4	4b Debaixo do casco	10 kg
	4a Debaixo de um rodado ou lagarta	
M3	3b Debaixo do casco	8 kg
	3a Debaixo de um rodado ou lagarta	
M2	2b Debaixo do casco	6 kg
	2a Debaixo de um rodado ou lagarta	
M1	Granadas de mão ou outros dispositivos antipessoal	

Fonte: Adaptado a partir Malesa, Sławiński, e Świerczewski (2020, p. 1160)



Apêndice H – Projetos em curso da LPM 2019

Tabela 29 – Descrição dos projetos da LPM

Capacidade	Projeto	2019-2022	2023-2026	2027-2030	Total	Avaliação do contributo para a BrigMed
Comando e controle	Sistema de Informações e Comunicações Táticas	6,02 M €	0,41 M €		6,42 M €	Transversal
	Sistema de Informação e Comunicações	41,20 M €	35,94 M €	12,00 M €	89,14 M €	Transversal
FLig	Viaturas Táticas Ligeiras Blindadas	27,30 M €		3,20 M €	30,50 M €	Não (manter)
	ArtCamp - FLig		2,00 M €	11,00 M €	13,00 M €	Não
	Batalhão de Comandos	0,19 M €			0,19 M €	Não (manter)
FMed	ArtCamp - FMed			18,00 M €	18,00 M €	Sim
	Programa VBR 8x8 PANDUR II			51,80 M €	51,80 M €	Sim
	Família de Viaturas Táticas		6,86 M €	14,40 M €	21,26 M €	Transversal
	Viaturas Táticas Blindadas	3,16 M €	38,00 M €	37,50 M €	78,66 M €	Não
FPes	Grupo de Carros de Combate			17,75 M €	17,75 M €	Sim
	Viaturas Táticas Não Blindadas	0,50 M €			0,50 M €	Transversal
	Engenharia de Combate - FPes	3,51 M €			3,51 M €	Sim
Defesa Imediata dos Arquipélagos	Defesa Imediata dos Arquipélagos		9,50 M €		9,50 M €	Não (manter)
Operações Especiais	Material Específico para Força de Operações Especiais	0,50 M €	0,90 M €	3,78 M €	5,18 M €	Target SOF
IVAR	Unidade de Apoio Geoespacial	1,60 M €	0,63 M €		2,23 M €	Transversal
	<i>Intelligence, surveillance, target acquisition, and reconnaissance</i>	6,19 M €	13,47 M €	19,12 M €	38,78 M €	Sim
Transporte	Programa - Batalhão Operacional Aeroterrestre	0,37 M €	0,78 M €	2,99 M €	4,14 M €	Não (manter)
Proteção e Sobrevivência	Artilharia Antiaérea	17,51 M €	10,00 M €	9,00 M €	36,51 M €	Sim
	Engenharia de Apoio Geral	0,60 M €	4,00 M €	0,90 M €	5,50 M €	Não (manter)
	<i>Explosive ordnance disposal - Improvised Explosive Device Disposal</i>	0,30 M €	0,50 M €		0,80 M €	Sim
	Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica		2,50 M €		2,50 M €	Sim
	Centro de Excelência <i>Counter Improvised Explosive Device</i> e Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico	0,18 M €	0,20 M €	0,20 M €	0,58 M €	Transversal
	Centro de Excelência de Combate em Áreas Edificadas	0,18 M €	0,20 M €	0,20 M €	0,58 M €	Transversal
	Formação e Treino (Simulação)	0,10 M €	0,90 M €		1,00 M €	Transversal
	Sistemas de Combate do Soldado	55,03 M €	28,99 M €		84,02 M €	Transversal



						Avaliação do contributo para a BrigMed
Capacidade	Projeto	2019-2022	2023-2026	2027-2030	Total	
Sustentação Logística	Centro de Competências para a Proteção de Infraestruturas	0,12 M €	0,18 M €		0,30 M €	Não (manter)
	Armamento Anticarro	0,08 M €	9,10 M €	3,00 M €	12,18 M €	Transversal
	Anti-Drone		0,20 M €	3,15 M €	3,35 M €	Sim
	Grupo Polícia do Exército			1,00 M €	1,00 M €	Transversal
	Equipamento NBQR (Não Especializado)		0,50 M €	2,00 M €	2,50 M €	Transversal
	Medidas para Consolidação da Segurança Militar	0,75 M €	5,83 M €	13,43 M €	20,00 M €	Não
	Companhia de Reabastecimento e Serviços	2,88 M €		1,73 M €	4,61 M €	Transversal
	Companhia de Transportes	6,00 M €	2,36 M €	4,00 M €	12,36 M €	Transversal
	Companhia de Manutenção	0,41 M €	0,50 M €	0,59 M €	1,50 M €	Não consta
	Agrupamento Sanitário	4,06 M €	6,37 M €	0,25 M €	10,68 M €	Transversal
Apoio militar de emergência	Sustentação do Sistema de Armas	11,12 M €	16,72 M €	64,45 M €	92,29 M €	Transversal
	Unidade de Apoio Militar de Emergência	2,52 M €	5,63 M €	24,02 M €	32,17 M €	Não (manter)
Reservas	Reservas de Guerra do Exército	7,60 M €	17,30 M €	22,69 M €	47,59 M €	Transversal

Fonte: Adaptado a partir de MDN (2018)